



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO/
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES

JAQUELINE SOARES DA SILVA

MEMÓRIAS DE TATUOCA – UMA HISTÓRIA DE MULHERES

RECIFE

2022

JAQUELINE SOARES DA SILVA

MEMÓRIAS DE TATUOCA – UMA HISTÓRIA DE MULHERES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco como um dos requisitos para obtenção do título de mestre em Educação, Culturas e Identidades.

RECIFE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586m

Silva, Jaqueline Soares

MEMÓRIAS DE TATUOCA: UMA HISTÓRIA DE MULHERES / Jaqueline Soares Silva. - 2022.
92 f.

Orientador: Mauricio Antunes Tavares.
Inclui referências.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Culturas e Identidades, Recife, 2022.

1. Processos educativos. 2. Porto de Suape. 3. Memória de mulheres. 4. Cotidiano. 5. Pedagogias descolonizadoras. I.
Tavares, Mauricio Antunes, orient. II. Título

CDD 370

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA DEFESA DO MESTRADO, DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E
IDENTIDADES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO E
DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
25 DE AGOSTO DE 2022

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois (2022), às 14h, na Fundação Joaquim Nabuco, em sessão pública, iniciou-se a defesa de Dissertação intitulada “**MEMÓRIAS DE TATUOCA - UMA HISTÓRIA DE MULHERES**”, da mestranda **JAQUELINE SOARES DA SILVA**, na área de concentração *Processos Educativos, Culturas e Diversidades*, sob a orientação do Prof. Dr. Maurício Antunes Tavares . A mestranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de MESTRE em EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES. A Banca Examinadora foi aprovada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, sendo composta pelos Docentes: Maurício Antunes Tavares (presidente), da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Juliana Alves de Andrade (examinadora externa), da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e Raquel de Aragao Uchoa Fernandes (Examinadora Interna) da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e, por unanimidade, julgou a dissertação **APROVADA**. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 25 de agosto de 2022.

Documento assinado digitalmente
gov.br WAGNER LINS LIRA
Data: 21/12/2022 20:13:04-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Wagner Lins Lira

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maurício Antunes Tavares : _____

 Documento aqui

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANA ALVES DE ANDRADE
Data: 29/08/2022 09:36:26-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^a. Juliana Alves de Andrade : _____

Prof^a. Raquel de Aragao Uchoa Fernandes : _____



AGRADECIMENTOS

Concluir esta dissertação é finalizar um processo que, antes de tudo, vem do coletivo. Encontrei a Vila Nova Tatuoca graças a um projeto de extensão coordenado pela minha orientadora na graduação, Joana Lessa, aqui agradeço a ela e ao Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal Rural de Pernambuco que foram responsáveis por nos apoiar tanto estruturalmente, como academicamente.

Agradeço ao meu orientador, Maurício Antunes, por enveredar comigo em uma área nova para ele, por enxergar o potencial desta pesquisa e em mim enquanto pesquisadora, e pelo olhar sensível para esta memória de mulheres negras e periféricas. Também sou muito grata ao PPGECI e aos professores que contribuíram na minha formação enquanto pesquisadora.

Agradeço as mulheres da Nova Tatuoca, pela acolhida e confiança nesta pesquisa, por me abrirem suas casas em tempos pandêmicos e pelo carinho que sempre tiveram comigo.

Agradeço a minha família e amigos, minha mãe, Dona Deta, pelo carinho e pela paciência, a Marcionilo Vasconcelos, pela contribuição na revisão de texto.

RESUMO

A pesquisa intitulada Memórias de Tatuoca – Uma História de Mulheres, teve por objetivo investigar os impactos do processo de desterritorialização dos moradores da Ilha de Tatuoca, a partir da perspectiva das mulheres sobre o cotidiano e os modos de vida da comunidade na atual Vila Nova de Tatuoca, considerando o passado vivenciado na Ilha e as mudanças sociais provocadas pelo reassentamento em contexto urbano. Esta remoção forçada foi ocasionada pelas obras de ampliação do Complexo Industrial Portuário de Suape em Ipojuca no ano de 2014. Por meio da escuta das memórias das antigas moradoras da Ilha e da escuta de mulheres das gerações mais novas procuramos identificar como os conhecimentos construídos nos modos de vida de muitas gerações vivenciadas na comunidade pesqueira persistiram no novo território. Metodologicamente, a memória, nas perspectivas que nos oferecem Bosi (2003), Nora (1984), Halbwachs (2013), nos possibilita investigar as tramas que entrelaçam gerações, lugares e comunidades. Assim, através das entrevistas narrativas, procuramos fazer emergir as experiências vividas pelas mulheres e comunicadas às novas gerações, apesar do silenciamento e da invisibilidade que permeiam as relações de gênero em nossa sociedade (SCOTT, 1990, 1998; PERROT, 2006). Realizamos entrevistas individuais e coletivas com mulheres jovens e idosas consideradas lideranças das principais famílias da área para elaborar um quadro explicativo das estratégias de adaptação das famílias, mostrando as permanências, resistências, adaptações e criação de novos modos de vida. É desta perspectiva que podemos pensar na relação entre memória, cultura e educação, trazendo elementos para a construção de uma compreensão intercultural e antirracista do outro, entendendo como pedagogias descolonizadoras (WALSH, 2013), as situações do cotidiano em que se faz a (re)construção de conhecimentos necessários aos desafios de cada respectivo tempo e espaço social, nas relações entre mulheres de gerações mais velhas e mais jovens. Nas conclusões podemos encontrar fortes elementos da transmissão de saberes para gerações que não viveram na ilha, educando novas gerações sobre práticas que não são ensinadas na escola, revelando novas Práticas educativo-culturais e identitárias.

Palavras-chave: Processos Educativos. Porto de Suape. Memória de mulheres. Cotidiano. Pedagogias descolonizadoras. Experiência.

ABSTRACT

The research entitled *Memories of Tatuoca – A History of Women* has for object to investigate the impacts of the deterritorialization process of the inhabitants of Ilha de Tatuoca, from the perspective of women, in the daily life and in the ways of life of the community in the current Vila Nova de Tatuoca, considering the past. lived on the Island and the social changes caused by resettlement in an urban context. This forced removal was caused by the expansion works of the Suape Port Industrial Complex, in Ipojuca, in 2014. By listening to the memories of the former residents of the Island and listening to the women of the younger generations, we seek to identify how the knowledge built the ways of the lives of many generations lived in the fishing community persisted in the new territory. Methodologically, memory, in the perspectives offered by Bosi (2003), Nora (1984), Halbwachs (2013), allows us to investigate the plots that intertwine generations, places and communities. Thus, through narrative interviews, we seek to bring to light the experiences lived by women and communicated to new generations, despite the silencing and invisibility that permeate gender relations in our society (SCOTT, 1990, 1998; PERROT, 2006). We conducted individual and collective interviews with young and elderly women considered leaders of the main families in the area to prepare an explanatory framework of the families' adaptation strategies, showing the permanence, resistance, adaptations and creation of new ways of life. It is from this perspective that we can think about the relationship between memory, culture and education, bringing elements of Catherine Walsh's decolonial education, for the construction of an intercultural and anti-racist understanding of the other, understanding them as decolonizing pedagogies (WALSH, 2013).) the everyday situations in which the (re)construction of knowledge necessary for the challenges of each respective time and social space is carried out, in the relationships between women of older and younger generations.

Keywords: Education Processes. Port of Suape. Women's memory. Daily. Decolonizing Pedagogies. Experience.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Linha do tempo produzida por mim no projeto de extensão “Tecendo Histórias a partir do Lazer e da Extensão Rural”, sob coordenação da Professora Joanna Lessa Fontes Silva do Departamento de Educação da UFRPE em junho de 2016	12
Figura 2 — Linha do tempo produzida por mim no projeto de extensão “Tecendo Histórias a partir do Lazer e da Extensão Rural”, sob coordenação da Professora Joanna Lessa Fontes Silva do Departamento de Educação da UFRPE em junho de 2016	13
Figura 3 — Imagem da área geográfica da Ilha de Tatuoca.....	18
Figura 4 — Vila de Tuoca	19
Figura 5 — Foto do dia da apresentação da proposta de genealogia para as mulheres de Tatuoca	41
Figura 6 — Sistematização dos dados da Genealogia apresentada para a comunidade de Tatuoca em junho de 2017	42
Figura 7 — Sistematização dos dados da Genealogia apresentada para a comunidade de Tatuoca em junho de 2017	43

LISTA DE SIGLAS

CIPS – Complexo Industrial Portuário de Suape

CONDEPE/ FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural

PAC - Programa de Aceleração de Crescimento

OMS - Organização Mundial da Saúde

RNEST - Refinaria Abreu e Lima

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 TRAJETÓRIAS DE UMA PESQUISA: O ENCONTRO DA PESQUISADORA COM AS MULHERES DE TATUOCA.....	12
2.1 Percorrendo o território: a comunidade de Tatuoca da ilha à urbe	15
2.2 Quem são as mulheres de Tatuoca?	22
2.3 Narrativas de mulheres pescadoras e negras: da reparação ao silenciamento	26
2.4 Pedagogias descolonizadoras	29
3 ILHA DE TATUOCA: A TERRA E AS FAMÍLIAS	33
3.1 Memórias de Tatuoca: cultura como prática do cotidiano	45
3.2 O método para o registro da oralidade	48
3.3 Desafios da pesquisa em um contexto de isolamento social: ética, pandemia e distanciamento social.....	Erro! Indicador não definido.
4 VILA NOVA TATUOCA: NARRATIVAS E RESISTÊNCIA NO NOVO TERRITÓRIO	53
4.1 Educação e resistência na vila nova Tatuoca	59
4.2 Vila Nova Tatuoca: narrativas e resistência no novo território	67
4.3 Diferentes perspectivas da memória: o legado que fica da ilha de tatuoca para os jovens.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação intitulada Memórias de Tatuoca - Uma História de Mulheres, orientado pelo professor Maurício Antunes Tavares, dentro do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco em conjunto com a Fundação Joaquim Nabuco foi feita como requisito para obtenção do título de mestrado e foi executada junto à uma comunidade de grande importância para mim, pelo aprendizado que me proporcionou durante o tempo em que convivi com ela, desde antes da minha aprovação para cursar esta pós-graduação.

Durante a minha graduação em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco, finalizada no ano de 2018, tive a oportunidade de participar de muitos projetos da instituição, passei por projetos de pesquisa (PIBIC), ensino (PIBID) e extensão, e foi como voluntária integrante do projeto de Extensão “Tecendo Histórias a partir do Lazer e da Extensão Rural” em 2016, que conheci a Vila de Nova Tatuoca. Mas aquela não foi a primeira vez que ouvi falar da Ilha de Tatuoca, o que soube ali foi da desocupação forçada pela qual passou a população da ilha e dos muitos problemas que aqueles novos moradores passaram na região, se adaptando a vida na cidade, como normalmente falavam, onde a convivência era muito mais tumultuada do que no tempo que viveram em sítios de casa de taipa na Ilha de Tatuoca.

Conheci a realidade da Ilha de Tatuoca dois anos antes, quando trabalhei como Educadora do Programa Chapéu de Palha da Pesca, projeto executado pelo Governo do Estado de Pernambuco em parceria com ONGs feministas pernambucanas, que realizavam cursos durante a entressafra. O projeto é bem antigo aqui em Pernambuco, mas a novidade instituída estava em atender as trabalhadoras da pesca, neste edital específico, trabalhei de 2013 a 2015 como educadora do curso de Gestão Social deste programa, com pescadoras e marisqueiras de três territórios (Rio Formoso, Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes).

Em 2014, quando trabalhei no município do Cabo de Santo Agostinho, eu cheguei a visitar a Ilha de Tatuoca e nesta ocasião não fui informada do processo de remoção das famílias. Estes três anos trabalhando com as mulheres da pesca foram períodos de grande aprendizado para mim, pois comecei a entender o modo de vida e a luta destas mulheres para se manterem na pesca, e comecei a me interessar pelo tema. Eu realmente gostaria de continuar de alguma maneira trabalhando com mulheres da pesca, e no ano de 2016 tive a oportunidade de pesquisar a Vila de Nova Tatuoca, a convite da Professora Doutora Joanna Lessa, para registrar as memórias destas mulheres de Tatuoca. Daí em diante, continuei trabalhando com a comunidade até o ano de 2018. Deste trabalho resultou o meu trabalho de conclusão de curso na Licenciatura

em História na UFRPE no qual continuo me aprofundando, agora dentro do Programa de Educação, Culturas e Identidades da UFRPE e FUNDAJ.

Durante a graduação registrei parte das memórias das moradoras da Ilha de Tatuoca, dialogando com a nova realidade das famílias que habitam na Vila de Nova Tatuoca e os impactos do processo de remanejamento destes moradores. Busquei identificar as consequências da chegada de Suape em suas vidas, dentre elas a substituição do modo de vida da Ilha pela vida na cidade e a desvalorização da memória, dos valores e conhecimentos adquiridos durante o tempo em que ocuparam a Ilha de Tatuoca.

Esta pesquisa atual ampliará os resultados desta minha pesquisa iniciada desde a graduação, quando andei pelos caminhos metodológicos dos estudos de História Oral e de Genealogia, conhecendo parte das famílias oriundas da Ilha de Tatuoca. Foram as possibilidades abertas por essa primeira caminhada que nos fez descobrir mais perguntas a responder, no mesmo daquele TCC, em que se respondia às perguntas que nos havia lançado no campo de pesquisa, foi daí que nasceu a semente que veio a germinar no projeto de pesquisa apresentado neste programa de pós-graduação.

Os relatos das moradoras são muito ricos para a compreensão da vida na ilha, porque apenas elas carregam a experiência daquele modo de vida na ilha que as identificam como pescadoras e agricultoras, povo que vive da terra e que, há pouco, foram expulsas de suas terras, como tantos outros no Brasil e no mundo, que são submetidos à projetos que carregam a força do discurso desenvolvimentista, que arrebatam seguidores de amplo espectro político, da direita neoliberal às esquerdas democráticas. O impacto da remoção destas famílias não é levado em conta, pois geralmente a população local fica à margem destas transformações e não participa do chamado “Desenvolvimento de Suape”.

Isto nos motiva ainda mais a fazer de nossa pesquisa mais um dispositivo que testemunha a história do povo pobre da Ilha de Tatuoca, que corre um grande risco de ser apagada a partir do discurso oficial de desenvolvimento de Suape, um discurso dos “vencedores”, cuja capacidade de produção e difusão de uma história oficial não leva em conta as consequências do desenvolvimento sobre as populações desterritorializadas. Nos interessamos por ouvir o lado dos “vencidos”, e fazer ecoar suas narrativas, junto com nossas narrativas sobre o que ouvimos – porque a pesquisadora, neste contexto, também narra uma história que lhe foi narrada por outras mulheres

Neste processo de valorização da memória e a identidade destas pessoas, percebemos que novas referências passam a ser criadas dentro de um novo contexto. Estas mulheres hoje

não são as mesmas que eram quando elas viviam na Ilha de Tatuoca, pois adquiriram novas experiências e vivências em um contexto totalmente urbano.

Diante deste cenário, busquei encontrar quais os elementos comuns que aproximam atualmente as famílias que viveram na ilha, no novo contexto em que vivem. Refletirei sobre novas questões que não fizeram parte da pesquisa anterior, porque não estavam postas naquele momento. Como as experiências vividas pelas mulheres mais velhas se refletem na educação familiar das novas gerações? Quais são as estratégias de resistência ao esquecimento que estas mulheres estão desenvolvendo para manter viva a convivência comunal experimentada na Ilha de Tatuoca e recriar a vida cotidiana na nova comunidade? Como as práticas e saberes constituídos no cotidiano da Ilha de Tatuoca se atualizam no contexto do bairro urbano?

São indagações como estas que subsidiaram as reflexões a respeito do ponto de vista das mulheres em relação à família, a convivência, ao cotidiano e à educação familiar, visando abarcar a maneira como se concebe a natureza, as transformações, os modos de viver e fazer e a atualização desses conhecimentos para o contexto urbano. Essas mulheres, todas mulheres de Tatuoca, mulheres negras e afrodescendentes, nos ajudaram a ter de entender melhor sobre a resistência dos subalternizados, a partir da memória coletiva e de conhecimentos e experiências que são reconstituídas como possibilidades, como adaptação e reconstrução das condições de vida em um contexto de des/re/territorialização.

O presente trabalho foi dividido em 3 capítulos. Na introdução buscamos apresentar quais são as perguntas norteadoras de nossa pesquisa, os objetivos, as hipóteses e uma breve apresentação da metodologia empreendida.

Logo em seguida, apresentamos o capítulo intitulado “Trajetórias de uma pesquisa: O encontro da pesquisadora com as mulheres de Tatuoca”, que está dividido em três subseções que consistem, respectivamente em apresentar minha experiência anterior neste território, minhas motivações, conhecimentos e dados adquiridos em pesquisas anteriores, especialmente durante minha pesquisa de graduação desenvolvida neste território. Na primeira subseção, “Percorrendo o Território: a comunidade de Tatuoca da ilha à urbe”, apresentamos o contexto da pesquisa, o histórico da comunidade, a mudança para a Vila Nova Tatuoca, conformando um panorama geral do território. Na subseção “Quem são as mulheres de Tatuoca”, traremos as discussões em torno da memória relacionada com a mulher e, especificamente, com a mulher negra, e desse lugar dialogar com ancestralidade, apresentando relatos sobre o histórico da Ilha de Tatuoca, a relação das moradoras com o território.

A terceira subseção, “Ilha de Tatuoca – Relatos de um modo de vida” apresenta parte das entrevistas feitas com as mulheres da Ilha de Tatuoca, suas rotinas, contextos de como

chegaram até aquele local, modo de vida. Estas entrevistas foram de grande importância para compreender questões importantes para a vida destas mulheres na Ilha de Tatuoca parte das contribuições para superar as dificuldades e trazer visibilidade a histórias de grupos tradicionais, como os moradores da Vila de Tatuoca.

Já no segundo capítulo intitulado “Memórias de Tatuoca: Uma História Feminina” foi composto por 4 subseções. A subseção “Pesquisa e Coronavírus”, apresentei as dificuldades para realizar uma pesquisa de campo neste contexto de transformação global ocasionada por uma pandemia mundial e de estratégias que foram pensadas para buscar executar o campo mesmo quando este ainda não era possível de ser feito. Em “O Método para o registro da oralidade” apresentei a metodologia de forma mais aprofundada.

Nesta parte do trabalho introduzi o recorte utilizado para as entrevistas, os caminhos utilizados para obtenção do corpus e a estrutura do questionário. “Narrativas de mulheres pescadoras e negras: reparação ao silenciamento” apresenta as entrevistas feitas para esta pesquisa, e na subseção “Pedagogias descolonizadoras” estão os referenciais teóricos sobre a educação que está por trás nas práticas de resistência apresentadas nas entrevistas feitas pelas mulheres.

No terceiro capítulo, “Vila Nova Tatuoca – Narrativas e resistência no novo território” - analisamos as entrevistas feitas com as mulheres e a relação com as estratégias de resistência da história de Tatuoca apresentadas por elas, elencando estas práticas com os elementos da educação popular. Este capítulo traz as análises do corpus obtido por meio do questionário aplicado. Nele apresentamos as respostas dadas pelos entrevistados em contraste com discussões teóricas que versam sobre o tema abordado em nosso trabalho. Assim tentando demonstrar as eventuais contradições, suas coerências, bem como dificuldades para a resistência da vida dessas pescadoras neste novo contexto.

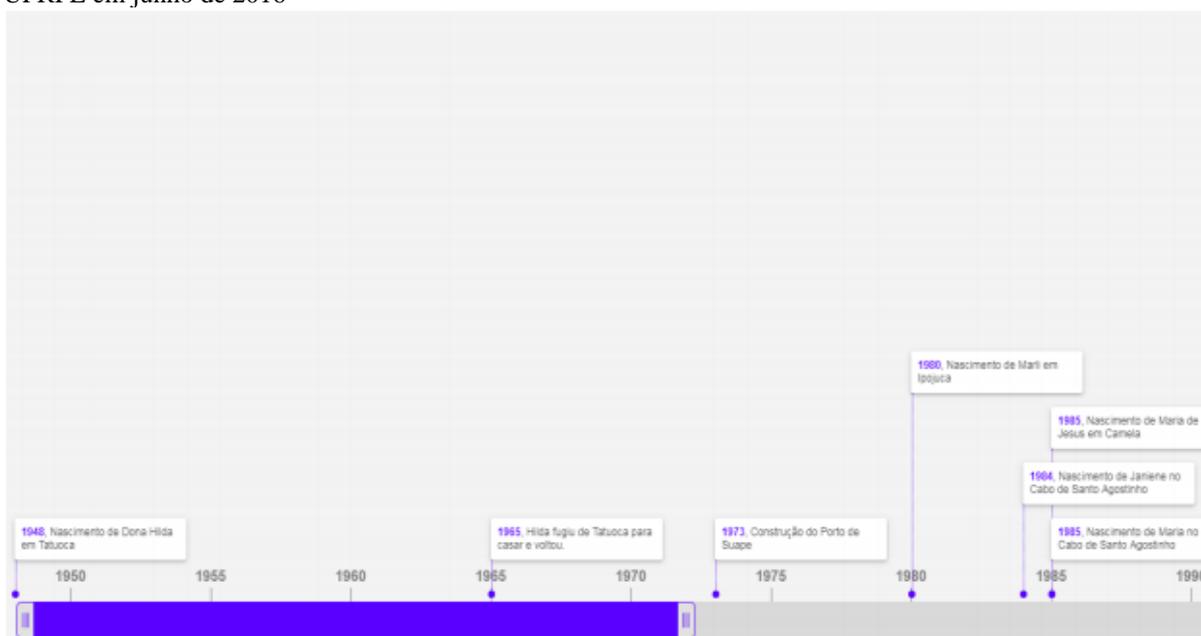
Por fim, encerramos nosso trabalho retomando onde buscamos elencar eventuais avanços ocorridos e desafios ainda existentes na realidade dos professores e vislumbramos potenciais caminhos que possam levar a uma situação diferente da apresentada.

2 TRAJETÓRIAS DE UMA PESQUISA: O ENCONTRO DA PESQUISADORA COM AS MULHERES DE TATUOCA

Durante a graduação participei das atividades de extensão desenvolvidas em Tatuoca, na perspectiva de contribuir ativamente em uma comunidade e desenvolver uma atividade, que seria importante para mim e para eles, focando na valorização da memória de um grupo social pouco valorizado.

A primeira atividade realizada foi a produção de uma linha do tempo a partir da conversa com as mulheres, registrando as datas de nascimento delas e das crianças presentes naquele momento e depois pedindo que as mulheres contassem alguma história ou “causo” significativo durante o tempo em que lá viveram.

Figura 1 — Linha do tempo produzida por mim no projeto de extensão “Tecendo Histórias a partir do Lazer e da Extensão Rural”, sob coordenação da Professora Joanna Lessa Fontes Silva do Departamento de Educação da UFRPE em junho de 2016



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 2 — Linha do tempo produzida por mim no projeto de extensão “Tecendo Histórias a partir do Lazer e da Extensão Rural”, sob coordenação da Professora Joanna Lessa Fontes Silva do Departamento de Educação da UFRPE em junho de 2016



Linha do tempo – 1990 até 2015

Fonte: elaborado pela autora.

A partir das informações geradas na linha do tempo, dividimos os fatos em situações que aconteceram e impactaram toda a comunidade, como a implementação do CIPS (Complexo Industrial Portuário de Suape) e histórias pessoais vividas durante os anos na Ilha. Percebemos durante o processo de realização da linha do tempo que as questões que são de grande importância para nossa pesquisa, como a vida na Ilha de Tatuoca e o conhecimento da rotina e das situações típicas na Ilha, eram muitas vezes vistos como algo sem importância para as pessoas.

Ficou evidente para mim que era necessário sensibilizá-las para a importância das práticas do cotidiano, pois a partir do momento em que houve o diálogo entre a importância destas práticas diárias para nós e para eles, foi muito mais fácil seguir com as atividades de pesquisa. Normalmente fazemos coisas na vida cotidiana sem “para pra pensar”, ou seja, o cotidiano de todos são feitos de atos repetitivos, que é difícil até mesmo enumerá-los e descrevê-los, tal como vemos em “A Invenção do Cotidiano”, de Michel de Certeau, onde as “operações culturais” são entendidas como um “movimento” de práticas comuns e experiências particulares.

O campo de pesquisa, assim, é uma dada “cultura ordinária”, composta por “frequentações” de lugares, solidariedades e lutas. Devem ser consideradas as suas práticas (ou “maneiras de fazer” cotidianas) que são intrinsecamente articuladas às atividades sociais. São

os “modos de operação”, ou mesmo dos “esquemas de ação”, cuja análise, para Certeau (1998, p. 38, grifo nosso), “mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”.

A metodologia da linha do tempo nos fez compreender como a comunidade enxergava os fatos pelos quais passaram e nos deu a possibilidade de ver como essas mulheres sentiram a chegada de Suape ao longo das três décadas de implementação do megaprojeto na região. Para elas, em 1970 não era possível ver os impactos desta construção na Ilha, e só passaram a compreender o que era Suape a partir de 2009, quando algumas pessoas da ilha passaram a trabalhar na construção do estaleiro.

A construção da linha do tempo nos apresentou uma realidade: as mulheres de Tatuoca não compreendiam a necessidade do registro da história da Ilha, eles julgavam que falar do passado era uma perda de tempo.

Quase todas as pessoas que participaram da construção da Linha do Tempo nasceram na Ilha de Tatuoca e outras chegaram após o casamento. A inclusão dos nomes e datas de nascimento foi importante, pois isso evidenciou para as pessoas que essas informações também são elementos históricos, assim como também alguns relatos pessoais que apresentam aspectos do modo de vida e das relações sociais na Ilha de Tatuoca neste passado recente. Hoje tenho a oportunidade de retomar o contato com estas mulheres. Neste momento busco entender como elas educam as novas gerações neste contexto da Nova Tatuoca, de que maneira elas perpetuam estes legados, resistindo assim aos mecanismos resultantes da desterritorialização ocorrida

Diante destas vivências anteriores, integrar o programa em Educação, Culturas e Identidades ampliou bastante os caminhos que eu poderia adotar dentro da pesquisa, revelando outro caminho para dialogar com essas atrizes, mulheres negras e mestiças indagando como são criadas estratégias para sobreviver na Vila de Tatuoca a partir dos processos de memória e educação familiar vivenciados na vida cotidiana.

Portanto, nesta pesquisa nos propomos a investigar quais as estratégias de resistência que estas mulheres estão desenvolvendo para manter a memória individual/coletiva e, simultaneamente, garantir a existência no novo território. Esse desejo de manter a memória de Tatuoca está vivo nelas tanto nos relatos anteriores em ações feitas durante a minha graduação, como também através de projetos sociais que vem sendo desenvolvido por organizações não governamentais no território, demonstrando interesse nesta narrativa da expulsão da ilha de Tatuoca para que não desapareça.

Nesta pesquisa, nosso interesse é com a história das mulheres que viveram em Tatuoca em diferentes fases de suas vidas, por entender que estas desenvolvem um importante papel na difusão da memória coletiva e na educação familiar. Nosso foco principal está na memória coletiva e na vida cotidiana desta comunidade, evidenciando outra versão dos fatos do que vem acontecendo hoje no complexo de Suape. Nosso objetivo geral é investigar as relações entre memória, educação e identidade no processo de desterritorialização da Ilha de Tatuoca para entender como essas relações impactam no processo de adaptação das famílias ao novo contexto. E, ainda, tendo como objetivos específicos: (1) entender, a partir da atuação das mulheres, como diferentes gerações dialogam com a memória da Ilha de Tatuoca, e (2) identificar, no presente, nas práticas do cotidiano, as permanências e adaptações de conhecimentos construídos no modo de vida passado, para a formulação de estratégias das mulheres na(re)invenção do modo de vida da família no novo território.

2.1 Percorrendo o território: a comunidade de Tatuoca da ilha à urbe

Nos últimos anos, o Brasil e boa parte da América Latina passaram por um fenômeno muito parecido e estruturado, haja vista que existe um pensamento consensual entre as gestões governamentais sobre como a economia centrada em commodities gera o desenvolvimento econômico. Para Valter do Carmo Cruz (2017, p. 15), há um “consenso das commodities” como quase que única via possível independente do viés político-ideológico que assumiram os diversos governos, não importando este posicionados à esquerda ou à direita, os países do continente adotaram a exportação de commodities e a mercantilização da natureza para garantir a reinserção nos territórios na geopolítica global.

Tal fenômeno vem impactando diretamente nos territórios historicamente ocupados por comunidades e grupos tradicionais, que historicamente preservaram estes lugares e mantiveram a natureza ali existente, hoje se deparam como empecilho na relação entre Estado e Capital, que apenas entendem aquele local por interesse econômico e o que temos visto enquanto estratégia das gestões para lidar com grupos e territórios a partir da necessidade econômica de utilização, é o estímulo a desterritorialização destes grupos.

Este também foi o destino de muitos grupos para a implementação do Porto de Suape, localizado em Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife. A Empresa Suape foi criada pela Lei Estadual nº 7.763 de 1978 (BRASIL, 1978), com o objetivo de implementar a CIPS (Complexo Industrial Portuário de Suape), que teve como auge os investimentos do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) I iniciados em 2005, que transformou a paisagem da

região a partir da concentração de investimentos na casa dos R\$ 17,7 milhões de dólares e gerando cerca de 15 mil empregos na região (CONDEPE/ FIDEM, 2009).

A Ilha de Tatuoca está localizada no município de Ipojuca, A palavra Ipojuca vem do tupi-guarani yapó-yuc que significa “água escura”. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ipojuca possui uma área de 527,32 km² que corresponde a aproximadamente 0,5% do estado pernambucano.

A primeiro momento da ocupação do território de Ipojuca remonta ao século XV, segundo dados do IBGE, a região prosperou em razão do seu solo rico em massapê, que é próprio para o cultivo da cana-de-açúcar e na ocasião da invasão holandesa, toda a área do hoje município Ipojuca já contava com estes engenhos, cujas finalidades eram o de produzir o açúcar para exportação, “estes núcleos eram planejados já com a finalidade específica de racionalizar a exploração que se implantava e geralmente se localizavam em portos naturais, no litoral ou na margem de um rio navegável” (ANDRADE, 1984, p. 85).

A ocupação de Ipojuca ocorreu através da doação das terras em forma de sesmarias, e a estrutura econômica foi baseada no fornecimento de matérias-primas para o mercado europeu. Esse evento “Trata-se, inegavelmente, de um episódio da expansão do capitalismo comercial ocorrida a partir do século XV” (ANDRADE, 1970, p. 77).

Um dos principais fatores que determinaram o sucesso econômico da colônia recém-descoberta em Pernambuco, principalmente em Ipojuca, foi a localização onde este território se encontrava, principalmente, devido a sua aproximação com o mar.

A facilidade das comunicações por via marítima constituiu, pode-se dizer, que o fundamento do esforço do colonizador de Portugal. Os regimentos e forais concedidos pela Coroa portuguesa, quando sucedia tratarem de regiões fora da beira-mar, insistiam sempre em que se povosassem somente as partes que ficavam à margem das grandes correntes navegáveis. (HOLANDA, 2013, p. 104)

“A Baía de Suape serviu para escoar o pau-brasil e o açúcar da região, assim como para receber europeus de várias nações, escravos de África e mercadorias a serem distribuídas por todos os engenhos, num raio de 20 km” (ALMEIDA, 2011, p. 1331).

Desta forma, nessa época “Com dois portos, Suape e Porto de Galinhas, de 1550 a 1650, Ipojuca era um dos mais importantes centros do sistema colonial, possuindo mais de 30 engenhos e um rio navegável até o meio do seu território” (MATTOSO, 2013. p.41). Portanto, o Brasil, considerado o maior produtor de açúcar nos séculos XVI, contava com os engenhos de Pernambuco, mais especificamente os da região de Ipojuca, para garantir o fluxo das

mercadorias aqui produzidas e transportadas através dos seus portos marítimos até o Velho Mundo.

Já o segundo momento da ocupação da área do Porto Suape é lembrado pela ocupação de trabalhadores rurais dos antigos engenhos de açúcar a áreas desapropriadas destes territórios. Em 1963 foi fundada no Município do Cabo de Santo Agostinho a Cooperativa Agrícola de Tiriri LTDA., que com apoio do INCRA adquiriu terras de vários engenhos com o intuito de repartir, entre seus associados, glebas para o cultivo e criação de pequenos animais (COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI LTDA, 1963).

Este período é marcado por conflitos agrários gerados a partir da dificuldade de negociação das terras dos engenhos dessa região, parte adquiridos pela Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda. junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Também se destaca o tombamento do Engenho Massangana em 1984, que passa a ser reconhecido como Monumento Histórico de Pernambuco, equipamento ligado à Fundação Joaquim Nabuco, localizado próximo a entrada do Porto de Suape, na PE-60.

Em 1977 inicia as desapropriações destas terras e marca o começo da terceira fase da ocupação do território de Suape, e as desapropriações eram necessárias para que fossem iniciadas as obras de infraestrutura portuária, sistema viário interno, abastecimento de água, energia elétrica e telecomunicações para a construção do Porto de Suape (SUAPE, 2014). Desta forma, percebe-se que o cotidiano dos moradores do território Suape *sempre* foi marcado pelas questões agrárias.

A Ilha de Tatuoca está estabelecida onde atualmente se encontra o Estaleiro Atlântico Sul, empreendimento que integra o Complexo Industrial Porto de Suape, atualmente está desabitada, mas até 2014, 50 famílias viveram por décadas da agricultura de subsistência e da pesca artesanal na ilha, convivendo com as transformações espaciais decorrentes da implementação do Porto de Suape desde os anos de 1970.

Os moradores de Tatuoca resistiram às primeiras remoções na região do entorno das construções do Complexo de Suape, onde só no ano de 1977 o Estado de Pernambuco desapropriou 13.500 ha. - 27 engenhos - de terras de camponeses/as dos engenhos da Zona da Mata sul do estado para instalar o complexo industrial portuário Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – CIPS (PÉREZ, 2016).

Figura 3 — Imagem da área geográfica da Ilha de Tatuoca



Imagem aérea da Ilha de Tatuoca

Fonte: SUAPE (2020).

A criação da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) é idealizada desde a década de 1970, período de construção do Porto de Suape, mas que só veio a ser implementada em 2007 e concluída em 2014, recebendo forte incentivo estatal graças a descoberta do petróleo na camada do pré-sal, ampliando o consumo dessa matriz energética no Brasil (PETROBRÁS, 2010). Os moradores da comunidade de Tatuoca foram totalmente retirados da ilha e realocados na Vila Nova Tatuoca, no município do Cabo de Santo Agostinho neste mesmo ano. A Vila Nova Tatuoca foi o primeiro habitacional construído pela administração do Complexo Industrial Portuário de Suape.

Segundo informações que constam no site de SUAPE (2010), o habitacional está situado no Cabo de Santo Agostinho. Este empreendimento foi construído para receber as famílias expropriadas da Ilha de Tatuoca e está localizado próximo à Praia de Suape, com escolas públicas e posto de saúde no entorno, porém, a partir da observação realizada para o projeto piloto desta pesquisa, identificamos que a população da ilha tem dificuldade para acessar aos serviços públicos na nova comunidade em virtude da falta de planejamento do poder público para atender esta demanda populacional, já que são oriundos de um município diferente (Ipojuca). As casas têm 40 metros quadrados contendo terraço, sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço.

Figura 4 — Vila de Tuoca



Foto da Vila de Tatuoca (fonte Site de Suape)

Fonte: SUAPE (2020).

O Porto de Suape assumiu o discurso de interesse de bem comum, onde em prol da ampliação dos investimentos do território Suape, e este gerando emprego e renda para o estado era a prioridade naquele momento, e para que isso acontecesse, não levou em consideração os grupos tradicionais que viviam da natureza e tinham outra relação com o capital (caso dos moradores de Tatuoca).

Logo, esses moradores iludidos pelo discurso de que seriam beneficiados pelo crescimento econômico da região, se depararam poucos anos depois com a triste realidade de não fazerem parte deste processo, sendo mais vistos como empecilhos ao desenvolvimento. Seus valores e tradições historicamente construídos não foram considerados importantes. Eles deixaram de ser autônomos (pescadores e coletores) e passaram a ser desempregados, pois não conseguem ser inseridos na estrutura social e atualmente sofrem com a situação de insegurança alimentar.

Realizei o estado da arte inicialmente focada em trabalhos que foram desenvolvidos no território de Suape, buscando entender o que estava sendo pesquisado sobre a área e não encontrei muitos trabalhos. Então refiz minhas buscas e realizei um levantamento de teses e dissertações publicadas no banco de dados BDTD focado em memórias de mulheres e desterritorialização e reterritorialização de comunidades tradicionais.

Para selecionar o *corpus* da análise fiz uso das palavras-chave: “Ilha de Tatuoca”, “memória de mulheres” e “desterritorialização e reterritorialização”. Os trabalhos selecionados tratam, especificamente, sobre memória de mulheres e desterritorialização, desta forma, foram excluídos os trabalhos que não se aproximam desse recorte. Sobre a Comunidade de Tatuoca identifiquei uma dissertação. A dissertação de mestrado de Katlyn Kelly Duclerc Marques (2014), aprovada no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/ FIOCRUZ - PE., denominada “Moradores invisíveis: o sofrimento social dos moradores da Ilha de Tatuoca - Ipojuca – PE – no processo de desterritorialização”. Consegui construir elementos para entender como aquele grupo chegou em Tatuoca e como se deu o processo de mudança forçada daquele território.

Marques (2014) trabalhou com o conceito de sofrimento social e acompanhou o processo de deslocamento da população de Tatuoca da ilha para a vila, como também registrou os moradores que resistiram bravamente e não deixaram a ilha, entre eles destaque Seu Biu, último morador da ilha que faleceu recentemente. Ela trouxe um olhar da Ilha de Tatuoca, lugar que não tive a oportunidade de visitar até o momento. Ela apresenta que a Ilha de Tatuoca, hoje não é mais uma ilha:

A Ilha de Tatuoca fica em Suape, a 52 km do Recife, o extrativismo e a pesca eram os modos predominantes de geração de renda. Ela é um exemplo da destruição de comunidades tradicionais do entorno, que sofreu deixando de ser uma ilha de fato, visto que passou a ter um acesso terrestre para chegar aos Estaleiros Atlântico Sul e o Promar. Com o projeto de instalação desses estaleiros, a comunidade foi contactada através de uma proposta indenizatória para ser retirada de seu local de origem e ocupar outra área construída para este fim, área esta que está sendo chamada de Nova Tatuoca. (MARQUES, 2014, p. 14)

Katlyn Marques realizou o seu estudo no período de 2012 e 2013, através de visitas à ilha e acompanhou de perto o processo de desocupação desses moradores. Ela conseguiu identificar nas entrevistas com os nativos de Tatuoca as principais transformações econômicas ocasionadas a partir da chegada de Suape na região, principalmente pela escassez da vida marinha na região ocasionada pelo aterramento do mangue para as grandes construções que o complexo de Suape exigia.

A diminuição da vida marinha, com o aterramento dos manguezais impacta diretamente no modo de vida e no trabalho das famílias de pescadoras e marisqueiras. Este processo também influenciou a demanda de água potável na ilha, pois as cacimbas existentes começaram a secar, o que tornou a vida na ilha mais difícil e muitos passaram a participar dos programas de profissionalização oferecidos por Suape para os moradores das comunidades atingidas. Porém,

nas entrevistas, ela conseguiu identificar que mesmo as pessoas que se formaram nos cursos profissionalizantes, não foram inseridas nas oportunidades existentes em Suape, já que a escolaridade era preterida em relação ao conhecimento profissional nas oportunidades que surgiam.

Outro trabalho de grande relevância realizado no território de Suape que cita a resistência dos moradores de Tatuoca ao processo forçado de desocupação da Ilha de Tatuoca foi a tese de doutoramento em geografia pela UFPE, defendida em 2016, de Mercedes Sola, intitulado “R-Existências Dos Camponeses/As Do Que Hoje É Suape: Justiça Territorial, Pós-Desenvolvimento E Descolonialidade Pela Vida” que buscou visibilizar e analisar as resistências dos camponeses/as e suas estratégias diante das ações ocasionadas pelos mega projetos implementados por Suape, que resultou na expropriação das terras e territórios de 22 comunidades por Suape, o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.

Para a autora, é necessário dar visibilidade ao mundo existente através das r-existências sociais, especialmente de camponeses e camponesas, mas também de povos indígenas, negros e tradicionais, pois estes povos buscam privilegiá-la recriando-se nos seus territórios (SOLA, 2016). Os povos do que hoje é Brasil, Colômbia e América Latina vivem, r-existem e recriam mundos existentes e possíveis, disso trata a tese. Sola utilizou como referência para a produção da sua tese no Brasil as comunidades que residiam no entorno do Complexo Suape, entre eles aqueles que habitaram a Ilha de Tatuoca.

A tese de Mercedes Solá (2016) toma ares de denúncia, quando evidencia como o Estado, e as empresas do CIPS no de Suape articulam um campo de insegurança e proibições para os moradores que estavam nessas terras há muito tempo, que ela define como o camponês, que é expulso do seu território e realocado para áreas onde fica impossibilitado de exercer sua cultura, justamente o que ocorreu com os moradores da Ilha de Tatuoca. Nesse sentido, a autora apresenta que o objetivo da realização dessas práticas de desterritorialização é individualizar, proletarizar e transformar camponeses, cujo modo de vida é relativamente autônomo em relação ao mercado em força de trabalho para o capital.

Porém, para a autora, é justamente no cotidiano que as comunidades se recriam, resistindo por uma autonomia. No primeiro capítulo, Mercedes, tem como referência os estudos do cientista político James Scott, elencando três formas de r-existir: as r-existências cotidianas, públicas, e a última proposta pela autora, as de aliança.

A r-existência cotidiana é caracterizada pela vida destes camponeses e camponesas, nas práticas diárias que existem para reafirmação das suas identidades e seus modos de vida. Os trechos das entrevistas feitas pela autora durante suas idas a campo apresentam esta luta pela

vida, tendo como elemento em comum a busca pela autonomia destas pessoas neste novo contexto social.

A segunda forma de r-existência são as práticas públicas. É neste modo de r-existir, que a importância da visibilidade das lutas realizadas por estas comunidades é evidenciada. As resistências e persistências dos povos tradicionais, originários, camponeses e camponesas realizam, tecem redes de r-existências que serão difundidas por outros mundos e territórios, fortalecendo a luta, construindo dinâmicas que começam de dentro destas comunidades e vão criando um pensamento que seja contra-hegemônico, descolonial e plural. Os modos públicos de r-existências são caracterizados pela luta coletiva, pelas ocupações e pela autonomia na rua, na visibilidade dos povos para outros povos.

A terceira forma de r-existência ocorre entre alianças destas comunidades com parceiros estratégicos a esta luta. As estratégias utilizadas pelo sistema existente no mundo moderno/colonial para invisibilizar e criminalizar as comunidades tradicionais e originárias leva a necessidade de que estas pautas e r-existências sejam evidenciadas e é necessário ocuparem novos locais estratégicos, ainda que muitas vezes os sujeitos que vivenciam essas lutas não estejam presentes fisicamente.

Através destas alianças são caracterizadas pela comunicação, pela necessidade da visibilidade do que ocorreu nestes territórios, pela desnaturalização da colonialidade, e é feita principalmente por ONGs parceiras, instituições e pesquisadores que se identifiquem com as lutas e apresentam este tema para debate, explicitando estes conflitos e as resistências, tornando-se aliados destes povos, partilhando um objetivo em comum, o de construir uma sociedade onde caibam outros mundos possíveis.

A leitura desta tese foi muito importante para o meu trabalho, tive a chance de conhecer a autora ainda durante a minha graduação e pude participar de um dos momentos de entrevista que resultou nesta tese, como também comprei o livro no ato do lançamento. O livro apresenta ainda uma comparação muito importante destas práticas realizadas no território Suape com a re-existência de grupos indígenas do interior da Colômbia, apresentando que estas estratégias são características de toda uma região e não apenas de comunidades e territórios isolados.

2.2 Quem são as mulheres de Tatuoca?

É importante ressaltar que a pesquisa trabalha com mulheres, sendo elas idosas, adultas e jovens, e tal recorte nos levou a uma perspectiva feminina da história, geralmente apagada e retirada do lugar de fala do conhecimento histórico.

No texto “*Las Mujeres y los silencios de la historia*”, a autora Michelle Perrot (2006) nos fez pensar sobre o silêncio das mulheres na história e de como durante muito tempo elas foram mudas e ausentes, principalmente no que toca a vida cotidiana e de como nelas está localizada o conhecimento do local. Ouvi-las é antes de tudo empoderar todo este conhecimento que é ainda pouco valorizado.

Levando em consideração que tratarei de memória de mulheres mesmo que a pesquisa não tenha como objetivo principal focalizar as relações de gênero, este conceito se entrelaça com outros e está presente dentro do contexto. Eu não poderia deixar de citar que o conceito de gênero é de grande importância para o porquê optar por escrever sobre estas mulheres. Nesse sentido, diálogo com a produção de Joan Scott, para ela, “O gênero é a primeira maneira de dar significado às relações de poder. Ou seja, o gênero é um primeiro campo, no seio do qual ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1990, p. 16).

Esta concepção da autora foi influenciada pelo filósofo francês Michel Foucault, que considera que as significações de gênero são construídas pelo poder atribuído ao sexo feminino e masculino, em que de acordo com Scott (1990, p. 18) “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado”.

Outro conceito importante para a pesquisa é a experiência, e a produção de Scott sobre este tema contribui muito para o trabalho. “experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas” (SCOTT, 1999, p. 16).

As experiências das mulheres entrevistadas são as bases destas narrativas. A partir das experiências da vida cotidiana, do trabalho, da convivência familiar, da economia familiar, da convivência comunitária e do modo de vida da Ilha de Tatuoca que queremos conhecer e procurar o que é lembrado e transmitido às novas gerações.

Quando a experiência é considerada como a origem do conhecimento, a visão do sujeito individual (a pessoa que teve a experiência ou o/a historiador/a que a relata) torna-se o alicerce da evidência sobre o qual se ergue a explicação. Questões acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, construídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada - acerca da linguagem (ou discurso) e história - são postas de lado. A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo. (SCOTT, 1999, p. 4)

Em sua construção sobre a experiência, Scott enfatiza a importância do papel da história na construção da experiência, afirmando que só quando se entende verdadeiramente a história

é que se pode compreender a experiência: “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, 1999, p. 5).

A ênfase da autora é na possibilidade de explicar como a experiência que se estabelece na diferença é construtora de subjetividades. Sendo assim, a autora coloca as relações de gênero no cerne mesmo da experiência das mulheres, fazendo o entrelaçamento conceitual. Então, decorre disto afirmar que esta pesquisa, ao falar de memória de mulheres, também está falando de relações de gênero, que estão no âmago das experiências que formam essa memória em mulheres, como sujeitos coletivos que vivem essa experiência. Mesmo que não existam menções à questão de gênero nos relatos destas mulheres, toda a vida social delas foi construída nas relações de gênero, fazendo deste estudo uma pesquisa sobre gênero.

Recorrer à experiência tem-se mostrado uma estratégia teórico-metodológica importante, visando não tomar como referência categorias pré-estabelecidas, as quais podem engendrar os sujeitos em matrizes genéricas. em que se dão as experiências e se formam as subjetividades.

A partir da proposição de Scott pode-se tomar a categoria experiência como estratégica para “explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constituiu sujeitos que veem e agem no mundo” (SCOTT, 1999, p. 4), ou seja, a experiência como acontecimento coletivo, que afeta uma comunidade, o que é distinto de outras pesquisas que tomam a experiência como origem do conhecimento da pessoa, da visão de mundo individual, desconsiderando, desta forma, as relações de gênero que envolvem a experiência.

Scott em suas construções sobre a noção de experiência, refere que é necessário ter cuidado com os usos que são feitos desse conceito, que na ciência histórica é realizado pela necessidade de busca de diferentes fontes para a compreensão de um determinado contexto social.

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. (SCOTT, 1999, p. 16)

Para Scott, “o tipo de leitura que tenho em mente, não pressupõe uma correspondência direta entre palavras e coisas, nem se restringe a significados únicos, nem tem o propósito de resolver contradições” (SCOTT, 1999, p. 16).

Nesse contexto, a mesma afirma: “experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas” (SCOTT, 1999, p. 16).

A linguagem utilizada nas transcrições das entrevistas que estão aqui evidenciadas foi feita de acordo como as mulheres falaram, não foram feitas adequações para enquadrá-las a normas culta da língua portuguesa.

Scott afirma que a experiência, assim como a linguagem, é indissociável da história do sujeito, que, então, é sempre sujeito coletivo. As mulheres que ganham vozes na sua pesquisa têm nome próprio, mas a história que elas contam, mesmo sendo em primeira pessoa, é uma história das mulheres de Tatuoca.

Outro ponto que levo em consideração para escrever sobre mulheres, é porque no universo da pesca, as mulheres ainda são colocadas em um patamar inferior aos homens. O poder articulado à dominação masculina legitima a concepção da pesca como uma atividade tradicionalmente masculina, pois é no espaço público que o homem reproduz este poder por meio de símbolos, discursos e gestos. Para Bourdieu (2001, p. 17) a divisão sexual do trabalho se apresenta da seguinte forma:

Ela está objetivada nas coisas, no mundo social e incorporada nos corpos e *habitus*, funcionando como sistemas de percepção, pensamento e ação. Isso porque existe uma concordância entre estruturas objetivas e cognitivas que leva a uma referência ao mundo que apaga as condições sociais que a torna possível, legitimando o arbitrário como se fosse natural.

Aqui a análise de Bourdieu dialoga com as questões apresentadas por Scott, onde o desenrolar da história articula lugares, estruturas, sujeitos e linguagem. No texto “O Enigma da Igualdade” de Joan Scott (2005), a autora dialoga sobre igualdade e diferença. Para Scott, as diferenças são uma forma de organização social, por isso não podem ser resolvidas. Também por isso as resoluções políticas não devem funcionar; a ação afirmativa é imperfeita. “Visando acabar com a discriminação, não apenas chamou a atenção sobre a diferença, como também a abraçou. Visando a tornar a identidade de grupo no tratamento com os indivíduos, ela retificou a identidade do grupo. Não havia outra escolha” (SCOTT, 2005, p. 23).

Diante deste contexto, evidenciar as narrativas destas mulheres é apresentar novas atrizes sociais. Diante do meu trabalho anterior em Tatuoca, onde dialoguei com mulheres que sofrem com a violência de gênero e que tiveram poucas oportunidades de ser ouvidas, ser entrevistadas para uma pesquisa se tornava significativo para elas também. Todas queriam ser retratadas daquela forma e passaram a identificar pessoas e famílias que ficaram de fora. Hoje

entendo que o que mais importa para mim é contribuir para o fortalecimento identitário destas mulheres dentro da comunidade. Para Scott: “faz mais sentido perguntar como os processos de diferenciação operam e desenvolver análises de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como identidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais” (SCOTT, 2005, p. 23). Dar visibilidade às estas histórias estão diretamente ligadas ao meu compromisso político e ético enquanto pesquisadora negra e periférica e percebo que é papel da academia retratar diferentes personagens que estão diretamente ligados à nossa história e cultura e que historicamente foram apagados da história, como as mulheres negras,

O negro tem uma história tradicional onde subsistem ainda resíduos das sociedades africanas, mas tem também uma cultura forjada aqui dentro e que esta cultura, na medida em que foi forjada num processo de dominação, é pernicioso e bastante difícil e que mantém o grupo no lugar onde o poder dominante acha que deve estar. Isso é o que eu chamo de “Cultura da Discriminação” (NASCIMENTO, 1976 *apud* RATTS, 2006, p. 30).

Afirmamos as mulheres negras integralmente em todas as suas implicações e sensações, como afirma a médica e doutora em comunicação Jurema Wernek (2016): “A gente é mulher negra, não mulher e negra. É uma experiência compacta, inteira e singular, que traz vários reflexos em nossa vida”.

2.3 Narrativas de mulheres pescadoras e negras: da reparação ao silenciamento

Grada Kilomba inicia o livro “Memórias da Plantação” (2008) com uma epígrafe neste livro que é a síntese de sua tese de doutorado, que dialoga sobre a necessidade da escrita de histórias que foram silenciadas pelo racismo e pelo colonialismo. Grada apresenta em seu texto críticas que foram feitas a sua tese de doutorado, que afirmaram que a mesma não apresentou rigor científico em suas entrevistas e aponta o racismo desses textos, que reafirmam dentro de uma perspectiva colonialista que só é possível haver uma maneira de construir o conhecimento científico.

Para ela “As pessoas são ensinadas que pessoas sofrem discriminação porque são diferentes, quando na verdade é ao contrário: as pessoas se tornam diferentes através do processo de discriminação” (KILOMBA, 2008 p. 166).

Ao retroagir nas histórias brasileiras, na perspectiva da interseccionalidade, vemos como as mulheres negras foram e ainda são silenciadas pelo racismo, por isto, (re)contar as histórias destas torna-se um percurso necessário no que tange a (re)afirmação, (re)escrita e (re)conhecimento das mulheres negras enquanto sujeitas de direito. Especialmente na luta

antirracista, antisexista e anticapitalista. Para além do que entendemos enquanto recorte, estamos visibilizando a maior população brasileira que manteve e mantém registros e linguagens que abrigam atos de resistência, como traz Patrícia Hill Collins. É sobretudo a (re)tomada reflexiva da história brasileira a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, decolonial dos povos tradicionais.

É necessário emergir nas histórias vividas pelas mulheres negras, considerando a condição não humana em que estas estiveram na colonialidade e que ainda permanecem tecendo estratégias políticas.

Essa catarse psíquica, emocional e política que se encontra na pele e na subjetividade, na qual todas nós, mulheres negras, estamos, necessitamos caminhar|(re)visitar, haja visto a condição coletiva do racismo, opressão que “[...] parte da suposição irracional da superioridade de um grupo racial sobre outro. É também a crença de que determinado grupo possui defeito de ordem moral e intelectual que lhe são próprios” (SANTOS, 2001, p. 85).

Como processo que subalterniza, inferioriza e desqualifica as pessoas negras, o racismo atua enquanto engrenagem de controle social das raças, um dos eixos fundamentais deste modelo globalizante da colonialidade do poder, que também discrimina e classifica socialmente o mundo pós-colonial.

A escravidão tocou objetivamente nos corpos das mulheres negras, como também as suas subjetividades, reprimido os sentimentos daquelas(es) que tentassem comunicar as suas emoções e desejo. Somado às construções intersubjetivas e da baixa estima, as mulheres negras experimentaram as normalidades do sistema colonial, em que seus corpos eram considerados unidades de mercadoria. Mulheres que não eram consideradas humanamente dotadas de sentimentos, dores, negadas de suas memórias.

A divisão social do trabalho não diferenciava mulheres e homens, ambos tinham que servir a economia familiar da casa grande. Nem durante a gestação, ou pós-parto, elas tinham um tempo para se restabelecer no trabalho e cuidar das(os) filhos(as). Seu corpo era sua força de trabalho. Após a abolição, as mulheres negras aprenderam a desenvolver uma força sobrecomum “Assim como seus companheiros, as mulheres negras trabalharam até não poder mais. Assim como seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família (DAVIS, 2016, p. 220)

Os argumentos da democracia racial ressignificaram para um outro nível as imagens das mulheres negras e indígenas. Um bom exemplo disso é como incorporamos as violências sexual praticadas contra as mulheres negras e indígenas, como relações amorosamente consentidas. A miscigenação é resultante da exploração sexual de mulheres negras e indígenas no período

colonial. “[...] o produto do prévio estupro da mulher africana pelo português o mulato e bastardo resulta da espúria união marital: a concubinação e/ou a prostituição da mulher negra e da mulata” (NASCIMENTO, 2016, p. 75).

Além disso, é de grande relevância para a (re)tomada por uma racionalidade negra tecida a partir da biografia das mulheres negras ao longo das histórias brasileira. Debruça-se numa investigação de si, sobre as vidas vividas de mulheres negras a fim de recuperar as experiências políticas de dentro da história como sujeitas históricas. Como apresenta Conceição Evaristo, numa entrevista à revista *Raça Brasil*, ainda há muito preconceito em relação à mulher negra na sociedade brasileira:

se você não está na mídia e ainda é negro e mulher, a situação se complica mais, porque espera-se que a mulher negra seja capaz de desempenhar determinadas funções, como cozinhar muito bem, dançar, cantar - mas não escrever. Às vezes, as pessoas olham para mim e perguntam: "Mas você canta?". E eu digo: 'Não canto nem danço'. Para um negro desconhecido tornar-se escritor, há todas essas dificuldades. Para uma mulher negra, pode multiplicar isso por mil, pois você vai assumir uma função que a sociedade não está acostumada a esperar. A sociedade tem uma expectativa que nunca é intelectual. (VITRINE LITERÁRIA, 2009)

Voltando ao estado da arte da pesquisa, busquei também pelas palavras-chave Memória de mulheres, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, e encontrei 27 trabalhos variados, dentre os quais selecionei cinco trabalhos. O primeiro deles é intitulado “(In)Visibilidade das Mulheres na Pesca Artesanal: Uma Análise Sobre as Questões de Gênero na Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-16 Em Miracema do Tocantins/TO”, dissertação defendida no programa de Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Tocantins. A autora desenvolveu o termo invisibilidade para evidenciar que as atividades pesqueiras que as mulheres realizam são invisíveis tanto para elas quanto para os outros. O estudo buscou dar visibilidade ao ofício destas mulheres e a metodologia adotada nesta pesquisa foi de cunho qualitativo com a utilização da história oral. Os dados foram interpretados pela fundamentação teórica pelos estudos de gênero de Joan Scott (1990; 2012).

O segundo trabalho de Wynklyn da Conceição de Lima intitulado “Memórias de Mulheres Quilombolas e Identidade Territorial da Comunidade Nova Jutaí, Breu Branco-PA”, defendido em 2017 no programa de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, investigou as memórias de mulheres quilombolas da comunidade de Nova Jutaí, Breu Branco – PA e discutiu como as memórias das mulheres (re)criam a identidade territorial, com uma abordagem interdisciplinar do problema, especialmente referenciada em aportes conceituais da antropologia, da história e da geografia.

Os conceitos principais utilizados foram identidade territorial enquanto territorialidade, destacando as categorias analíticas de lugar e memória. A metodologia abordada também foi da história oral, através de entrevista temática semiestruturada. A pesquisa evidenciou que as mulheres, cujas memórias são objetos desse estudo, assumem papéis importantes na comunidade no que diz respeito a assuntos de cunho econômico, político e cultural.

Já o terceiro trabalho me chamou a atenção por pesquisar as narrativas das mulheres negras a respeito do processo de construção e consolidação de Brasília, fazendo uma análise sociológica da memória e suas intersecções entre gênero e raça/cor, de autoria de Elna Dias Cardoso, tese defendida no programa de sociologia da Universidade Federal de Goiás em 2018.

Outra pesquisa que selecionei, está por ter ser uma pesquisa no campo da educação, tem por título “Memória de Mulheres De Assentamentos de Reforma Agrária: A Relação entre Trabalho, Política Educação e Participação” do Mestrado em Educação da Universidade Federal de São Carlos, de autoria de Amanda Cristina Lino que analisou a relação entre a memória das mulheres, participação e educação no contexto dos assentamentos de reforma agrária na região de Sorocaba, tendo como objeto de estudo as memórias da participação das mulheres na cotidiano da política, da educação e do trabalho que se consubstanciaram dialeticamente por meio da sua experiência.

O último trabalho selecionado, defendido em 2018 no programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Campina Grande, tem por título “Memória e História do Pós-Escavidão: O Cotidiano do Engenho Buraco D’água na Cidade -Alagoa Nova –PB (1918-1950)” de Maria Regina Alves Dos Reis. Apoiada em teóricos que trazem uma grande contribuição sobre Memória e História, como Bosi (1994) e Halbwachs (2006), a autora faz uma abordagem a partir das concepções de práticas e representações de Chartier (1991) e as combina com os conceitos de estratégias e táticas, como concebe De Certeau (2007). Como abordagem metodológica, conto com a contribuição de Alberti (2005) sobre História Oral, na sua concepção de história de vida, para trabalhar com a memória de mulheres e homens que nasceram e viveram sua infância e juventude no Engenho Buraco d’Água.

2.4 Pedagogias descolonizadoras

No mundo ocidental em que vivemos hoje, somos considerados a periferia do mundo nesta relação norte e sul, como também costumamos definir o conhecimento do povo, a chamada educação popular, onde Paulo Freire aparece como referência central deste que poderia ser considerado como conhecimento periférico e de menor “valor” para a construção

da sociedade. Esta visão, claramente, é fruto da perspectiva colonizadora forte no nosso pensamento cotidiano. Cabem a nós, estudantes, professores e pesquisadores do sul do mundo, lutar e produzir não apenas pela independência política, mas também pela independência epistemológica, construindo saberes “descolonizantes”.

Por isso, não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo. (É preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fazer com que eles também saibam com humildade). (FREIRE, 2018a, p.35-36)

O ato de ensinar e apreender a todo momento se confundem, assim como a posição do educador (docente) e do educando (discente), como destaca Freire (2018, p. 25): “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos”. A proximidade dos conceitos de Freire ao pensamento decolonial, sobretudo no que concerne à educação intercultural crítica, presente em sua obra “Pedagogia do oprimido”, em que o autor trabalhou os conceitos de humanização e desumanização. Freire (2018, p. 40) afirma que tanto a humanização com a desumanização “são possibilidades dos homens, como seres inconclusivos e conscientes de sua inconclusão”.

Walsh (2014) destaca que a criação de estruturas socioeducativas necessárias para desvendar as raízes da opressão e desumanização vivenciada pelos oprimidos, em que esses identifiquem as estruturas dessa opressão, e dessa forma, atuem sobre elas, faz parte do projeto político da Educação Popular. Esses são componentes centrais do pensamento de Freire que a autora atualiza. Walsh (2014) sinaliza que Freire construiu uma teoria epistemológica, ou seja, que busca conhecer a realidade e transformar a realidade, mas que não aprofundou o problema ontológico existencial que forma a base da opressão e da descolonização e libertação dos oprimidos, como nos casos dos povos indígenas e afrodescendentes.

A matriz de dominação colonial se aprisiona no poder sobre os corpos e espaço. É uma relação de violência com base no racismo, impondo modelo de organização de relações de violência (sobre o trabalho, sobre o corpo). O pensamento decolonial implica fazer com [colaborativo], entrelaçando a teoria-prática com histórias locais de vida e perspectivas de luta. Neste ponto, estes conceitos me auxiliam a entender como a comunidade de Tatuoca produz conhecimento, produz metodologias e cria estratégias de resistência para lidar com este novo contexto e estas histórias precisam ser registradas.

Estou dialogando sobre quem é o sujeito da educação nos dias de hoje, como as pessoas entendem a História e são capazes de compreender que vivemos tempos de memória. Como se constrói o conhecimento histórico em tempos de memória. Foucault apontava que:

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar o seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. (FOUCAULT, 2008, p. 15)

Ainda do que toca o pensamento decolonial, o conceito de Chixi apresentado por Silvia Rivera Cusicanqui (2010) em “Ch’ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores” apresenta como as comunidades originárias possuem suas próprias ideias de desenvolvimento e modelos capazes de ir de encontro ao pensamento colonial.

Isto significa que as comunidades tradicionais possuem perspectivas próprias de desenvolvimento, capazes de responder melhor a demandas sociais dos seus territórios do que modelos econômicos importado de outras realidades, maneira pela qual o pensamento colonial se tornou hegemônico, dentro do contexto histórico dos territórios marcados pela colonização.

A escritora e contadora de histórias nigeriana Chimamanda Adichie (2019) na palestra “O perigo de uma história única” escreve sobre a importância do seu local de fala. Tendo crescido dentro de um campus universitário na Nigéria e começado a escrever muito cedo, ela passou a escrever o que lia nos livros infantis, geralmente britânicos ou norte-americanos, com elementos culturais que nada dizem sobre ela, que vivia em um país de clima tropical onde se comia manga em vez de maçãs. Vem aqui o perigo de se trabalhar uma história única. Como as pessoas não se vêem passam a acreditar que é normal uma única visão de mundo hegemônica, que invisibiliza a diversidade clara no mundo atual.

Chimamanda Adichie reafirma a importância de conhecer esta história diferente e identificar-se como parte dela como algo primordial para a construção de identidade e pela luta por outra visão de mundo possível. Fomos acostumados a ver a partir da perspectiva do colonizador. A História, na perspectiva do colonizado, é completamente diferente. Ela não se inicia com a ocupação dos europeus em África ou nas Américas, elas já existiam de outra maneira, a partir da visão dos povos originários.

Vattimo (1992), em “A sociedade transparente”, analisa a construção de pós-modernidade na perspectiva histórica. Para ele, a ideia de modernidade dá a entender que a história da

humanidade seria uma linha reta que sairia da barbárie até o total desenvolvimento, assim imperaria um discurso único, típico da modernidade.

Para Vattimo, nós não somos mais apenas modernos, pois a atualidade tem se demonstrado diferente dos ideais da modernidade e ele tem uma visão esperançosa sobre o conceito de pós-modernidade, pois têm surgido diferentes grupos sociais que estão se fortalecendo a partir do uso da mídia e dos meios de comunicação, em vez de surgir um discurso único, vivemos o contraponto do discurso nos dias de hoje, mesmo que estes grupos ainda não tenham atingido o poder econômico e político. Para ele fragmentação é equivalente a democratização.

Estes relatos que originaram este projeto são muito ricos para a construção de uma outra narrativa da história de Suape no litoral sul de Pernambuco, ter o olhar daqueles que foram expulsos de suas terras, como tantos outros no Brasil, a partir da força do discurso desenvolvimentista em regiões que atualmente são de interesse do capital nacional e estrangeiro.

Chegamos à conclusão de que estamos criando documentos históricos e nos propondo sistematizar dados que representam a história de Tatuoca. A ideia central desta pesquisa contribui com a discussão de construção da memória a partir de uma visão descolonizada, contra hegemônica e baseada na valorização da comunidade pesqueira tradicional de Tatuoca, sobre perspectiva pós-estruturalista, dialogando com o pensamento com a decolonial na América Latina.

3 ILHA DE TATUOCA: A TERRA E AS FAMÍLIAS

Nas entrevistas que realizei, as pessoas falaram um pouco sobre como chegaram à ilha:

Meus pais moravam lá, os dois nascidos e criados na ilha. Nasci e criei meus filhos todos lá na ilha. Minha avó ela era mãe da minha mãe. Eu me lembro dela, eu era pequena, mas lembro., ela era índia e ela era aleijada. Francisca. Minha avó veio fugida do cativoiro. Entrevista 1. (SILVA, 2018)

Eu nasci em Suape, mas eu fui pra Tatuoca tinha 15 anos de idade com meus pais. Aí me casei, tive os filhos. Entrevista 2. (SILVA, 2018)

A partir dos relatos, a narrativa mais adotada é que a ilha foi ocupada por trabalhadores rurais dos engenhos do entorno e diante da fartura de comida disponível na região resolveram ficar por lá e uma das pessoas entrevistadas realmente fez este percurso:

Eu morei em Tatuoca 50 e poucos anos, ela já nasceu lá (a filha). O mais velho com quem eu cheguei lá foi Biu, entendeu. Em Tatuoca trabalhava eu e ele. Antes de lá eu vivia da cana e reclamava da vida, trazia pra casa pra cozinhar e às vezes não tinha o que comer, aí a gente ia pedir esmolos. E em Tatuoca tinha o que comer, tinha as frutas, aí eu fui com Biu, ele se admirou também, aí melhorou a situação, tenha peixe e a gente repartia. Entrevista 3. (SILVA, 2018)

Costumávamos perguntar aos entrevistados como era a Ilha de Tatuoca antes da chegada de Suape. Os entrevistados nos informaram que a ilha possuía um dono e que trabalhavam um dia por semana para pagar o acesso à terra, trabalho este conhecido como foro, o dono deixava um administrador na ilha para acompanhar o trabalho dos moradores, sobre isso conseguimos captar o seguinte nas entrevistas:

As casas eram de palha, aí tinha os moradores, aí tinha outros povos que moravam na casa, povos de fora que moravam nas casas e não foi pros dias de serviço. Aí tinha o foro, tinha o dia de serviço daquela semana que roçava para o dono da Ilha de Tatuoca. Era Zezinho Magalhães, que morava em Maceió. Entrevista 1(SILVA, 2018)

Tinha (administrador), depois foi Mané Borges. Era Severino, o dono era Seu Zezinho. (o trabalho dele era) Plantar, cortar mato, fazer foro das casas. Ele não tinha essas histórias não, chegava assim, onde a gente sentava assim, antigamente era essas casas de palha, ele sentava e conversava muito com a gente. Ele não tinha isso não, era rico não. Era muito legal ele. Entrevista 1. (SILVA, 2018)

A questão da posse da terra nos chamou a atenção, pois hoje o Estaleiro Atlântico Sul possui uma concessão ao uso da terra de Tatuoca, autorizada pelo estado de Pernambuco. Uma

das entrevistas trouxe melhores detalhes sobre o que pode ter acontecido com o possível dono da Ilha de Tatuoca:

A terra era dele lá, mas o que é que acontece. Meu avô, antigamente, o pai do meu pai era dono dessas terras aqui (onde hoje fica a Vila de Tatuoca), essas terras eram do meu avô. Na época que Miguel Arraes entrou para ser governador ele botou uma norma dos funcionários ter a carteira fichada. Quem deu esses direitos aos trabalhadores na época foi Miguel Arraes e quem não tinha empresa registrada, CNPJ, não respeitava as coisas começou a perder os seus bens, como meu avo perdeu e como ele (Seu Zezinho) perdeu as terras dele de Tatuoca. Quando Suape chegou para o grande desenvolvimento de Pernambuco que é o Porto de Suape aí foi dado à concessão de usos por 99 anos, que não pode ser 100, aí foi 99 anos. Entrevista 4. (SILVA, 2018)

Nessa parte do depoimento temos indícios do processo histórico que marca a história social da economia do açúcar: o trabalho em engenho, sob regime informal, sem legislação e fiscalização; a transformação das relações de trabalho com a inclusão dos trabalhadores rurais na legislação trabalhista; a reforma agrária promovidas a partir da desapropriação das terras dos engenhos já falidos, ou quase; o assentamento de trabalhadores nessas terras, porém, sem políticas de financiamento para fortalecer os agricultores assentados. Emília Godoi chama este fenômeno, na dissertação de mestrado intitulado “O trabalho da memória; um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí” (1999), de uma reforma agrária incompleta.

Para Godoy:

em um momento em que os camponeses sentiam a pressão sobre nos seus territórios a memória coletiva é estimulada. Essa memória passa a atuar como criadora de solidariedade, produtora de identidade do imaginário, surgindo regras de pertencimento e exclusão que delimitam as fronteiras sociais do grupo. O fio condutor, portanto, é trabalho da memória, apreendido através do “filtro” fornecido pelos próprios camponeses: a história da ocupação do grupo. (GODOY, 1999, p. 15)

Para a autora, na região Nordeste coabitam diferentes grupos sociais, onde a diversidade não só marcada pelos aspectos naturais, mas também, pela organização dada ao espaço pelo homem, pelos meios disponíveis de reprodução socioeconômica e pelos arranjos que os homens fazem entre si ao dispor desses meios. Assim, surgiu, desde o período colonial, a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam economicamente, mas que política e socialmente se contrapõem: o nordeste da cana-de-açúcar e o nordeste do gado. Entre um e outro, o nordeste da pequena propriedade e da policultura.

Historicamente, para a autora, existe um domínio privilegiado nas análises sobre sociedades camponesas, que é a dimensão econômica, o que faz com que elementos culturais e a própria memória fossem relegados a segundo plano.

Em Pernambuco sobre este contexto da reforma agrária incompleta, é necessário citar a importância das Ligas Camponesas para experiências que resultariam na organização social do movimento agrário regional. A primeira Liga Camponesa foi organizada no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco. Logo, o modelo desta organização social expandiu e atingiu outras regiões, inclusive a área do entorno onde atualmente está localizada o Porto de Suape, principalmente na cooperativa agrária criada por trabalhadores do Engenho Tiriri, chegando a outros estados.

Segundo Dezemone (2016), dois aspectos foram fundamentais para a ampliação destas associações e, conseqüentemente e no crescimento das Ligas Camponesas no estado. O primeiro foi a luta contra o cambão – o trabalho não remunerado nos engenhos, salientado de forma recorrente por Francisco Julião (1962; 1977). O segundo aspecto foi a ascensão de grupos políticos que disputaram os novos contingentes do campo que chegaram às cidades e que se abriram a uma maior influência e presença das esquerdas em Pernambuco, entre 1955 e 1964. Entre eles, destaque Miguel Arraes, citado pela entrevistada. Durante a campanha eleitoral para o governo em 1962, Arraes buscou o apoio dos trabalhadores rurais, e no governo abriu espaço para sindicalistas (PEREIRA, 2008).

O encaminhamento feito pelo então governador Miguel Arraes para resolver os problemas agrários, deixava claro uma nova concepção política de governar. Arraes decidiu fazer cumprir as leis trabalhistas no campo, aplicar o Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em março daquele mesmo ano, ampliando práticas de que já estavam disponíveis a décadas para trabalhadores urbanos e que agora poderiam atingiam ao trabalhador rural. Leis aprovadas pelo presidente Goulart, que trariam benefícios e garantias de direitos para esses trabalhadores, como o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e a Regulamentação da Sindicalização Rural, foram implementados com afinco durante este período.

Para pesquisadores que se dedicaram a escutar os próprios trabalhadores rurais também identificaram o papel desempenhado pelo cambão para as mobilizações sociais (DABAT, 2003). Prática comum havia muitos anos, o cambão passou a ser visto como um problema quando os proprietários começaram a cobrar mais dias, intensificando a exploração sobre os trabalhadores, enquanto as expulsões dos engenhos se generalizavam.

Estas práticas também aparecem nos relatos das mulheres da Ilha de Tatuoca, a partir do chamado fórum, feito as segundas, segundo elas o acordo feito para que as pessoas

continuassem vivendo na ilha era trabalhar um dia da semana para o possível “dono” daquelas terras.

A disposição do Governador Arraes em promover o diálogo para definir a aplicação da legislação que beneficiava o trabalhador rural levou à mesa de negociação trabalhadores e patrões, através de suas representações sindicais. Até então, as regras de produção e a jornada diária de trabalho eram definidas pelo patrão ou seu preposto, e essa era uma das principais causas de reclamação dos trabalhadores, pois o nível de exploração era altíssimo. O Governador mediou toda a negociação, e aos patrões foi concedido, mais uma vez, reajuste no preço do açúcar.

O momento mais importante para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco foi, sem dúvida, o Acordo do Campo, que garantiu não só um nível salarial convencionado, com base no salário-mínimo, mas sobretudo estabeleceu a Tabela de Tarefas. (DABAT, 2003, p. 116)

Claro que todos os avanços conquistados pelos trabalhadores rurais, seja através da atuação dos sindicatos rurais ou das Ligas Camponesas, ou até da abertura política para implementar direitos para trabalhadores rurais, como os esforços realizados pelo governo Arraes em Pernambuco, não foram bem-vistos por seguimentos conservadores e que resultou no Golpe Civil-Militar de 1964, onde estes grupos e práticas foram proibidos.

Nas entrevistas é possível identificar quando Suape começou a ser instalada na região por volta dos anos 1970. Antes SUAPE era visto como algo positivo; quem levava médicos e vacinação para ilha, como também na necessidade de socorrer, era a gestão de Suape quem fazia isso, era uma relação muito próxima e antiga, e inicialmente não era possível ver os impactos negativos desta relação. Uma das ações relatadas sobre Suape, é que esta – a instituição -, chegou à ilha de Tatuoca com um projeto social, montando uma olaria e distribuindo uma bolsa para que os jovens e adolescentes participassem desta ação:

Era um projeto social de desenvolvimento local. O porto começou a mexer na cultura da comunidade, ai começou a fazer um projeto social pra manipular o povo. É a forma de Suape, por que ele manipula as pessoas de certa forma, que as pessoas pensem que Suape está ajudando. O uso dos tijolos era pra se vender, só que nunca se vendeu nada e os tijolos continuam lá, que era pra ser usado nos prédios que seriam construídos dentro de Suape. Isso. Eles pagavam uma bolsa, pra essa família fazer os tijolos e esses tijolos depois seriam vendidos para eles. Rapaz, isso tem bem uns 30 anos. Tem uns 24 anos que eles chegaram lá. Eu trabalhei nesse projeto quando era menino. Entrevista 4. (SILVA, 2018)

Doutora Rejane vivia por lá. Doutora Rejane, grande amiga minha. Ela trazia pra hospital e levava pra hospital, era uma grande amiga minha. Ela levava no médico,

trazia do médico. Ela era uma mãe pra gente. Eu sei que ela ajudava demais, ela levava pro hospital, voltava. Ela trazia pra casa e a minha menina quando tava morrendo cansada ela levou e quando vinha ele já trazia dez conto e entregava e ajudava, me ajudou demais. Foi um pai e uma mãe pra mim, coisa que eu não tinha, ele dava. Entrevista 1. (SILVA, 2018)

Descobrimos, através das entrevistas, que a pessoa citada integra a equipe dos projetos sociais de Suape até os dias de hoje. A partir das entrevistas e da visão que as entrevistadas têm de Suape, é possível identificar o processo de manipulação que Suape desenvolveu ao longo do tempo, a partir do discurso de apoio a comunidade. As palavras “ajuda” e “manipula”, presentes nos fragmentos acima, são reveladoras dessa relação contraditória entre a comunidade e Suape, já incorporadas à memória coletiva dessa relação Suape – comunidade.

Para parte da comunidade, Suape trouxe benefícios quando construiu acesso para carro, eletricidade, quando auxiliava nas necessidades de problemas de saúde e estas relações influenciaram na forma como a comunidade deixou Tatuoca. Um dos entrevistados explica como é difícil, por exemplo, confrontar Suape, quando muitas pessoas mais velhas acreditam que Suape fez o melhor para eles:

Aí vocês pesam essa credibilidade a eles. É isso que eu levo nas reuniões e nas audiências públicas e muitas vezes eles não querem que eu fale, por que eles não focam em cima da diretoria. Entrevista 1. (SILVA, 2018)

Novamente as contradições na relação com Suape aparecem. Esta pequena fala está condensando os sentidos da relação SUAPE x comunidade: a presença de Suape gera simpatia quando relacionada à situação anterior, de ausência total do poder público, mas também gera desconfiança, que percebe que por trás de uma ajuda está oculta uma “negociação”, uma invasão, ou, nos termos de Bourdieu, uma violência simbólica, que impõe ao outro um poder, sem uso de força bruta. Essa violência simbólica se manifesta no silenciamento de Suape sobre as memórias recentes das comunidades atingidas, procurando, por outro lado, realizar ações sobre o patrimônio cultural material existente naquela região, que contém algumas ruínas e edifícios coloniais, que foram instalações militares, religiosas e, ainda, de produção canavieira nos engenhos de açúcar. É perceptível como o discurso sobre Suape, ao focar o desenvolvimento econômico de uma região cuja participação na produção de riquezas econômicas vem declinando ao longo dos últimos cem anos, tal discurso depende do sufocamento e invisibilização das memórias das comunidades atingidas.

Pesquisei a comunidade de Tatuoca, pois compreendo como é violenta a relação de Suape com a comunidade, desde a limitação dos moradores em acessar a Ilha de Tatuoca, como

relatado nas entrevistas, seja também pelo sofrimento gerado pela desterritorialização, que alimenta uma falta de perspectiva de uma população que é capaz de hoje ver Suape não como algo pensado para o bem comum da região, mas como um projeto excludente e que degrada a natureza e as relações humanas. Diante da minha experiência anterior na comunidade, a relação dos moradores com as lembranças e memórias vividas funciona como um alento diante do contexto que vivem atualmente, entender melhor como essa memória aglutina esta população me fez selecionar este conceito para esta pesquisa.

Existem vários autores que falam de memória enquanto elemento central de análise, inclusive na psicologia e nas neurociências e esta pode ser abordada a partir de diferentes vertentes. Aproximei-me do conceito de memória a partir da importância desta quase como o ente onipresente ao estudo das ciências históricas. “Tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história” (DELGADO, 2009, p. 10).

Estes conflitos entre história e memória passaram a ocorrer em um determinado ponto onde a História precisou se provar enquanto ciência, influenciado pelo pensamento positivista de Auguste Comte no século XIX, mas que ainda gera influência na atualidade, onde para alguns historiadores, o valor dado ao documento histórico escrito costuma ter mais força do que relatos, já que a memória como elemento de narrativa, não costuma ser linear, apresenta falhas e lida diretamente com esquecimentos, sendo assim “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUÍ, 1995, p. 125). A memória acaba sendo uma importante ferramenta para a compreensão do mundo, elemento que nos une com ancestralidade e para a construção de uma crítica a realidade proposta, pois o pensamento humano vem da capacidade de criar reflexões sobre experiências das nossas vidas.

Esta valorização excessiva do documento escrito na produção da ciência histórica acabou por criar graves problemas, entre eles excluiu da produção historiográfica populações que não apresentavam escrita “Para a memória a presença do passado no presente é fundamental para a legitimação de certos saberes ou hierarquizações e para articular as narrativas do passado vivido à percepção do presente pretendido”, como afirma Chartier (2007).

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1984, p. 19)

A memória é o nosso conhecimento adquirido durante toda a nossa vida, graças e ela nos é possível relacionar passado, presente e futuro, pois a partir dela podemos dar sentido as experiências de vida com o passar do tempo. Através de uma memória coletiva é que me sinto integrante de uma comunidade, é possível haver identificação com o outro, solidariedade que representa a caracterização do ser humano. A partir do sentido dado a memória coletiva eu me sinto integrante de algo maior e reconheço nos outros, elementos comuns. Sem a memória coletiva não haveria identidade cultural, pois eu vivo em sociedade quando me reconheço no outro.

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (HALBWACHS, 2013, p. 31)

Quando realizei minha graduação em História, tive minha primeira relação com a discussão da memória, de onde veio boa parte das minhas referências sobre o tema, que dialogam bastante com a produção em educação e identidade. A produção da memória perpassa pela construção do discurso e na história construída durante séculos sempre nos deparamos apenas com uma versão hegemônica.

Esta visão única de ver os acontecimentos, colonializada, acredita que a troca de território da ilha para a vila vai melhorar as condições de vida, o que não ocorreu o que leva a população a querer retornar para o antigo território, pois “em Tatuoca tinha o que comer, tinha as frutas, aí eu fui com Biu, ele se admirou também, aí melhorou a situação, tenha peixe e a gente repartia”. Entrevista 3 (Silva, 2018).

A memória e a oralidade dos grupos tradicionais pouco foram respeitadas na chamada história oficial e coube aos historiadores revisionistas mostrar o outro lado dos fatos, utilizando de fontes diferentes que os documentos oficiais, trabalhando com metodologias mais participativas. “Lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Memória é aquilo que costumamos nos lembrar do nosso cotidiano, é algo que foi vivido ou aprendido e está diretamente associada as nossas emoções. A memória não necessariamente é algo linear, ela é seletiva, pois não é possível para o ser humano comum lembrar-se de tudo que viveu e o esquecimento é algo que faz parte da memória. Para Júlio Pimentel Pinto afirma

que “a memória é esse lugar de refúgio, meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada do passado” (PINTO, 1998, p. 307).

A memória também é algo muitas vezes alegórico e é comum a gente não lembra algo exatamente como aconteceu, a nossa memória muitas vezes reinterpreta as experiências que vivemos. Através destes subsídios, pudemos conceituar memória como algo que cria base através da emoção, ela é importante por possui um significado para quem vivencia aquela situação é capaz de ser retomada e significada através da associação com outras experiências de vida.

Neste processo de valorização da memória e identidade, desenvolvi uma proposta de árvore genealógica de Tatuoca, buscando encontrar o elemento comum que aproxima a todas as famílias que viveram na ilha e também uma identificação social e cultural que é construída de acordo com o grupo na qual nascemos e vivemos, ela pode se transformar ao longo da vida a partir da mudança de valores pessoais e sociais e conhecimentos daquele grupo, também é necessária uma identificação com uma memória coletiva que geralmente é registrada pela História e é cheia de valor, seja ele sentimental, social e econômico muitas vezes para aquele grupo de pessoas.

A produção da genealogia das entrevistadas da Ilha de Tatuoca aconteceu de novembro de 2016 a março de 2017, iniciamos entrevistando cinco pessoas - acessando a 05 grupos familiares diferentes - sendo três matriarcas idosas e que passaram boa parte da vida na Ilha de Tatuoca, e duas pessoas adultas (um homem e uma mulher) acima dos 30 anos, que nasceram e foram criados lá.

A proposta inicial de fazer entrevistas semiestruturadas foi substituída pela condução livre da entrevista, tornando o momento mais rico porque havia maior interação com os entrevistados. Sempre iniciamos este momento perguntando sobre a configuração da família. A partir da obtenção destes dados familiares, todas as pessoas entrevistadas trouxeram outros pontos importantes sobre a rotina na Ilha, as mudanças ocasionadas por Suape e a realidade atual da Vila de Tatuoca.¹

Durante os encontros realizados com a comunidade, observamos a necessidade de trabalhar os laços familiares existentes entre eles. Acreditamos que os dados sistematizados para a genealogia auxiliariam para relembrar laços fortes no passado, um pouco estremecidos desde a chegada dos moradores à Vila Nova Tatuoca. Fizemos a apresentação dos dados e para

¹ Nesta pesquisa revisito os dados secundários da pesquisa anterior, com a finalidade de apresentar temas ainda não estudados por outros pesquisadores sobre a Ilha de Tatuoca, desde a chegada das famílias naquele território até as relações estabelecidas a partir da transição de território.

este momento, cada integrante das quatro famílias foi representado como um pequeno peixe, com os dados que já haviam sido coletados sobre aquela pessoa, tais como o nome completo, idade, relação familiar, onde moravam, se tinham casa na vila de Tatuoca etc.

Agrupamos estes peixes em "grandes cardumes" separados. Uma rede de pesca emprestada pela comunidade foi utilizada e montamos esta estrutura de maneira que as pessoas pudessem passear por toda a área para enxergar todas as famílias organizadas na forma de "cardumes". As famílias foram apresentadas com as pessoas mais antigas no topo, e na base, as crianças que apareceram durante o processo de coleta de dados e puderam ser incluídas neste processo.

Figura 5 — Foto do dia da apresentação da proposta de genealogia para as mulheres de Tatuoca



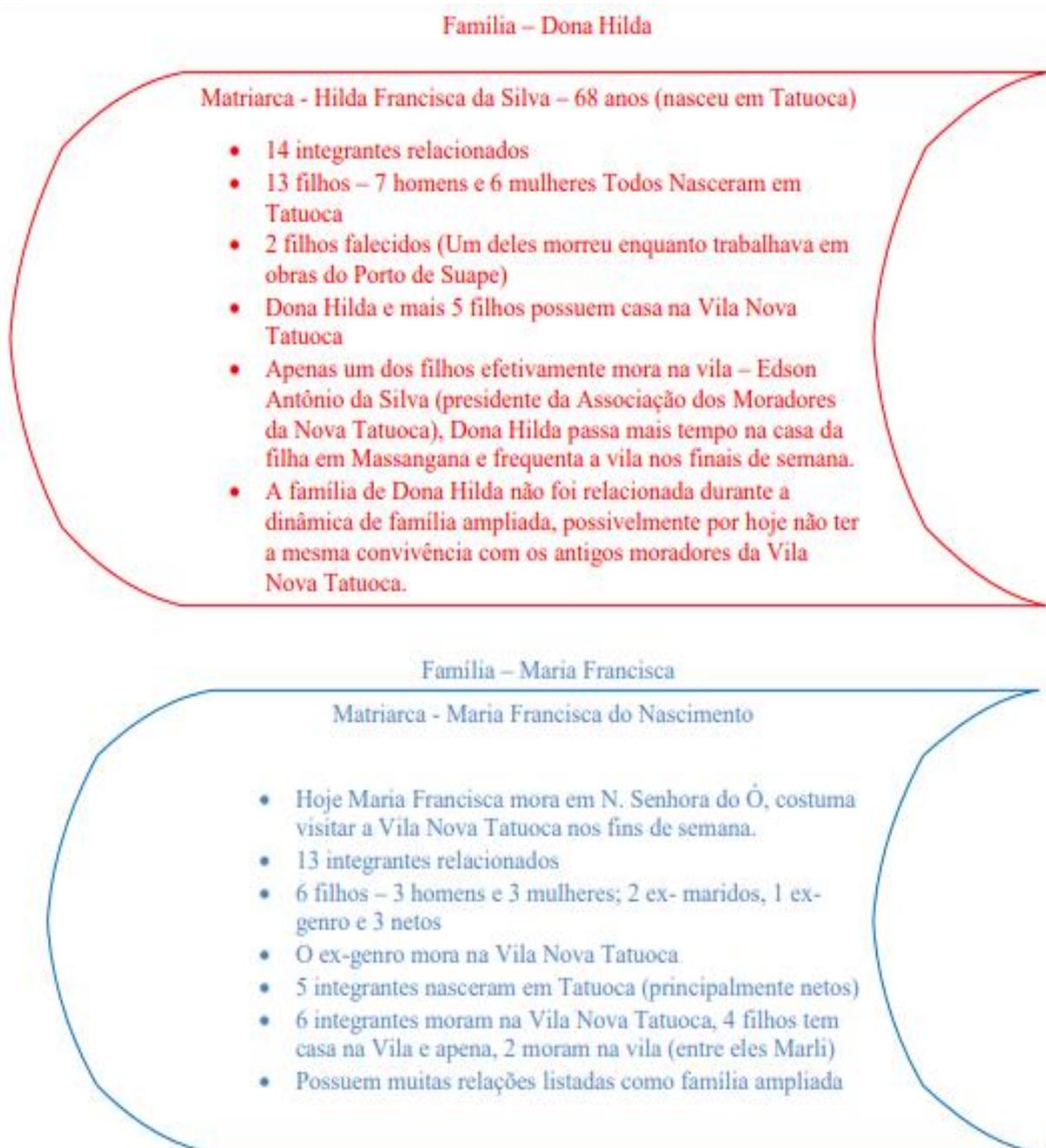
Fonte: arquivo pessoal da autora.

Cada uma delas escreveu o seu nome em um post it e marcou outros possíveis familiares. Observamos que as relações familiares são muito fortes entre os moradores da Vila, pois há uma concepção de família ampliada para além dos vínculos consanguíneos, como pôde ser observado quando os adolescentes da Vila chamam todos os mais velhos de avós e os respeitam como tal. Esta metodologia nos aproximou dos moradores mais idosos desta comunidade que tem uma realidade que muitas vezes esquece a contribuição que os mais velhos tiveram para a formação de Tatuoca.

Desde quando optamos pela ideia de genealogia, houve algumas dificuldades para apresentar os dados graficamente, pois existiam informações de mais de 70 pessoas. Não

estávamos conseguindo sistematizar essas informações de maneira a fazer entender as relações familiares.

Figura 6 — Sistematização dos dados da Genealogia apresentada para a comunidade de Tatuoca em junho de 2017



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 7 — Sistematização dos dados da Genealogia apresentada para a comunidade de Tatuoca em junho de 2017



Fonte: elaborado pela autora.

Optamos por registrar as principais informações dos quatro grandes grupos familiares que entrevistamos ao longo da pesquisa. As pessoas que as mulheres indicaram como seus familiares também foram agrupadas de acordo com a lógica de família ampliada.

Na Vila de Nova Tatuoca, existiam 4 grandes grupos familiares, e que a partir destas matriarcas, podemos listar quase todos os moradores, pois estes estão interlaçados a partir de

referências como casamento ou tipos de aproximação como quase da família, relato comum para estas mulheres.

A partir destes dados gerados nessa breve genealogia das famílias que entrevistei, alguns pontos me chamaram a atenção. Primeiro que as pessoas mais velhas hoje da Ilha são mulheres, e que as mulheres mais velhas chegaram na ilha ou nasceram na ilha muitos jovens, que elas identificam que as outras famílias também são sua família. O que eles consideram uma família ampliada, trouxeram elementos importantes como hoje na Vila de Nova Tatuoca, as pessoas não possuem a mesma vivência que na Ilha de Tatuoca, destacando o distanciamento entre parte dos moradores.

Essas relações são muito fortes entre aqueles que viveram na Ilha de Tatuoca e os que possuíam um passado comum. A forma agrupada aqui busca registrar a história daqueles que possivelmente não seriam do interesse acadêmico terem suas ligações historiadas. Isso se relaciona diretamente com as reflexões dos povos e comunidades tradicionais, assim como, dos pobres, como grupos que tem sua memória ignorada.

Optei aqui por reproduzir os dados deste trabalho anterior, pois todas as mulheres entrevistadas foram antes marcadas nesta proposta de trabalho genealógico. Estas foram as famílias que contactei nas novas entrevistas inclusive para entender como elas estavam depois desta passagem de tempo, como se rearticularam na atualidade e que se reconhecem inclusive dentro do contexto atual da Vila Nova Tatuoca, como aqueles que passaram pela experiência de viver na Vila Nova Tatuoca.

O fato de termos memória nos dá a possibilidade de nos identificarmos com o outro e está diretamente ligado com o a experiência que nos faz humanos, lidar com memória é trabalhar com uma fonte rica, mas que precisa ser balanceada com outros documentos para entender melhor a lógica por trás do acontecimento que neste momento não consegui encontrar, mas que pretendo seguir agora, não podendo negar que as entrevistas indicam caminhos metodológicos e informações primordiais para a compreensão das transformações ocorridas no território de Suape.

Estes conceitos me ajudam a entender como a memória é um termo relevante para pesquisa a comunidade de Nova Tatuoca, porque em todo momento, naquele grupo social existe a relação entre o passado e o presente, o processo de remoção não foi algo esquecido e valorizar estas memórias deste lugar é fazer de alguma maneira que a Ilha de Tatuoca continue viva dentro dos seus moradores, pois eles “usam a memória do lugar para construir imaginativamente seu novo mundo. Nesse sentido, a terra natal permanece um dos símbolos unificadores mais poderosos para povos móveis e deslocados” (Ferguson e Gupta, 2000, p.36).

Em conjunto, memória e identidade se enlaçam, possibilitando a realização de estudos que partam do tempo presente, de personagens vivos que, mais do que testemunhar um fato ou relatar trajetórias, permitam ver o processo de seleção dos acontecimentos, de constituição de discursos e, assim, se abrem a exames que extrapolam a constatação dos fatos.

3.1 Memórias de Tatuoca: cultura como prática do cotidiano

Para descrever uma cultura é necessário compreender a totalidade das relações que nela se encontram entrelaçadas, o conjunto de práticas que nela se exprimem, as representações do mundo, do social ou do sagrado (CHARTIER, 2003). Michel de Certeau - em seu clássico “A invenção do Cotidiano” traz reflexões sobre a noção de estratégias e maneiras de fazer que o autor parte do pressuposto de que é a relação social que determina o indivíduo e não o inverso, por isso, só se pode apreendê-lo a partir de suas práticas sociais.

Os relatos de que se compõe essa obra pretendem narrar práticas comuns. Introduzi-las com as experiências particulares, as frequentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho, significará delimitar um campo. Com isso, será preciso igualmente uma “maneira de caminhar”, que pertence, aliás, às “maneiras de fazer” de que aqui se trata. Para ler e escrever a cultura ordinária, é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante de seu objeto. (CERTEAU, 2008, p. 35)

Certeau (2008) parte do pressuposto de que é a relação social que determina o indivíduo e não o inverso, por isso, só se pode apreendê-lo a partir de suas práticas sociais, percebendo que a individualidade como o local onde se organizam, às vezes de modo incoerente e contraditório, a pluralidade da vivência social. Nas práticas cotidianas de ler, conversar, habitar e cozinhar se observam as “maneiras de falar” e as “maneiras de caminhar”, pelas quais o indivíduo pode seduzir, persuadir, refutar. Nesse olhar do cotidiano é que se constituem os saberes e os ensinamentos do modo de viver de uma comunidade como a que existiu na Ilha de Tatuoca, criando respostas para lidar com a natureza de maneira a se integrar naquele lugar, sendo este lugar não apenas físico da ilha, mas do lugar de pertencimento que visto nos depoimentos, passa a ser muito diferente do encontrado na Vila Nova Tatuoca.

Sobre elementos deste cotidiano, segue um trecho de uma das entrevistas que fiz para a graduação e que não foi publicizado na época.

Minha avó veio fugida do cativo. Nasci e criei meus filhos todos lá na ilha. Meus pais chegaram lá em Tatuoca. Eles contavam, eles falavam do cativo, história de cativo. A geração. Eles traziam as pessoas para trabalhar e não dava as casas. As casas eram de palha, aí tinha os moradores, aí tinha outros povos que moravam na

casa, povos de fora que moravam nas casas e não foi pros dias de serviço. Ai tinha o foro, tinha um dia de serviço daquela semana que roçava para o dono da Ilha de Tatuoca. Era Zezinho Magalhães, que morava em Maceió. Na época que Miguel Arraes entrou para ser governador ele botou uma norma dos funcionários ter a carteira fichada. Quem deu esses direitos aos trabalhadores na época foi Miguel Arraes e quem não tinha empresa registrada. Ai naquela época o dono era seu Zezinho, depois foi Mané Borges. A gente tinha que plantar, cortar mato, fazer foro das casas. Eu gostava, era organizado demais, Ele não tinha essas histórias não, chegava assim, onde a gente sentava assim, antigamente era essas casas de palha, ele sentava e conversava muito com a gente. Ele não tinha isso não, era rico não. Claro que sim, tinha de pagar a terra. Tinha de roçar os caminhos, se as casinhas tivessem desocupadas até chegar outro morador. Depois do meu pai e da minha mãe aí eu você sabe como é a história, tem de fazer ne ai foi produzindo né, eu trabalhava no mangue, pegava marisco, pegava siri. Caranguejo nunca vi lá não. Pegava mangaba, tirava caju. Era muita fruta. Muita Fruta. Agora estão acabando tudo, esse pessoal acaba tudo, mas era muito bom. Meu pai, ele pescava, tirava caranguejo, pegava a moréia, sabe o que é moreia. Era uma cobra, ele levava pra gente comer. Quando pegava bem bonita assim levava pra feira pra vender. Uma dentada da moréia pense. Eu fui inventar de mexer, pra quê. Pegava muita moréia assim. Botava no copo. Fazia uma armadilha, pra não ter como voltar. Era muita moréia, era cada moréia. Comia e vendia. E depois. Fazia aquela roda. Antigamente na ilha, a gente não tinha energia, ai a gente salgava e a tarde a gente passava a brasa, ai botava num cesto de cipó. Era gostosa, era bom demais. No leite de coco. Era muita comida. Na palha de coco, tem dia que ele apura muito. É boa demais. É um peixe pequeno, mas era bom demais. É um peixe que mata a pessoa, mas pra mim a moréia é um dos melhores peixes que a gente tem aqui. Entrevista 1. (SILVA, 2018)

Vale destacar que mesmo interessada no cotidiano, diferentes pontos de grande relevância apareceram nesta entrevista que dialogam bastante com ponto que venho apresentando nesta dissertação. Primeiro, a ilha como lugar de destino para quem fugiu do cativo. Busquei mais informações sobre o que seria este cativo e ela não me soube responder, pela idade desta senhora, que tinha algo próximo a sessenta anos, mas podemos inserir, a partir do contexto da região canavieira da Mata Sul de Pernambuco, que é provável que este cativo referido na narrativa possa advir da relação de trabalho nos engenhos de cana de açúcar, pois, mesmo após a abolição, manteve-se, entre os trabalhadores, a identificação do trabalho nos engenhos com trabalho de cativo, agravado pela precariedade da fiscalização das condições de trabalho. Assim é que a ilha, para eles, era lugar de trabalho livre, livre do senhor, do trabalho árduo e sem direitos trabalhistas. Porém, eles tinham que trabalhar para pagar o “foro” ao “dono da ilha”.

Então, da produção agrícola era retirada a parte do “foro” a ser paga ao dono. Este, por ser alguém “semelhante”, que também pegava na enxada e se sentava pra comer junto, não se confundia com o senhor do engenho, comumente uma pessoa distante, inatingível, severa e, portanto, nada semelhante as pessoas que trabalham na terra. Esse regime de trabalho permitia maior autonomia ao trabalhador, sentir-se livre e com possibilidade de usufruir dos recursos da ilha, seja do alimento em abundância citado frequentemente, seja do tempo para a produção e

fruição de práticas de lazer que se misturam com as práticas de trabalho. Ao falarem, por exemplo, de sair para colher as frutas, ou para pescar, essas práticas aparecem como prazerosos, mesmo que inseridas num contexto de trabalho e sobrevivência. Então, a pesca, o marisco, tudo isso ficava de fora da relação econômica instituída pelo “foro”, contrastando com a situação do trabalhador do engenho de cana. Uma fonte de comida que permitia, talvez, algum grau maior de “acumulação”.

A referência ao governador Miguel Arraes surge no depoimento quando se trata de rememorar a época em que os direitos trabalhistas, reconhecidos para o trabalhador rural, fazem mudar o estatuto deles em relação ao dono da Ilha. Este não tem mais como cobrar o “foro”, pois na nova situação jurídica ele deveria contratar aqueles moradores como trabalhadores rurais, o que, ao que tudo indica, estava das possibilidades do então “dono da ilha”. É aí então que as terras da ilha foram desapropriadas e distribuídas aos trabalhadores no processo de reforma agrária iniciado na gestão de Miguel Arraes, juntamente com o presidente João Goulart, conforme documentado em textos da historiografia pernambucana.

Questionei na ocasião com quem ela e o pai dela aprenderam aquelas atividades todas e obtive como resposta que foi “O professor mundo” quem ensinou e a entrevistada continuou com uma verdadeira aula que até aquele momento eram de elementos totalmente alheios ao meu cotidiano, mas que demonstrava a riqueza daquele modo de vida na Ilha de Tatuoca.

Pescava bagre, ele tinha uma visga assim. Ele fazia na brasa. Ele fazia assim com o linguado, ele machucava assim, até ele deixar soltar o negócio, aí o bagre vinha pra comer aquele negócio, não era pra comer aquele negócio, ele usava pra pegar os peixes. Ele usava armadilha, a melhor que tem era a lagosta, não era não? Oh, a lagosta é boa demais. Uma lagosta desse tamanho, a gente tirava a cabeça, era gostoso demais menina. Aquele peixe todinho assim. A minha comida eu não gosto de coco não, gosto dela assim. O que é isso? (Mostra um animal). É uma sapata. É a mesma coisa, é só chegar, botar no fogo. Tem o mesmo gosto da lagosta. Tem o guasa, o guasa é tão gostoso no meio do mundo. Não é não? A gente ia lá no meio do mundo pra pegar isso aqui. Parece um inseto (sapata). Parece uma barata. Cozinhar assim, colocar na água você ver fervendo. E tem gosto de quê? Lagosta. Só que é pequenininha. Você pega essa casca assim, é o gosto de lagosta. O guasa é bom demais e é muito bonito, ele parece um peixe. O guasá ele tinha um desenho de uma águia e era muito gostoso com alho e óleo. Mas é gostoso demais. Comer demais. O próprio caranguejo é o mais melhor, galinha já é bom. Tinha galinha, pato. Tinha dia que o polvo durava 5 dias. Usava de brincadeira. Já tinha, sempre teve. De lá mesmo. Era aratu, era galinha que só. Quando via saia de dentro do mato a galinha cheio de pena. Hoje em dia já se acabou tudo. Criava pato, criava galinha. Era uma galinha gorda não era não? Nem o cachorro comia porque não sobrava. Era gostosa a galinha. No batizado eu comi 5 galinhas. Eu dizia, vai pegar uma galinha em dona Severina. Quando eu fazia, vinha tudo os vizinhos pra comer do meu comer. Era tudo combinado. Entrevista 1. (SILVA, 2018).

Essas práticas, como cozinhar, apresentadas no relato dialogam com o conceito de cotidiano de Certeau, sendo o cotidiano como o conjunto de operações singulares que, às vezes, dizem mais de uma sociedade e de um indivíduo do que a sua própria identidade. Certeau exalta sentidos em práticas cotidianas que, outrora, passariam despercebidos, pois é capaz de perceber que as “artes do fazer” sejam, talvez, o lugar por excelência da liberdade e da criatividade.

Sobre os afazeres do cotidiano, é impressionante os elementos que surgem nas narrativas, tal como a variedade das proteínas consumidas - os nomes de peixes e frutos do mar, como bagre, linguado, lagosta, polvo, guasá, caranguejo, entre outros; além do consumo de ovos, galinhas e patos. A fartura destes alimentos gerava partilha coletiva: “vinha todos os vizinhos pra comer [...]” Entrevista 1, (SILVA, 2018), prática do cotidiano dessas pessoas, que foge à lógica da troca capitalista, baseada no dinheiro. Outro ponto relevante é a situação atual de quem não mora mais na ilha “Hoje em dia já se acabou tudo”, situação que, como narrado por algumas mulheres, gerou a insegurança alimentar que não existia no contexto da Ilha de Tatuoca.

3.2 O método para o registro da oralidade

Heloisa Martins (2004), no artigo “Metodologia Qualitativa de Pesquisa”, entre outras questões apresenta a recente retomada do método qualitativo nas ciências sociais e de como esta é ligada com outras ciências humanas, entre elas a História e que este fenômeno redescobre a história de vida como objeto de estudos, que acaba sendo um dos focos desta pesquisa.

Segundo Ferreira (2002), a quebra da crença de que a história poderá ser resgatada apenas pelas produções deixadas pela própria história, permitiu a utilização da memória como fonte de resgate de informações acerca de eventos e episódios que compreendem elementos do passado.

A metodologia da história oral tem sido utilizada por antropólogos, sociólogos, historiadores e demais cientistas sociais que optam pelo enfoque qualitativo, para atingir os objetivos de suas pesquisas. Por essa perspectiva, acredita-se que a oralidade precede a escrita, na história. Surge, daí, a sua inegável importância e, conseqüentemente, as possibilidades que pode oferecer a pesquisas no campo das ciências sociais.

A história oral baseia-se na realização de entrevistas com pessoas que presenciaram ou testemunharam acontecimentos, e é utilizado como forma de se aproximar do objeto de estudo. É um importante instrumento para recuperar memórias e registrar experiências de histórias vividas, trabalhando com quem testemunhou o fato, aproximando os indivíduos ligados por

traços culturais comuns. Como consequência, a história oral é capaz de produzir fontes de consulta para estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Venho trabalhando com a história oral desde a minha primeira experiência em Tatuoca e vejo que através dela é possível captar nuances que outros métodos não conseguem, como a memória é o principal conceito que utilizo em meu trabalho, acredito que registrar esses relatos na íntegra, facilitará que eu atinja meu objetivo de pesquisa.

Esta pesquisa tem em seu cerne a lógica transdisciplinar, ela aproxima campos da historiografia, da educação, da antropologia, da sociologia, da pedagogia principalmente. Hoje a principal ferramenta que utilizamos para a construção dos dados e aproximação com os moradores da vila está na realização de que chamamos de imersões, que são estratégias de realização de trabalhos etnográficos. Estas imersões são pequenos períodos em que vivemos na Vila de Tatuoca, o que aproxima o modelo de obtenção de dados de um estudo etnográfico, pretendo através dessas imersões fazer uma análise do processo histórico e não apenas da situação atual da comunidade no local.

No início das atividades de campo, a pesquisa se aproximou de uma experiência etnográfica, o que foi um desafio, já que esta não é uma metodologia muito utilizada na história. Essa dinâmica ocasionou a aproximação com a comunidade, além de possibilitar o entendimento de que precisava trabalhar a pesquisa de uma maneira que fizesse sentido para a comunidade, para que ela compreendesse as perguntas que eram propostas.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus, para evitar o contágio e diminuir as vítimas fatais em virtude do Covid 19, fomos obrigados pela primeira vez na história recente a nos distanciarmos socialmente, como era algo novo, inicialmente todos os serviços considerados não essenciais pararam, as aulas presenciais foram suspensas e todo este processo acarretou diversas transformações nos setores da sociedade.

A recomendação de quarentena e isolamento social dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) foi amplamente adotada pelos países afetados pelo vírus, inclusive no Brasil. A alternativa encontrada para não parar com as atividades educativas foi aderir amplamente a Educação a Distância, e logo a modalidade passaria a fazer parte da rotina de milhares de estudantes brasileiros, de diversas classes sociais, sendo ministrados por professores que não necessariamente utilizavam desta modalidade de ensino e não conheciam das possibilidades pedagógicas da tecnologia para ensinar diversos grupos.

Em virtude das mudanças ocasionadas pela pandemia do Coronavírus, fui estimulada por meu orientador a pensar em possíveis estratégias de como realizar o campo sem a possibilidade inicial da imersão, diante as exigências impostas pelas autoridades de saúde de distanciamento social.

A partir destas provocações, resolvi retomar contato com as moradoras da Nova Tatuoca em setembro de 2020 para ver se a comunidade ainda estava disposta a participar da minha pesquisa, já que o contato inicial com eles estava interrompido diante do agravamento do coronavírus no estado de Pernambuco e conversamos sobre a viabilidade de realizar entrevistas on-line. Uma das jovens que eu havia pensado em entrevistar se comprometeu a me auxiliar na realização destas entrevistas.

Muitos desafios foram impostos e tiveram que ser superados, como dificuldade em lidar com ferramentas tecnológicas, falta de letramento digital, dificuldade dos estudantes em realizar as atividades on-line, entre outras. Um dos problemas mais relatados é que muitos dos sequer possuem acesso à internet ou a computador, fazendo com que a aula aplicada não chegasse a todos. Paulo Freire já idealizava sobre isso, “Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros.” (2001, p. 46).

Todo este contexto atinge a população mais pobre de maneira mais incisiva, seja pela falta de recursos financeiros, seja pela quantidade de pessoas que acessam o único meio de comunicação digital colocou a pesquisa para funcionar a distância em tão pouco tempo e quais os próximos passos que podem ser utilizados para usar as aulas no sistema EAD, mesmo com o fim do distanciamento social imposto pela crise do novo coronavírus.

A partir desta discussão, ficou decidido que as entrevistas seriam feitas a distância e não será necessário meu deslocamento a comunidade. A jovem em questão foi aluna PIC Ensino Médio integrante do projeto de extensão “Tecendo Histórias a partir do Lazer e da Extensão Rural” em 2016, do departamento de educação da Universidade Federal de Rural de Pernambuco, sob coordenação da professora doutora Joanna Lessa, projeto que também integrei. Esta jovem voluntária tem sido uma das minhas principais agente de diálogo que mantenho com a comunidade desde o período da conclusão do meu TCC, que ocorreu em 2018.

Sobre as entrevistas previstas, pensei na realização de pesquisa semiestruturada com 5 moradoras da Ilha de Tatuoca, sendo três idosas relatando sua vivência na Ilha e duas jovens que passaram a infância na Ilha e cresceram na Vila de Tatuoca.

Porém, na prática, a pessoa queria me ajudar a realizar as pesquisas online não conseguiu tempo e as estrutura necessárias para viabilizar as entrevistas, tentei várias iniciativas como

gravações via *WhatsApp*, porém depois de um tempo eu percebi que além da dificuldade de entendimento dos objetivos da pesquisa e entendi realmente que não teria acesso aos dados sem a minha ida ao Território.

Diante deste condicionante, eu resolvi articular um retorno a Vila de Tatuoca, sendo que dentro da condição de já imunizada para não levar risco de contaminação do covid-19 para a comunidade e consegui marcar um primeiro encontro presencial onde minha auxiliar foi responsável por articular as mulheres que foram entrevistadas para esta pesquisa. Entrevistei quatro mulheres de diferentes faixas etárias, entre elas a minha auxiliar, para entender como esse contexto etário também interfere na percepção da memória dessas mulheres. Essa visita à comunidade da Vila de Tatuoca foi fundamental para entender as mudanças ocasionadas durante esse tempo em que estive longe. Pude observar situações provocadas por projetos desenvolvidos para a comunidade – como a horta comunitária – e observar também mudanças nas formas como a comunidade entende sua situação atual e sua relação com o passado vivido na Ilha de Tatuoca.

Quando já estava vacinada com duas doses da vacina para prevenção do coronavírus e diante da reabertura ocasionada pela flexibilização nos casos de contágio de covid, estive no território de maneira presencial entre os meses de outubro e novembro e pude contar com o auxílio primordial das mulheres do território, mesmo com um largo espaço de tempo desde a minha ida a Vila Nova Tatuoca.

Para Minayo, em “Pesquisa social: teoria, método e criatividade”, a entrada no trabalho de campo se dá através na aproximação com os participantes selecionados para o estudo, através da apresentação da proposta de estudo aos grupos envolvidos (situações de troca), da postura do pesquisador em relação à problemática a ser estudada e se faz presente também um cuidado teórico-metodológico com a temática a ser explorada. Esse conjunto de cuidados na pesquisa fazem parte do que entendemos como ética na pesquisa, que

Na ocasião de meu retorno à Vila de Tatuoca em 2021, consegui entrevistar cinco mulheres, todas elas viverem na Ilha de Tatuoca em diferentes momentos de suas vidas e tinham o seguinte perfil: uma jovem com 18 anos, duas mulheres adultas entre 30 e 40 anos e duas idosas acima dos 60 anos. Neste meu retorno à comunidade fui bem recebida, creio que tanto por me reconhecerem por já ter estado lá, quanto porque esse retorno pode ser entendido como uma demonstração de que alguém se importava com elas, que suas histórias são importantes e devem ser contadas.

Esclareci para essas mulheres qual era o objetivo da pesquisa, e com elas combinei que seus nomes verdadeiros seriam mantidos em anonimato, daí a opção por apresentar seus relatos

aqui como entrevistas numeradas e, quando me refiro nominalmente a qualquer uma das entrevistadas, utilizo um nome fictício. Mesmo que algumas das entrevistadas de 2021 tenham sido entrevistadas em 2018, e que neste texto aparecem numeradas nas citações realizadas, é importante esclarecer que não há nenhuma relação de continuidade entre a identificação numérica das entrevistas publicadas em 2018 com as entrevistas realizadas ano passado. O critério de ordem aqui é da ordem que as entrevistas foram feitas, o primeiro relato corresponde a primeira pessoa entrevistada e assim consequentemente.

Outro ponto importante a observar na relação de pesquisa que estabeleci com essas mulheres é o fato de todas nós, pesquisadora e entrevistada, sermos mulheres negras. Nesta condição, apesar dos marcadores sociais da meritocracia que atribuem diferenças sociais entre os que possuem e os que não possuem diplomas de nível superior, o fato de compartilharmos experiências comuns enquanto mulheres negras vivendo em uma sociedade machista e racista, que discrimina os não brancos e, dentre estes, ainda mais as mulheres negras, isto gerou, na interação social entre nós, um ambiente de fala seguro, não hierarquizado, entre mulheres que, mesmo ocupando diferentes posições sociais, partilham de certas experiências em comum, provocadoras de sentidos e sentimentos comuns.

Procuro, ao narrar este meu retorno à Vila de Tatuoca e a situação de pesquisa estabelecida, reafirmar que a construção de uma relação ética entre pesquisadora e comunidade foi feita de forma processual e compartilhada com as sujeitas pesquisadas. Quer dizer, para além de cumprir com protocolos e normas estabelecidas (e necessárias), o caminho percorrido foi centrado na valorização das pessoas, suas histórias pessoais e seus sentimentos a respeito do que viveram, colocando o respeito e a confiança como valores inegociáveis nesta relação.

Toda a pesquisa foi pautada nos princípios éticos, com a utilização de Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TCLE), onde as entrevistadas puderam a qualquer momento declinar da participação da pesquisa.

4 VILA NOVA TATUOCA: NARRATIVAS E RESISTÊNCIA NO NOVO TERRITÓRIO

O fato é que a comunidade de Tatuoca é basicamente composta por mulheres negras, e periféricas, que trazem no corpo as marcas das desigualdades socialmente construídas sobre as relações de gênero e etnicorraciais. Um ponto em comum entre elas é que nenhuma destas mulheres entrevistadas eram casadas no momento da entrevista. Algumas nunca foram, outras deixaram de ser. Nesta condição, cabia a elas ensinar para os filhos todos os saberes, desde o da pesca a os trabalhos domésticos, independente do sexo destas crianças.

Segui um roteiro pré-elaborado, que serviu como um instrumento para me auxiliar no momento das entrevistas. O roteiro imaginado era composto por essas perguntas:

- 1 O que você se lembra do tempo em que morou na Ilha de Tatuoca?
- 2 Quais das diferenças entre viver na Ilha de Tatuoca e morar na Vila Nova Tatuoca?
- 3 Quais aprendizados você traz da Ilha para as crianças e jovens da Vila Nova Tatuoca?
- 4 Quanto tempo você morou na Ilha de Tatuoca?
- 5 O que mais mudou na sua vida ao se mudar para Vila Nova Tatuoca?
- 6 Para você, a Ilha de Tatuoca ficou no passado ou está viva ainda hoje?

No entanto, como se percebe nas narrativas que seguem neste capítulo, as mulheres contaram a sua história com a liberdade narrativa de quem fala de si. O roteiro então, no fundo, foi apenas um ponto de comunicação da curiosidade da pesquisadora, reinterpretado livremente pelas entrevistadas.

Para ser fiel à relação ética estabelecida com elas, diante do apagamento sistêmico dos relatos das mulheres negras, optei, neste capítulo, por apresentar as transcrições das entrevistas na íntegra. Concordamos com Grada Kilomba, sobre a dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e racismo,

Não é que não tenhamos falado. O fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas como conhecimento inválido; ou então representadas por brancos/as que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nós e nossa cultura. (KILOMBA, 2019, p. 51)

A minha primeira entrevistada foi Deca, mulher negra com 48 anos de idade e que continua trabalhando como pescadora. Através dela descobri que atualmente a comunidade pode visitar a Ilha de Tatuoca e, normalmente nos feriados, um grupo de pessoas da comunidade se desloca para acampar na ilha. Consegui realizar as entrevistas pouco depois do feriadão do

Dia das Crianças e fui informada que cerca de 25 pessoas da mesma família haviam passado este período na ilha.

A gente fez uma excursão a Ilha de Tatuoca. Transportar a família para a Ilha da Tatuoca e é bom demais porque a gente a gente morava lá, né? E poder visitar pra mim é uma coisa maravilhosa eu vivia lá com meus filhos, com a minha mãe antigamente e eu não tenho nem como explicar direito porque lá era meu cantinho, meu lugar, minha tranquilidade, minha sobrevivência. E pra criar os meus filhos lá era uma coisa muito boa. Era muito melhor viver lá, é porque lá era um lugar tranquilo, a gente ficava bem à vontade com nossos filhos e de vim de lá sai de lá pra vim pra aqui pra mudou muitas coisa, uma violência. Ter muito cuidado com as criança, trabalhar dificultou muitas coisa, aí essa diferença pra mim é essa. Eu falo sempre com a minha menina e meu sobrinho das mudanças de lá pra cá foi muito diferente. Se hoje fosse lá criando meu sobrinho junto com minha filha seria bem melhor. É porque lá tem muito pé de árvore, as crianças ficaram num lugar bem saudável e aqui é muito quente as crianças só podem brincar aqui ou de manhã cedinho e não importa porque está tudo dormindo e a tarde que a só tardezinha é cinco até sete horas da noite e a quentura é muito grande. A gente ensina as coisas que tinham lá também a para as crianças aqui, mas não elas não sabem, elas não têm experiência com o que as coisas que tem lá em Tatuoca, não tem experiência não tem não né? Eu tenho quarenta e dois anos e morei lá em Itapóca por trinta e cinco ano. Hoje tô aqui faz oito anos, vai fazer oito anos que eu tô morando aqui. Hoje estou pescando lá em Tatuoca. Lá na ilha ainda, porque tem uma época que não podia, né? Tem uma época que não podia, mas agora consegui entrar né? E foi uma maravilha quando a gente foi pra lá para pescar logo no início. Quando a gente chegou lá, o pessoal começou, o guarda começou a conversar com a gente que não podia era proibido e tal teve ainda tive discussão, os homens expulsaram um guarda lá dentro. Começou já querendo aparecer, na agressividade com as criatividade com os pessoal comigo graças a Deus nunca teve não. Para organizar esse passeio para Tatuoca, como pegar seringa, a gente fez as brincadeiras que fazia antes, que tinha lá em Tatuoca não é? A gente brincou de quebra panela, corrida de saco, ovo na colher. E era aquela ali que chegou, e quem enche o balde primeiro de água. Aí sempre que pode a gente se organizam pra ir pra lá pra ilha, né? É, com certeza. Vai eu e meus filho, meu irmão, minhas cunhada, foram quantas pessoas dessa vez para lá? Mais de trinta? Tem umas vinte e cinco pessoas. Vinte e cinco pessoas, né?. (ENTREVISTA 1)

Rapaz, eu tô falando que lá no que eu moro aqui, mas não me acostumei nada ainda e se pudesse estaria lá. Se eu pudesse estar lá. E se eu pudesse voltar eu voltaria novamente para lá com a Ilha de Tatuoca. Entende? E eu estava conversando com o Marton de que não mudou nada desde a época dos projetos que a gente vinha para cá que já tem alguns anos né? E mas a gente teve ano passado uma coisa diferente que foi a questão da pandemia né? A pandemia atingiu a gente de muitas formas. A gente não podia trabalhar, se trabalhasse também não podia vender, e as criança parou de estudar, só em casa não podia tá na rua, o esporte do menino foi parado também por causa da aglomeração das criança. Ele gostava muito de brincar de bola, jogar dominó, tudo isso a gente teve que parar no decorrer do tempo que aconteceu essa pandemia. Eu, no ponto de vista eu acharia que ia ser melhor ter passado a pandemia em Tatuoca. E por que ia ser melhor? Porque a distância das famílias era mais longa para as casas, longe da outra. Ajudava bastante porque eles iam ficar mais em casa não ia se encontrar no caso como se encontra aqui com os outros amigos. E lá a gente tem a distância muito boa de uma casa pra outra e era assim que o vento era bom, o vento saudável, bastante fruta. Com a pandemia a gente teve dificuldade pra conseguir se alimentar sim e como é que foi essa dificuldade. A gente teve ajuda aqui de outros projetos, da associação do pescador e de SUAPE. do SERTA. Tatuoca faz parte da sua vida, faz parte da sua memória. Faz parte da minha vida e da minha memória. Da Ilha de Tatuoca e eu só vou esquecer quando morrer. Porque as pessoas mais jovens que assim que pode tirar algumas coisa é um menino que a partir que sai lá de dez anos.

A gente comenta, a gente sempre comenta com eles e ele comenta com a gente como é que seria se ele fosse criado lá na Ilha de Tatuoca? A gente conta a história, porque a gente saía cedo pra pescar, minhas criança mesmo ficava dormindo eu ia pescar eu voltava as minhas criança dormindo hoje não dava pra fazer isso entendi porque a pesca é lá em Tatuoca era bem pertinho da minha casa e aqui essa distância é muito longa. E eu saio de seis horas da manhã e chego seis horas da noite. Mudou bastante coisa incluindo essa história do da distância também de pesca. Aí a gente sai cedo pra pescar, deixo minhas criança aqui e aqui eu acho muito perigoso pra deixar minhas criança em casa sozinha pra eu ir trabalhar. Entendeu? Aí por isso que eu tô dizendo que mudou muitas coisa. Mudou para a pior então. E queria que isso não aconteça também com outras comunidades também. (ENTREVISTA 1)

Não posso deixar de dar enfoque em alguns pontos que apareceram no relato, que é por si só cheio de riqueza e nuances importantes para esta pesquisa. A entrevistada diz que Tatuoca é o seu canto no mundo, o lugar é cheio de significado e dialoga com o conceito de lugar de Tuan (2013), de um espaço que é pleno de sentidos, de significados para os sujeitos, está bem representada nessa fala. A entrevistada se refere à situação atual, que contrasta com o comentário anterior.

Enquanto a ilha é lugar de tranquilidade, bom para criar filhos, a Nova Tatuoca é lugar de violência, exige cuidado com as crianças, que é dificultado pelo tempo que a mãe está ausente para trabalhar e um dos pontos mais importantes para a entrevistada foi a conquista do direito de voltar a pescar na ilha como ato de resistência, como conquista de direitos. Isso nos remete à noção de tática, ou estratégia, como discutimos anteriormente a partir de Certeau.

Outro ponto importante aqui refere-se ao efeito da pandemia do COVID 19 na vida dos pobres e a certeza a percepção de que as famílias teriam melhores condições de viver o período difícil da pandemia se estivesse na ilha, pela existência do vento, das frutas, maiores distâncias entre as casas e mais solidariedade dentro da comunidade. Quando a entrevistada afirmou que só vai se esquecer de Tatuoca quando morrer fica evidente como a memória segue dando sentido à vida e alimentando a r-existência.

A segunda entrevistada se chama Viviane, tem 30 anos e nasceu na Ilha de Tatuoca, hoje mora com os filhos pequenos na Vila Nova Tatuoca, também vive da pesca de marisco na região. A entrevista dela trouxe pontos importantes de como se deu o processo de retomada as visitas na Ilha de Tatuoca.

Eu sou Viviane, morei em Tatuoca e ali fui nascida e criada lá com meus pais. Eu saí de lá eu tinha vinte e dois anos e agora estou aqui. E também fui pra o passeio que teve esse final de semana na Ilha. Foi bom. Foi bom me divertir bastante, foi tranquilo. Tatuoca é algo que é ficou na memória e ficou na minha memória e um pouco parte da minha vida também. Faz da minha vida porque ainda visito lá ainda vez em quando, toda semana eu vou lá visitar um pouquinho e o resto da memória, o que passou não vai ter mais, vai ficar só na minha memória. Lá já tinha bastante fruta, pra pescar era mais fácil, tinha bastante sombra os pé do pau e agora aqui não tem. Aqui só tem é zoadá de carro. Eu voltaria mil vezes pra Tatuoca se eu pudesse, porque lá é melhor,

mas tanto de que aqui. Aqui só dá trabalho. Porque a menininha fica mais à vontade pra brincar. Fazer outras coisas que os meninos não poderia fazer, muitas coisa. Aqui era bem lá, era bem melhor do que aqui. O que a gente fazia lá, a gente jogava bola, jogava bola de gude, tirava as fruta que nasce na hora. E aqui a gente tem que comprar e lá não era necessário comprar. Lá a gente já tinha já no hotel de casa da gente, a gente tinha tudo. O trabalho hoje aqui na na Vila Tatuoca é complicado. A gente tem que pegar a bicicleta, uma jangada para poder pescar fora, para chegar aqui a gente tem que vender ainda. E lá era melhor a gente não tinha como pegar a bicicleta ela vem a gente só saía assim e já resolvia. Também já vendia por lá mesmo. Já vendia por lá mesmo. A gente tem passado por um contexto de pandemia muito grande né? Com fome a gente não ficou não, até que isso aí a gente não aconteceu porque o que a gente ganhou pelo governo conseguiu né? Conseguiu ajuda não deu pra muitas coisas, mas de pouquinho a gente se resolveu. Seria bom também seria melhor ter passado a pandemia lá. Porque lá a gente não ia ter contato com coisa. E o que a gente pegasse pra vender ia levar só pra feira. E aqui a gente se mistura com as maioria para poder vender. As crianças aqui quem sabe nem o que é agora meus filhos sabe. A gente sempre leva pra lá eles saber o que a gente passou por lá. Entender. Então Tatuoca não foi algo que ficou no passado não. Continua. Continua. do pessoal que mora aqui é de conta. Ele fica impressionado quando a gente quando a gente fala o que a gente passou por lá pela diferença daqui. Porque lá tem vezes que os pessoal pede pra gente levar lá pra conhecer. A gente vai e leva pra reconhecer. E a gente mesmo vai três vezes na semana. Eu vou três vezes na semana. Trabalhar lá. Estava conseguindo pescar lá. Pescar lá. A gente pesca lá. Lá eu ia pegar é siri. E peixes conseguem pegar, a gente pega agora na varinha né? Joga na tarrafa a gente pega na varinha mas pegar a gente pega hoje tem muitas pessoas daqui que estão pescando lá a maioria quase que eles tomam e fecham lá, era proibido pela SUAPE. A gente ia escondido, né? Ainda vai escondido, tem área lá que não pode. Aí como a gente é um pouquinho insistente, a gente vai e passa o limite. Mas hoje também agora meio que faz vista grossa ou deixa né? Agora ele viu que não ia não ia vencer pra gente aí ele foi liberou pescar aí e o deixa eu te fazer uma pergunta, e porque vocês já eram de lá vocês levam pessoas mais novas por exemplo daqui que não cresceram lá pra também pescar junto com vocês lá estou aprendendo também. Estou aprendendo é e estão resistindo e estão aprendendo também na na ilha né? Tatuoca pra mim é a minha vida, como se diz é minha vida como morei lá o tempo todinho é minha vida. Aí o que eu sinto mais e a vontade de mim mesmo se eu pudesse. E não era pra eu ter saído lá. era pra ele ter deixado a gente lá. Porque nem nada ele precisou. Aí ficou massacrando a gente. A gente teve que sair. Mas se fosse por mim mesmo eu estaria lá criando meus três filhos lá. Era pra eu estar lá com meus três filhos né? Mas realmente Deus um pouquinho, né? Aí a gente tá aqui nesse sufoco aqui. Criava tudinho lá. Porque já vem já que gente grande, né? Já vem gente de adulto. Achei que se mistura com os pequeninho, pequeninhos são e era criado na terra e ele na cidade a gente aqui fica misturando as coisa, aí não fala coisa errada puxa olha vai puxando pra outros aí acontece aí a questão de violência é de violência tudo acontece. Estava morando lá com meu menino mais velho e ele não sabia o que era essas coisa agora se misturou já faz coisa errada vem me dizer. Ah, pra mim o que acontecer está quando vai acontecer mais eu agradeço a Deus também ter saído tipo podia ter me identificado. Aí agradecer a Deus e seguir em frente, né? Lutar até o final. (ENTREVISTA 2)

A partir do relato da segunda entrevistada fica mais evidente a importância estratégica da memória para a r-existência, com destaque ao “Lutar até o final”. Outro ponto relevante na entrevista é a confirmação de que a Ilha de Tatuoca era vivenciada como espaço social integrativo, onde todas as ações eram integradas: lazer, trabalho e alimentação. Na Vila Nova Tatuoca o espaço é fragmentado e violento.

A terceira entrevistada foi uma senhora de pouco mais de sessenta anos de idade, que passou boa parte da vida na Ilha de Tatuoca.

Eu morei assim, nasci e me criei em Tatuoca. Vou fazer sessenta e dois anos e vivo aqui tem oito ano. Lá em Tatuoca era bom. Porque a gente tinha o segredo da gente pra pegar, tinha hora pra tudo. Tinha o caranguejo, tinha marisquinho, tinha macho grande, tudo a gente tinha, tinha ostra, tudo a gente fazia. Eu ia pra rede mais meu esposo pegava a unha, tudo a gente fazia lá em Tatuoca e aqui a gente não faz nada. Eu não faço nada não, só em casa mesmo. Tem essas planta aí. Planta coentro, cebolinha, tomate, coco, couve, alface, tem peixe, tem galinha, tudo a gente toma conta. Não tinha essa plantação na vila não, só tinha galinha. Foi bom não ter mudado não, foi bom não. Eu vou mentir. Depois que eu cheguei aqui a vida é difícil. Porque aqui não tem nada que tinha em Tatuoca. Aqui não tem um caju, não tem não tem nada. Pegar pra vender e lá tinha tudo. Tinha tudo na casa, hoje não trabalho não. O meu esposo ele era pescador, mas ele faleceu. Aí renda é a do meu esposo. Eu moro só com um netinho de dois anos e os filhos tudo casado. Todo mundo veio pra cá, está tudinho por aqui na vila. Eu tinha sete. Os sete nascido e criado lá em Tatuoca. Depois de sair de lá eu fui duas vezes. Eu sinto falta de lá, da vivência. Lá é uma vida nova, vida saudável, uma vida que a gente podia criar os filhos da gente um sossego, uma coisa boa a gente via tudo lá e aqui não tem só tem mais violência. Se ajudavam, passou um ano, um ano e meio trancado dentro de casa por causa da pandemia. Eu não ficava não, viu? Mas deveria. Teria teria sido melhor, se teria. Acho que era melhor. E por que que ia ser melhor lá? Porque a gente lá era uma pessoa. Tem a liberdade. É, tinha liberdade. Aí o pessoal vai lá pra recompor as energias, não me arrependo, mas se pudesse voltar pra lá, eu voltaria. Tivesse uma companhia duas três eu ia. Assim mudou como como é da Tatuoca, um fica mais melhorzinho. Eu desde que eu completei o mês vinte anos eu pescava com meu esposo. E pescava também no alto mar. Aratu, siri, caranguejo, guanhamum, marisquinho, ostra, tudo a gente sente falta. Aqui não tem, só tem quando a mãe dela vai pegar ou senão a minha menina. Pode falar, fique livre era coisa boa eu explicava era coisa boa. E por que pô como era bom? Porque era bom. Por que lá tinha a liberdade pra gente fazer as coisas né? Aí num tinha essa violência que tá lá, essa violência que aqui tem. Aí eu dizia meu filho também que não era pra pegar coisa ruim e não pegava. Vivem com medo aqui, tem muito medo, medo da violência meu Deus. Eu não tenho não, mas as tem cuidado com os menores, né? Com as crianças. É, o cuidado é demais. (ENTREVISTA 3)

Entre os destaques da terceira entrevista, ela fala dos fazeres da ilha e os fazeres da vila, onde na atualidade não existe função para uma mulher idosa como ela no espaço da vila. Ela qualifica os sentidos da Ilha: liberdade e o sentimento de pertencimento ao lugar. Mais uma vez aparece aqui a grande variedade de acesso à comida sem precisar comprar, sendo este ponto recorrente em todas as entrevistas.

A quarta entrevistada foi uma jovem de 18 anos, Marielle, que passou a infância na Ilha de Tatuoca.

Meu nome é Marielle, sou da Nova Tatuoca, tenho dezoito anos, não trabalho e minha rotina é estudar e ficar por aqui dentro da minha casa e participar das atividades que tem aqui no Laboratório Vivo de Ecotecnologias do Serto junto com a SUAPE. Várias pessoas ficam empolgadas assim quando perguntam é tu morava na ilha? Era? Como era lá? Aí eu começava eu começo a explicar que era uma ilha, que tinha sítio, que era só vivia a família e todo mundo junto e é isso. Eu aprendi a pegar fruta, a ir pro mangue, mesmo assim mas eu num pesco muito tempo, parece que é minha mãe, mas hoje em dia a gente ainda vai pra acampar lá onde a gente do outro lado é onde a gente morou na prainha, né? A gente vai acampar, a gente pesca Marisquinho. Pega guanhamum ainda. Caranguejo. Eu nasci e me criei até os meus doze anos lá na ilha e minha a lembrança que eu tenho de ler é só de brincadeira minha e da minha irmã que ficava no terreiro brincando embaixo do pé da manga que não ia buscar manga.

Só esses tipo de memória que eu tenho como minhas famílias já tinha tudo vindo pra aqui para o Habitacional Nova Tatuoca. Eu tava muito empolgada pra vim embora porque lá só ficou eu e minha irmã e eu queria brincar com as minhas prima, só que quando chegou aqui foi uma decepção, a gente quando chegou aqui passou uma semana a gente queria voltar tudo pra lá e cheguei fiquei aqui em casa. Quando eu cheguei aqui, né, no dia da mudança, a gente ainda foi lá na pracinha, enquanto a pracinha prestava ainda. Ficava lá brincando e era isso. Mesmo assim, nossa mãe não deixava a gente muito tempo, porque tinha medo, como era novo aqui não sabia né como era a violência. Porque onde a gente morava não tinha isso. O negativo que tinha aqui, porque a gente era tudo acostumado a viver em família, cada um no seu sítio mesmo olhando um os outros, a família era tudo reunida e aqui todo mundo morando perto do outro a família tudo desunida, e lá a gente tinha a liberdade de sair a hora que quisesse pra pegar marisquinho, pegar pra pescar, pra pegar fruta, aqui a gente tem que ter hora pra ir e ainda com medo, né? Aqui dá para pegar no meio do caminho e mandar pra casa, lá não, lá a gente pegava tudo que a gente queria, a hora que a gente queria, como a gente queria. (ENTREVISTA 4)

Dentre os pontos significativos da quarta entrevista, destaquei a relação de como uma jovem que viveu apenas como criança em Tatuoca, ou seja, tem a memória da infância naquele lugar, que mesmo vivendo pouco tempo construiu um significado de lugar seguro, de convivialidade.

A quinta entrevistada foi com uma pessoa mais velha e tem muita tristeza ao lembrar das experiências na Ilha, pois o filho acabou falecendo ao ter de mudar para a Vila Nova Tatuoca.

Meu pai morreu com os noventa e nove. Nasci na ilha... eu sei o sítio que eu nasci. E todos nasceram lá, nasceram lá oito. Eu tenho setenta e oito. meu pai ensinou os filhos a vender. Eu fugi pra cá. Foi que eu fugi, ele com raiva, tinha que pedir permissão pra vender. Toda segunda-feira. Ah, toda segunda-feira. aí no caso eu limpava o coqueiro e dava pra administrador se ele provavelmente vendesse pouco e aí com isso podia morar lá era toda segunda que fazia. Um lugar muito bom Tatuoca, lá eu passei muita coisa em Tatuoca, pegava peixe, dava comida aos meus meninos, Tinha o que comer, depois chegou o Estado e Suape chegou pra acabar e tinha que derrubar tudo lá, adoeci. Essa minha filha aqui trabalha e meu filho ficou lá sozinho, e minha filha pra contar. E ai a gente tinha de sair, Suape implicou, implicou e eu sai, mas meu filho ficou lá, ele fez motim e Suape derrubou a casa e ele já estava doente e morreu. Aí procurar a associação pra trabalhar e fazer justiça a ele. E ela ajeitar uma casa pra gente ficar e ter de dar adeus a Tatuoca e já me perguntaram tanto de Tatuoca num foi? Eu morei em Tatuoca 50 e poucos anos, ela já nasceu lá (Bernadete). O mais velho com quem eu cheguei lá foi Biu, entendeu. Em Tatuoca trabalhava eu e ele. Antes eu vivia da cana lá e reclamar da vida, trazia pra casa pra cozinhar e às vezes não tinha o eu comer, ai a gente ia pedir esmolas e em Tatuoca tinha o que comer, tinha as frutas, aí eu fui com Biu, ele se admirou também, ai melhorou a situação, tenha peixe e a gente repartia. Aí depois a gente saiu de lá doente. A gente vivia lá uma coisa boa, aí o tempo foi passando, não conheço um que reclama de Tatuoca, lugar melhor pra morar que Tatuoca só no céu. Em Tatuoca não existia fome, em Tatuoca não existia drogas. O menino nunca teve nada, ficava ali depois andava pra praia, andava pra feira com melancia. Eu posso até viver em Tatuoca ainda, quando a pessoa sai do lugar, não tem outro lugar na vida. E tem muita gente jovem corrupta. (ENTREVISTA 5)

Este depoimento é muito bonito e cheio de significados, ela destacou a importância em conhecer o Sítio que nasceu, mais uma vez a entrevista apresentou a Ilha de Tatuoca como um local da felicidade e do conhecimento, da saúde, da fartura de alimentos e também divisão dos alimentos abundante.

4.1 Educação e resistência na vila nova Tatuoca

A partir dos relatos feitos, optei por fazer recortes de trechos que apresentam informações relevantes para serem analisados nesta pesquisa, entre os muitos aspectos relatados. Acredito que a principal surpresa para mim foi a noção de pertencimento a um lugar, que continua influenciando na inserção dessas pessoas em espaços outros e que, de certa, contribui para a percepção delas sobre as pessoas no novo contexto de entorno da comunidade. A desterritorialização afetou profundamente a interação social na comunidade, porém, não apagou o sentimento de pertencimento comum entre eles, a origem na Ilha de Tatuoca, que os faz se reconhecerem como coletivo com características, memórias e histórias comuns, que são revividas e ressignificadas a partir das visitas que fazem coletivamente à Ilha de Tatuoca.

A gente fez uma excursão a Ilha de Tatuoca. Transportar a família para a Ilha da Tatuoca e é bom demais porque a gente a gente morava lá, né? E poder visitar pra mim é uma coisa maravilhosa eu vivia lá com meus filhos, com a minha mãe antigamente e eu não tenho nem como explicar direito porque lá era meu cantinho, meu lugar, minha tranquilidade, minha sobrevivência. (ENTREVISTA 1)

É porque lá tem muito pé de árvore, as crianças ficaram num lugar bem saudável e aqui é muito quente as crianças só podem brincar aqui ou de manhã cedinho e não importa porque está tudo dormindo e a tarde que a só tardezinha é cinco até sete horas da noite e a quentura é muito grande. A gente ensina as coisas que tinham lá também a para as crianças aqui, mas não elas não sabem, elas não têm experiência com o que as coisas que têm lá em Tatuoca (ENTREVISTA 1)

As visitas frequentes para a Ilha de Tatuoca são realizadas nos momentos de lazer, geralmente em feriados, mas também em certos finais de semana aleatórios, ou vinculados a comemorações como festas de aniversário. A Ilha, nessa nova relação, aparece como lugar de respiro, quase um oásis que apenas aqueles que ali viveram usufruem, mas, também, um lugar pleno de sentidos e sentimentos. Por isso mesmo levam as crianças e ensinam saberes que são apropriados para quem tem a experiência de ter vivido ali. Saberes que a escola não ensina, saberes que quem nasce na cidade não possui, como saber pescar diferentes tipos de peixes – que exigem técnicas diferentes – e catar diferentes tipos de moluscos, mariscos etc. Ensinar a a ser pescadora e pescador. As visitas, então, sendo lazer, são, simultaneamente, momentos de

transmissão de conhecimentos e, ainda, momentos de rememorar práticas, modos de vida, costumes e ideias que estão emaranhadas como experiências vividas e significadas a partir das relações sociais constituídas naquele território.

[...] E pra criar os meus filhos lá era uma coisa muito boa. Era muito melhor viver lá, é porque lá era um lugar tranquilo, a gente ficava bem à vontade com nossos filho e de vim de lá sai de lá pra vim pra aqui pra mudou muitas coisa, uma violência. Ter muito cuidado com as criança, trabalhar dificultou muitas coisa, aí essa diferença pra mim é essa. Eu falo sempre com a minha menina e meu sobrinho das mudanças de lá pra cá foi muito diferente. (ENTREVISTA 1)

Esta estratégia de visitar a Ilha regularmente, levar as crianças para aprenderem questões que elas não saberiam no território da Vila Nova Tatuoca é simbólica da necessidade das famílias pobres de ensinar a seus filhos e filhas saberes e fazeres que fazem parte de seus repertórios culturais e que são entendidas como fundamentais, tanto porque compõe um campo de possibilidades (TAVARES, 2009), tanto para conseguir alimentos e, eventualmente, alguma renda com o excedente, quanto e, principalmente, para ensinar valores e saberes fundamentais para aquele grupo social. _Visitar, nesse caso, é mais do que passear, é um ato educativo, para que eles não se percam de suas histórias pessoais, para que rememorem fazeres e saberes que pertencem à família e à comunidade. Desta forma, podemos afirmar que isto faz parte das estratégias da “educação de casa”, aquela que é necessária, anterior e complementar à educação realizada na escola e, conseqüentemente, faz parte de outra epistême. Procuram, com essa prática de “visitar” a ilha, fazer com que seus filhos e filhas possam “entender” (Entrevista 2, trecho na página seguinte): entender que o passado continua no presente, nas práticas, nas memórias, nos modos de ver e de viver, entender o hoje, o presente, entender quem são.

Para Walsh, a questão central em projeto de emancipação epistêmica é a coexistência de diferentes epistêmes ou formas de produção de conhecimento entre intelectuais, tanto na academia, quanto nos movimentos sociais, dando ênfase a questão da geopolítica do conhecimento.

Estas práticas são também marcadas pela educação popular encontrada nas obras de Paulo Freire “Pedagogia do Oprimido” (1981) e “Educação como Prática de Liberdade” (2002), e surge como contraponto a Educação Bancária, que desumaniza o educando. A Educação Popular se dá a partir das vivências deste com o meio em que vive, partindo do princípio de que o povo produz saber, sendo necessário valorizá-lo dentro dos processos de ensino e aprendizagem. Freire problematiza a passividade da educação formal: tradicional, excludente, em prol, de uma educação emancipadora e a desvalorização destas práticas de educação no

cotidiano que atualmente tem sido uma das estratégias da sobrevivência da memória de Ilha Tatuoca em execução na Vila Nova Tatuoca.

Para Brandão (2004, p. 17) a Educação “abrange todos os processos de formação do indivíduo”, que podem acontecer de diferentes modos, em diferentes espaços sociais, mas que tercem a experiência individual e coletiva do sujeito em sociedade, contribuindo para a sua autoafirmação enquanto sujeito, consciente de seu papel social e crítico da negação dos direitos socializantes. Para isso, Freire (1981) nos coloca a importância da formulação de uma metodologia pedagógica participativa que visa à libertação do homem, por intermédio da Educação, não uma educação construída apenas com os livros, mas sim, uma educação fundamentada na vivência do homem em sociedade, nos seus modos de fazer e de agir. No reconhecimento da opressão cotidiana.

As crianças aqui quem sabe nem o que é agora meus filhos sabe. A gente sempre leva pra lá eles saber o que a gente passou por lá. Entender. Então Tatuoca não foi algo que ficou no passado não. Continua. Continua. do pessoal que mora aqui é de conta. Ele fica impressionado quando a gente quando a gente fala o que a gente passou por lá pela diferença daqui. (ENTREVISTA 2)

O ato de levar estas crianças nascidas na Vila Nova Tatuoca para a Ilha Nova Tatuoca é, antes de tudo, afeto, pois que busca introduzir o outro em um universo de sentidos e sentimentos compartilhados, e, simultaneamente, busca ampliar repertórios que dentro do contexto que estão atualmente inseridos acaba sendo um ato de afirmação das origens, das raízes, da ancestralidade, e um campo de abertura de possibilidades. Levar os novos integrantes da família para a Ilha é, portanto, uma forma de educar: primeiramente para que os novos entendam os seus pais e seus avós eles precisam ver de onde vieram, como viviam, qual eram as brincadeiras, os afazeres, o cotidiano da vida... mostrar como era o modo de vida antigo, passado, é também ensinar como se formam as ideias, os valores, as formas de pensar e entender o mundo. É, portanto, uma forma de apresentar saberes e fazeres que foram e continuam sendo possibilidades de trabalho e sobrevivência para a família.

Para Freire (2001), educar é um ato de amor, de coragem e de resistência, tanto porque convida ao educador a sair da sua zona de conforto, a problematizar sua formação, sua forma de ensinar, quanto porque instigar as pessoas à mudança, valorizando sujeitos pelo que sabem e fazem, e, desta forma, fortalecendo culturas e identidades subalternizadas.

Os modos de vida das populações camponesas, pescadoras e outras, são possíveis dentro de uma relação de aproximação e distanciamento em relação à sociedade de consumo. Aproximação porque o excedente da produção é comercializado nessa sociedade e, para isto

acontecer, há todo um aprendizado sobre modos de apresentação, embalagem, exposição, técnicas de venda etc. E distanciamento porque o modo de produção deles não se adapta à lógica do mercado, que visa sempre aumentar a produtividade e o acúmulo. Então, são modos de produzir e de viver que se situam nas margens da sociedade de consumo, sendo, neste sentido, marginais, porque a integração completa à sociedade de consumo significa a morte desses modos de viver e de produzir.

A Educação Popular fundamentada na perspectiva freiriana, evidencia-se como uma proposta metodológica que dialoga diretamente com a concepção de saber não formal, pois, ela é fruto das vivências coletivas dos movimentos sociais. Desta forma, a partir das práticas observadas na Vila Nova Tatuoca, podemos concluir que eles estão fazendo educação popular quando se organizam para que as crianças aprendam como era o modo de vida na Ilha de Tatuoca, ou quando ao chegar na comunidade nos deparamos com uma horta comunitária, as organizações sociais de apoio também contribuem para que este movimento ocorra, já que a comunidade é monitorada sistematicamente por organizações sociais, universidades.

A contribuição de Paulo Freire é muito importante para a valorização do saber de comunidade, nos convidando a abandonar a passividade em busca de conhecer as metodologias populares que trazem consigo a história da resistência das classes ditas “populares” no processo de formação do Brasil.

Walsh afirma, tendo como referência os movimentos sociais indígenas equatorianos e dos afro-equatorianos, que a decolonialidade implica partir da desumanização e considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Através dos relatos das moradoras da Vila Nova Tatuoca elementos importantes para a sobrevivência da memória e modo de vida adquiridos na Ilha de Tatuoca alimentam estratégias de resistências dentro do novo contexto urbano adquirido na Vila Nova Tatuoca.

[...] e porque vocês já eram de lá vocês levam pessoas mais novas, por exemplo, daqui que não cresceram lá, pra também pescar junto com vocês, lá estão aprendendo também. Estão aprendendo e estão resistindo... e estão aprendendo também na ilha, né? Tatuoca pra mim é a minha vida, como se diz, é minha vida. Como morei lá o tempo todinho, é minha vida. (ENTREVISTA 2)

A dimensão da aprendizagem, para pescadores, agricultores e os vários grupos e classes sociais que vivem do trabalho braçal e artesanal, não se separa da dimensão da vida cotidiana. Lugar de morar, de viver, de trabalhar, tudo isto forma um lugar social emaranhado, pleno de vida, de fazeres e saberes, portanto, um lugar educativo. A educação que se aprende em casa é

a educação fundamental para aprender a viver. Os conhecimentos da escola são necessários e valorizados entre os grupos populares, porém, a educação que vem de casa é que faz o fundamento sobre o qual se constrói a pessoa. É por isso que essa educação ensina a resistir, como afirma a entrevistada: “aprendendo e resistindo”.

Destaquei aqui o ato dos piqueniques e a necessidade de viver e ensinar algo aos mais jovens que não seria possível aprender dentro do contexto da Vila Nova Tatuoca. Na ilha são ensinados saberes ancestrais, que não são vistos na escola, saberes necessários para o viver (ENTREVISTA 2). A educação, neste caso, é vista não apenas como o ato de ensinar algo a alguém, mas de ensinar algo importante para viver, para ser resistente em um contexto que estes saberes são desvalorizados, saberes estes que não vão aprender em outro contexto.

Neste sentido entendemos que a educação de casa, em um contexto de choque entre populações tradicionais e projetos de desenvolvimento alienígenas às suas culturas e modos de viver, pode ser considerado como educação intercultural. Em todos os relatos eu identifiquei práticas reais de interculturalidade. São mulheres negras e pescadoras que levam seus filhos para o local onde elas aprenderam a ser quem são, lugar que foi tomado e condenado a desaparecer sob possíveis construções que vão fazer parte do Complexo portuário de Suape, ou, na melhor das hipóteses, lugar que foi condenado a ser desabitado, esvaziado das pessoas e isolado, para então cair no esquecimento.

Para Walsh, muitas políticas públicas educacionais na América Latina (incluindo o Brasil) vêm se utilizando dos termos interculturalidade e multiculturalismo como forma de somente incorporar as demandas e os discursos subalternizados pelo ocidente, dentro do aparato estatal em que o padrão epistemológico eurocêntrico e colonial continua hegemônico. Segundo a autora, no campo educacional essa perspectiva não restringe a interculturalidade à mera inclusão de novos temas nos currículos ou nas metodologias pedagógicas, mas se situa na perspectiva da transformação estrutural e sócio-histórica. Sendo assim, a autora expressa uma crítica às formulações teóricas multiculturais que não questionam as bases ideológicas do Estado-nação, partem de lógicas epistêmicas eurocêntricas e, no campo educacional, sob o pretexto de incorporar representações e culturas marginalizadas, apenas reforçam os estereótipos e os processos coloniais de racialização.

É a partir dessa construção teórica que a autora elabora a noção de pedagogia decolonial, ou seja, uma práxis baseada numa insurgência educativa propositiva - portanto, não somente denunciativa - em que o termo insurgir representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. Em outros termos, a construção de uma noção e

visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, que concebe a pedagogia como política cultural.

Walsh afirma que essa perspectiva ainda está em processo de construção, tanto do ponto de vista teórico quanto da construção de práticas nos sistemas escolares e em outros âmbitos educativos. Cita como inspiração e referência para o seu desenvolvimento as formulações e práticas educacionais de Paulo Freire, além das teorizações de Frantz Fanon sobre a consciência do oprimido e a necessidade de humanização dos povos subalternizados.

Na contramão dessa concepção meramente inclusiva, Walsh vai propor a perspectiva da interculturalidade crítica como a forma da pedagogia decolonial:

A interculturalidade aponta e representa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra; uma outra forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/ colonialidade, e um paradigma outro, que é pensado por meio da práxis política. (WALSH, 2019, p. 9)

Entendemos como estratégias de educação intercultural as práticas de participação coletiva em excursões até o território da Ilha de Tatuoca, onde as gerações mais velhas demonstram e discorrem sobre os saberes e práticas possibilitadas naquele território, que foi território de morada, mas, desterritorializados, reivindicados e ocupados como território de lazer e, a contrapelo dos poderes instituídos, território de memória e de educação comunitária. Transformam, desta forma, a Ilha de Tatuoca em dispositivo educativo de práticas insurgente e, como tal,

[...] um princípio ideológico". Como tal, essa configuração conceitual é, por si mesma, "outra". Em primeiro lugar, porque provém de um movimento étnico-social mais do que de uma instituição acadêmica; depois, porque reflete um pensamento que não se baseia nos legados coloniais eurocêntricos e nem nas perspectivas da modernidade; e, finalmente, porque não se origina nos centros geopolíticos de produção do conhecimento acadêmico, ou seja, do norte global. (WALSH, 2019, p. 9)

Estes eventos de visita e práticas de lazer a Ilha de Tatuoca, levando inclusive crianças que não tiveram a vivência dentro daquele espaço físico, configuram-se como práticas educativas de reexistência, conectada a uma perspectiva em que as identidades são performatizadas (AUSTIN, 1963), podendo criar diversos “letramentos” nos quais os sujeitos aprendizes são imersos. Neste caso,

É preciso REEXISTIR. E reexistir ainda mais e mais em um contexto social, político e econômico que nos oprime cotidianamente exigindo reposicionamentos de nossos

lugares de atuação, de proposição e de ação política na qual a linguagem tem papel fundamental. (SOUZA; JOVINO; MUNIZ, 2018, p.1)

Reexistir, no contexto das mulheres negras de Tatuoca, implica primeiro em reafirmar os valores que possuem os saberes e fazeres tradicionais, e, como estes ainda são eficazes como estratégias de fortalecimento da identidade coletiva através da pesca e das práticas realizadas na Ilha de Tatuoca. Isso torna a comunidade de Vila de Tatuoca distinta, entre tantas vilas que compõe aquela cidade, que certamente abrigam outros moradores que viveram no campo, em sítios e engenhos da região, mas, somente a Vila de Tatuoca abriga os moradores que um dia habitaram a Ilha de Tatuoca. Mesmo desterritorializados, mesmo que desprovidos da vivência cotidiana na Ilha de Tatuoca e o que isso representava para o modo de vida deles – mais liberdade, mais espaço, mais alimentos, mais segurança, mais... – as mulheres negras da Vila de Tatuoca transgridem o lugar social destinado para elas, nas margens da cidade, mais vulnerável e mais dependente da “mão do Estado”. Ao transgredir os limites impostos por esse processo de desterritorialização/reterritorialização, não se conformando com esses limites e recuperando, na prática, o acesso à ilha, para, neste processo, perseguir a continuidade da experiência do lugar ao ensinar às novas gerações como viviam e o que faziam, essa transgressão permite o que Walsh chama de virada epistemológica:

Essa lógica, ao mesmo tempo em que parte da diferença colonial e, mais do que isso, de uma posição de exterioridade, não se fixa nela; ao contrário, trabalha para transgredir as fronteiras do que é hegemônico, interior e subalternizado. Em outras palavras, a lógica da interculturalidade compromete um conhecimento e pensamento que não se encontra isolado dos paradigmas ou das estruturas dominantes; por necessidade (e como um resultado do processo de colonialidade) essa lógica "conhece" esses paradigmas e estruturas. E é através desse conhecimento que se gera um "outro" conhecimento. Um pensamento “outro”, que orienta o programa do movimento nas esferas política, social e cultural, enquanto opera afetando (e descolonizando), tanto as estruturas e os paradigmas dominantes quanto a padronização cultural que constrói o conhecimento "universal" do Ocidente. (WALSH, 2019, p. 16)

Esses eventos formam novas gerações em novos letramentos de mundo, através de práticas e metodologias que não são capazes de ter em sala de aula ou na Vila da Nova Tatuoca. Com estes letramentos formam-se os mais jovens para habitar uma outra sociedade, a partir das brechas do sistema, valorizando as experiências vividas, resistindo na resiliência do não abandono total da ilha. Sobre estes novos letramentos, Souza diz o seguinte:

Os letramentos para além das habilidades de ler e escrever; podem ser mais bem compreendidos como “um conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos

envolvidos nessas práticas constroem relações de identidades e de poder. (SOUZA, 2011, p. 35)

Entendemos, então, que letramentos são os conhecimentos que nos ajudam a identificar diferentes valores, funções e configurações que o próprio letramento assume na sociedade dependendo dos contextos cultural e social. Por isso, os letramentos são múltiplos e, além disso, são críticos, pois englobam usos tão variados quantas são as finalidades dessas práticas (SOUZA, 2011). O ato de pescar, neste sentido, é também um letramento.

[...] hoje tem muitas pessoas daqui que estão pescando lá a maioria quase que eles tomam e fecham lá, era proibido pela SUAPE. A gente ia escondido, né? Ainda vai escondido, tem área lá que não pode. Aí como a gente é um pouquinho insistente, a gente vai e passa o limite. Mas hoje também agora meio que faz vista grossa ou deixa né? Agora ele viu que não ia não ia vencer pra gente aí ele foi liberou pescar aí e o deixa eu te fazer uma pergunta, e porque vocês já eram de lá vocês levam pessoas mais novas por exemplo daqui que não cresceram lá pra também pescar junto com vocês lá estou aprendendo também. Estou aprendendo é e estão resistindo e estão aprendendo também na na ilha né?). (ENTREVISTA 2)

Uma das entrevistadas apresentou que esse processo de reocupação da Ilha foi inicialmente proibido pela empresa Suape. Este ponto evidencia como as instancias de poder lidam com estratégias educativas interculturais que vão de encontro aos seus interesses políticos e econômicos. Para Walsh, mesmo diante da proibição do Estado, as comunidades originárias se reinventam e seguem com suas práticas, pois elas são necessárias para reexistirem.

Mientras el Estado pretende regular y ordenar la gente, la escritura la re-presenta para un mundo que no es – o no solo es – propiamente de la comunidad. Esta realidad trae a consideración una serie de tensiones e interrogantes, incluso con relación al significado del Estado y la escritura hoy y las intersecciones de ambos con la memoria colectiva y las luchas continuas de y para el (re)existir. (WALSH, 2015, p. 81).

Um dos conflitos fundantes da relação entre o Estado e as comunidades tradicionais está relacionada justamente com a questão da propriedade da terra, relação em que estes dois polos se opõem fortemente. As comunidades tradicionais reconhecem como seu território os lugares em que habitam, conformado não apenas pelas casas, mas por toda a extensão em que produzem ou coletam seus alimentos, enquanto o Estado advoga para si o direito de reconhecer, ou desconhecer, negando, o direito à propriedade a partir de leis e procedimentos burocráticos estranhos à essas comunidades. Tanto é assim que, ainda hoje, passados mais de cinco séculos de tomada das terras indígenas por colonizadores particulares, em nome do Estado, o direito à terra dos povos indígenas depende do reconhecimento do Estado, que tem a prerrogativa de estabelecer fronteiras, comumente menores do que os povos conhecem pelos usos e costumes.

No caso das mulheres de Tatuoca, mesmo diante das proibições, as famílias enfrentaram a segurança de SUAPE, até que viram que seria inútil impedir as pessoas de frequentar o espaço da Ilha, representando como historicamente tem sido vista a cultura de grupos e comunidades originárias nos territórios da América Latina, como explica Walsh.

la afro-existencia ha sido moldeada, significada y construida sin y a pesar del Estado; en esencia, a contradecir al Estado mismo. Es decir que la existencia se ha construido en los márgenes, puntos ciegos y “tierras baldías” que existen fuera de los propios marcos de reconocimiento, de los derechos y la ciudadanía constitutivos del Estado. (WALSH, 2019, p. 81)

4.2 Vila Nova Tatuoca: narrativas e resistência no novo território

Tatuoca pra mim é a minha vida, como se diz, é minha vida, como morei lá o tempo todinho é minha vida. Aí o que eu sinto mais e a vontade de mim mesmo se eu pudesse. E não era pra eu ter saído lá. era pra ele ter deixado a gente lá. Porque nem nada ele precisou. Aí ficou massacrando a gente. A gente teve que sair. Mas se fosse por mim mesmo eu estaria lá criando meus três filhos lá. Era pra eu estar lá com meus três filhos né? (ENTREVISTA 2).

Depois de sair de lá eu fui duas vezes. Eu sinto falta de lá, da vivência. Lá é uma vida nova, vida saudável, uma vida que a gente podia criar os filhos da gente um sossego, uma coisa boa a gente via tudo lá e aqui não tem só tem mais violência. (ENTREVISTA 3)

A gente vivia lá uma coisa boa, aí o tempo foi passando, não conheço um que reclama de Tatuoca, lugar melhor pra morar que Tatuoca só no céu. Em Tatuoca não existia fome, em Tatuoca não existia drogas. (ENTREVISTA 5)

Uma questão importante nessa pesquisa é a experiência de des/re/territorialização dos moradores da Ilha de Tatuoca, de como o despejo e o estar nesta nova morada passa de um trauma, para um “motor” de resistência, é ressignificado, dentro de um processo que se volta à reinvenção do cotidiano. A perda do território é bastante complicada para as comunidades tradicionais, cujo modo de produção – e modo de vida - estão integrados ao território.

O lugar de moradia é um lugar que deve ser preenchido de sentidos e sentimentos, deve ser pleno de significados. Para o geógrafo Yu-Fu Tuan, o que preenche um espaço vazio são os significados atribuídos ao espaço, que o transforma em lugar. É a experiência que cria os significados.

A experiência é constituída de sentimento e pensamento. O sentimento humano não é uma sucessão de sensações distintas; mais precisamente a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante e fluxo da experiência de modo que poderemos falar de uma vida de sentimentos como falamos de uma vida de pensamentos. (TUAN, 1983, p. 11)

Pensamos na Ilha de Tatuoca como um lugar pleno de significados, onde a ação de expulsão esvaziou o território dos moradores que lá habitavam, mas, ainda, não o esvaziou de sentidos, sentimentos e significados. Estes estão lá como tatuagens visíveis apenas para os iniciados, para quem participa da partilha da comunidade, que retorna ao território como quem busca emendar as linhas soltas, partidas, entre o passado e o presente.

Para as pessoas que entrevistei em 2021, essa sensação de ter sido retirado do território sem algum motivo aparente estava bem mais forte do quando frequentei a Vila Nova Tatuoca anteriormente. Pelo fato de que não foi efetivamente construído nada naquele local, todas as entrevistadas se diziam arrependidas de terem deixado o local.

É esta desterritorialização ocorrida com a comunidade da Ilha de Tatuoca, que alterou o modo de vida dos moradores, num processo forçado de fora para dentro, que machuca os corações dessas mulheres. Entendendo desterritorialização como um processo voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios econômicos, simbólicos, a recursos, a bens (HAESBAERT, 2004).

O processo de remoção em Tatuoca foi traumático para população, tanto que o assunto é recorrente mesmo já tendo passados 6 anos do despejo. Porque foi por esse processo que as pessoas tiveram que alterar a maneira como viviam na Ilha de Tatuoca, seu modo de viver o cotidiano e seus modos de produzir os meios para sua subsistência. Falando sociologicamente nos termos Bourdieu, foi quebrado a base existencial do *habitus* desse grupo social, entendendo este como “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2001, p. 191).

Arturo Escobar no artigo “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento” (2005), fala que “a experiência de desenvolvimento significou para a maioria das pessoas um rompimento do lugar, mais profundo como jamais visto” (ESCOBAR, 2005, p. 69). Isto foi experimentado pela comunidade de Tatuoca: diante da necessidade de se adaptar a um novo lugar, ou de como os locais sagrados ou pertencentes as comunidades tradicionais são preteridas em nome de um discurso de desenvolvimento e globalização. No contexto da vida na Vila Nova Tatuoca foi necessário se readaptar, reinventar a vida, diante de um processo de reterritorialização que exige uma grande capacidade de recriação, como afirma Haesbaert (2001, p. 144), “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios e fundando outros”.

Esta reterritorialização é um processo que atinge as pessoas de maneiras diferentes, para alguns de maneira bastante positiva, para outros, como é o caso dos moradores da Vila de Tatuoca, este processo resultou na perda de valores, de pessoas e perdas financeiras, considerando que essa comunidade perdeu o acesso a pesca abundante e a produção de subsistência realizada em seus sítios.

A partir destas referências, passei a procurar trabalhos com este conceito duplo de desterritorialização e reterritorialização, e quando iniciei as buscas pelos dois termos de maneira conjunta, não consegui encontrar pesquisas dentro do Catálogos de Teses da CAPES, então optei por pesquisar os termos individualmente, e selecionei duas das pesquisas encontradas.

Ao pesquisar a palavra-chave “desterritorialização”, encontrei muitas pesquisas anteriores na plataforma Sucupira e um número considerável de estudos da área de letras. Selecionei a tese intitulada “Produção Socioespacial do Litoral do Paraná e as Estratégias de Resistências dos Pescadores Artesanais na Luta pelo seu Território” de Tiago Vernize Mafra, no programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Este analisou a ligação entre as resistências dos pescadores artesanais na luta pelo território e as formas hegemônicas de produção do espaço ou apropriação dos recursos do litoral do Paraná, identificando como as resistências influenciam na territorialização desses grupos e na produção socioespacial local.

Sobre as trajetórias inseridas na problemática dos des-territorializados que são os migrantes (os simples, os pobres, os corridos), que perdem as referências de espaço e tempo coletivos e têm que refazer-se cultural e socialmente para darem conta de novas demandas, José de Souza Martins reflete:

A cronologia dos simples estende-se pelo longo e lento tempo da formação da sociedade moderna, o tempo que nos junta e nos separa. Por isso, o voltar atrás para compreender o incompreensível agora e o possível adiante. Bem pensadas as coisas, é a finitude que dá sentido ao que começa na vida e na história. (MARTINS, 1994, p. 10)

Nos deparamos, ao realizar essa pesquisa, com outro tempo e outras formas de contar o tempo. Como sugere Martins, no trecho citado, o tempo lento das pessoas simples é o tempo necessário para a digerir as mudanças e redesenhar as esperanças desfeitas nos momentos em que parece ter chegado ao fim. Durante as entrevistas, as mulheres que cresceram em Tatuoca falaram bastante de experiências, da importância de levarem as crianças para pelo menos terem um pouco da experiência que eles tiveram ao crescer lá, uma experiência que é também de

vivenciar o tempo em outra chave de compreensão, uma experiência vivencial, que ensina sem palavras, sem “ensinar”, apenas fazendo experienciar.

Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a parte dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência uma criação de sentimento e pensamento. (TUAN, 1983, p. 11)

Alguns relatos testemunham a importância de voltarem ao lugar de origem, de levarem seus adolescentes e crianças para vivenciar a ilha durante todo um final de semana ou feriado: dormir, acordar, brincar, pescar, colher, cozinhar, andar livremente, a experiência se torna completa na Ilha de Tatuoca, para as crianças verem e sentirem um pouco do que elas viveram. Nessa experiência, o território da Ilha de Tatuoca volta a ser acrescido de novos significados, sentimentos e novas memórias são formadas ali.

A gente ensina as coisas que tinham lá também a para as crianças aqui, mas não elas não sabem, elas não têm experiência com o que as coisas que têm lá em Tatuoca, não tem experiência não tem não né? Eu tenho quarenta e dois anos e morei lá em Tatuoca por trinta e cinco ano. Hoje tô aqui faz oito anos, vai fazer oito anos que eu tô morando aqui. (ENTREVISTA 1)

O espaço é indefinido, enquanto o lugar é marcado, mesmo que disputado, porque além das pessoas existe o Estado, além dos interesses locais existem os interesses externos, globais. Este lugar de disputa também é simbólico. As pessoas constroem suas realidades e respondem ao espaço e ao lugar de maneiras diferentes influenciadas pela cultura, moldam seus valores baseadas nas experiências que vão adquirindo, corporeamente pelos cinco sentidos e também pelas emoções vivenciadas.

Quando residimos por muito tempo em um determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida a menos que possamos também vê-lo de fora e pensarmos em nossa experiência. O outro lugar pode faltar o peso da realidade porque o conhecemos apenas de fora - através dos olhos de turista e da leitura de um guia turístico. (TUAN, 1983, p. 20-21)

Mesmo que os relatos tenham sido feitos por pessoas diferentes há muitos pontos em comum, pois a memória, mesmo quando narrada pela pessoa, sempre é coletiva e revela processos e práticas vivenciadas por um grupo social. A memória na concepção de Halbwachs (2013) é um processo de reconstrução, devendo ser analisada levando-se em consideração dois aspectos: o primeiro refere-se ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; por outro lado, se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo

e espaço envoltos num conjunto de relações sociais. Segundo Halbwachs (2013) o indivíduo que lembra está inserido na sociedade na qual sempre possui um ou mais grupos de referência, a memória é então sempre construída em grupo, sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Como se pode ver, o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado, visto que as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Outro ponto que Halbwachs (2013) levanta em sua obra, diz respeito a relação entre memória e espaço. Para ele, a partir do momento em que um grupo social se encontra inserido em um espaço, passa então a moldá-lo à sua imagem, isto é, às suas concepções, valores, ao passo que também se adapta à materialidade do lugar que resiste a sua “influência”. Para o autor “cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, por que todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida em sua sociedade” (HALBWACHS, 2013, p. 160).

Quando se tornou possível frequentar novamente a Vila Nova Tatuoca em virtude do afrouxamento das medidas de segurança impostas pela pandemia de Covid-19, no segundo semestre de 2021, aquele local que antes era bem conhecido para mim por frequentar anos antes, estava muito diferente, aquele lugar me parecia mais vivo do que anos atrás, vi alterações na casa, também uma horta na praça central da comunidade, e durante as entrevistas feitas ficou evidente para mim que não só o local estava diferente, as pessoas também estavam. Foram criados novos espaços a partir de uma memória do que existiu na Ilha de Tatuoca.

A gente comenta, a gente sempre comenta com eles e eles comenta com a gente: como é que seria se ele fosse criado lá na Ilha de Tatuoca? A gente conta a história, porque a gente saía cedo pra pescar. Minhas criança mesmo ficava dormindo. Eu ia pescar. Eu voltava as minhas criança dormindo. Hoje não dava pra fazer isso, entendi, porque a pesca é lá em Itatuoca era bem pertinho da minha casa e aqui essa distância é muito longa. E eu saio de seis horas da manhã e chego seis horas da noite. Mudou bastante coisa, incluindo essa história da distância também de pesca. Aí a gente sai cedo pra pescar, deixo minhas criança aqui... e aqui eu acho muito perigoso pra deixar minhas criança em casa sozinha pra eu ir trabalhar. Entendeu? Aí, por isso que eu tô dizendo que mudou muitas coisa. Mudou para pior então. E queria que isso não aconteça também com outras comunidades também. (ENTREVISTA 1)

Estes novos sentidos atribuídos ganham novos espaços e novas vivências, estar na Vila Nova Tatuoca é lidar com questões que antes não existiam, como a distância para trabalhar, a jornada de trabalho que te afasta durante todo o dia da casa e lidar com os problemas da violência urbana, algo que apareceu em todos os depoimentos.

Porém novos elementos destas adaptações foram significativos para a nova comunidade. A chegada das grandes empresas nestes territórios também modificou a dinâmica interna destas comunidades. Pérez (2016) apresenta dados de como após a instalação do CIPS, aumentaram significativamente a violência e de casos de gravidez nestas comunidades, que passaram a interagir com pessoas de todo o Brasil, inclusive de outros países que traziam estas práticas para o dia a dia da comunidade. Nas entrevistas feitas anteriormente a menção a aumento da violência é sempre relatado pelas entrevistadas, como também do tráfico de drogas e alcoolismo. Desta maneira ficam evidente para elas este choque cultural, que é apontado como um grave problema que devem lidar e que não existia antes na Ilha de Tatuoca.

Estes camponeses e camponesas foram colocados em uma nova lógica social, onde o cotidiano é alterado na proibição de práticas comuns, como o ato de pescar na Ilha, por exemplo, cuja proibição vigorou por anos, a força de vigilância privada e armada, contratada pela administração do CIPS para assegurar o controle de todo o extenso território que foi designado pelo Estado como de responsabilidade do complexo de Suape.

Algo que me chamou a atenção foi o fato de existir uma horta comunitária na Vila Nova Tatuoca, em um espaço que antes estava reservado a ser um parque infantil, que efetivamente nunca chegou a funcionar. Mesmo que o projeto da horta foi desenvolvido por uma organização social focada em agroecologia, chamada SERTA, com recursos públicos. Percebi que foi dado um novo sentido aquele local, inclusive sendo necessário ter o trato diário do espaço da horta, contando com a mão de obra voluntária das mulheres.

Aquele espaço se tornou um pouco da Ilha de Tatuoca dentro da Vila Nova Tatuoca, contendo uma diversidade de plantas nativas que existiam no antigo território. Iniciativas como essas buscam espaços urbanos que possam ser ressignificados e moldados por valores sociais camponeses no meio de um território urbano, considerando que essas populações urbanas ainda possuem vínculos muito fortes com o campo. Mesmo havendo uma mudança de localização, existe a permanência do lugar, aqui citando Milton Santos.

um momento do imenso movimento do mundo, contido em um ponto geográfico, um lugar. E é por causa desse movimento social que cada lugar muda sem cessar de significação: a cada instante as frações da sociedade que o concernem, não são as mesmas. Localização e lugar são, portanto, duas coisas distintas. O lugar pode permanecer o mesmo enquanto que as localizações mudam. O lugar é um objeto ou um conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais convergentes em um lugar. (SANTOS, 1989, p. 6-7)

Este processo traumático de falar da des/re/territorialização dessa comunidade de famílias de mulheres negras nos mostra a capacidade de resiliência dessa gente, que não evita

falar da dor, mas que o faz não na forma de lamento e reclamação, mas como forma de buscar, nas entranhas das experiências vividas, a força para superação dos acontecimentos traumáticos. Uma luta por sentidos, pelo direito de contar a sua própria história, de não ser silenciada, de não ser apagada e invisibilizadas socialmente, lutando contra a perda de referenciais simbólicos, refazendo sentidos e significados, construindo pontes entre tempos e lugares é o que estas mulheres vem fazendo.

4.3 Diferentes perspectivas da memória: o legado que fica da ilha de tatuoca para os jovens.

Eu morei assim, nasci e me criei em Tatuoca. Vou fazer sessenta e dois anos e vivo aqui tem oito anos. Lá em Tatuoca era bom. Porque a gente tinha o segredo da gente pra pegar, tinha hora pra tudo. Tinha o caranguejo, tinha marisquinho, tinha macho grande, tudo a gente tinha, tinha ostra, tudo a gente fazia. Eu ia pra rede mais meu esposo pegava a unha, tudo a gente fazia lá em Tatuoca e aqui a gente não faz nada. Eu não faço nada não, só em casa mesmo. Tem essas planta aí. Planta coentro, cebolinha, tomate, coco, couve, alface, tem peixe, tem galinha, tudo a gente toma conta. Não tinha essa plantação na vila não, só tinha galinha. Foi bom não ter mudado não, foi bom não. Eu vou mentir. Depois que eu cheguei aqui a vida é difícil. Porque aqui não tem nada que tinha em Tatuoca. Aqui não tem um caju, não tem não tem nada pra pegar pra vender e lá tinha tudo. Tinha tudo na casa, hoje não trabalho não. O meu esposo ele era pescador, mas ele faleceu. Aí renda é a do meu esposo. Eu moro só com um netinho de dois anos e os filhos tudo casado. Todo mundo veio pra cá, está tudinho por aqui na vila. Eu tinha sete. Os sete nascido e criado lá em Tatuoca. Depois de sair de lá eu fui duas vezes. Eu sinto falta de lá, da vivência. Lá é uma vida nova, vida saudável, uma vida que a gente podia criar os filhos da gente um sossego, uma coisa boa a gente via tudo lá e aqui não tem [...] só tem mais violência. (ENTREVISTA 3)

Um dos seguimentos sociais que optei trabalhar foi com mulheres idosas. Segundo Ecléa Bosi, em “Memória e Sociedade: lembrança de velhos”, quando ela diz que não pretendia escrever uma obra sobre memória, nem uma obra sobre velhice, pois posso dizer que passei por algo parecido durante a minha primeira pesquisa em Tatuoca, porém foram as mulheres idosas que estavam mais abertas para serem ouvidas. O trecho citado, muito baseado na nostalgia, não vivencia a Ilha de Tatuoca na atualidade, lembra de um tempo em que pode conviver ali, tendo um relato focado em experiências que não ocorrem mais.

As histórias dos personagens de Bosi mostram que a função social exercida durante a vida ocupa parte significativa da memória dos velhos, e isso não ocorre por acaso. A memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já *trabalharam*. Assim, é uma narrativa de homens e mulheres que já não são mais membros ativos da sociedade, mas que já foram. Isso significa que os velhos, apesar de não serem mais propulsores da vida presente de seu grupo social, têm uma nova função social: lembrar e contar para os mais jovens a sua

história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam. Na velhice, as pessoas tornam-se a memória da família, do grupo, da sociedade.

Eu morei em Tatuoca 50 e poucos anos, ela já nasceu lá (Bernadete). O mais velho com quem eu cheguei lá foi Biu, entendeu. Em Tatuoca trabalhava eu e ele. Antes eu vivia da cana lá e reclamar da vida, trazia pra casa pra cozinhar e às vezes não tinha o eu comer, aí a gente ia pedir esmolas e em Tatuoca tinha o que comer, tinha as frutas, aí eu fui com Biu, ele se admirou também, aí melhorou a situação, tenha peixe e a gente repartia. Aí depois a gente saiu de lá doente. A gente vivia lá uma coisa boa, aí o tempo foi passando, não conheço um que reclama de Tatuoca, lugar melhor pra morar que Tatuoca só no céu. Em Tatuoca não existia fome, em Tatuoca não existia drogas. O menino nunca teve nada, ficava ali depois andava pra praia, andava pra feira com melancia. Eu posso até viver em Tatuoca ainda, quando a pessoa sai do lugar, não tem outro lugar na vida. E tem muita gente jovem corrupta. (ENTREVISTA 5)

Quando cheguei no campo em 2021, eu entrevistei duas idosas que viveram na Ilha de Tatuoca num tempo muito diferente do que existe lá hoje. As duas que entrevistei não frequentam mais o lugar, se recusam a ir pelas dores que o processo de retirada deixou cravado nelas durante todo este tempo. Elas, inclusive, não participam das visitas que as mulheres adultas ou jovens costumam fazer ao território, havia muita dor no relato destas mulheres, que optam por cercar de memórias antigas ou de ressignificar práticas, como cuidar das plantas da horta e assim rememorar um pouco deste passado.

A que me chamou mais a atenção e provavelmente foi a entrevista que mais divergiu em relação as outras, foi a feita dada pela mulher mais jovem entre as outras entrevistadas. Esta jovem viveu na Ilha de Tatuoca quando criança, ela tem memórias do tempo que viveu lá, mas as suas relações foram construídas no contexto da Vila Nova Tatuoca. Esta jovem cresceu em projetos que foram para aquele território a partir da comoção que a retirada destas pessoas da Ilha de Tatuoca gerou nos movimentos sociais e participou de vários espaços de formação enquanto moradora, inclusive, naquele momento, estava fazendo um curso técnico que foi disponibilizado por ser ex-moradora da ilha.

Meu nome é Marielle, sou da Nova Tatuoca, tenho dezoito anos, não trabalho e minha rotina é estudar e ficar por aqui com você dentro da minha casa e participar das atividades que tem aqui no Laboratório Vivo de Ecotecnologias do Serto junto com a SUAPE. Várias pessoas ficam empolgadas assim quando perguntam é tu morava na ilha? Era? Como era lá? Aí eu começava eu começo a explicar que era uma ilha, que tinha sítio, que era só vivia a família e todo mundo junto e é isso. (ENTREVISTA 4)

Esta jovem é mais urbana que todas as mulheres que entrevistei, foi a única que concluiu o ensino médio, que teve a oportunidade de frequentar espaços como universidades, organizações sociais, viajar para encontros de jovens em Recife, entender a necessidade de resistir e recontar a trajetória da Ilha de Tatuoca. Mas também é a que menos tem repertório de

vivência na Ilha. Ainda assim, para ela, ir à Ilha de Tatuoca é mais do que lazer, é uma busca pelo prazer de estar num lugar com liberdade de movimentos, comparativamente à situação dela na Vila Nova Tatuoca, onde o medo da violência fez com que a família limitasse seus deslocamentos, ficando confinada nas casas das pessoas da família. A Vila Nova de Tatuoca foi desejada por ela até a mudança, mas tornou-se uma decepção assim que chegou.

A gente vai acampar, a gente pesca Marisquinho. Pega guanhamum ainda. Caranguejo. Eu nasci e me criei até os meus doze anos lá na ilha e minha a lembrança que eu tenho de ler é só de brincadeira minha e da minha irmã que ficava no terreiro brincando embaixo do pé da manga que não ia buscar manga. Só esses tipo de memória que eu tenho como minhas famílias já tinha tudo vindo pra aqui para o Habitacional Nova Tatuoca. eu tava muito empolgada pra vim embora porque lá só ficou eu e minha irmã e eu queria brincar com as minhas prima, só que quando chegou aqui foi uma decepção, a gente quando chegou aqui passou uma semana a gente queria voltar tudo pra lá e cheguei fiquei aqui em casa quando eu cheguei aqui né na no dia da mudança a gente ainda foi lá na pracinha, encontro a pracinha e prestava ainda. Ficava lá brincando e era isso, mesmo assim, nossa mãe não deixava a gente muito tempo, porque tinha medo como era novo aqui não sabia né como era a violência. porque onde a gente morava não tinha isso. (ENTREVISTA 4)

A vida destas mulheres foi marcada por essas experiências da existência, do modo de vida na Ilha de Tatuoca, mas provavelmente a mais jovem foi a que conseguiu usufruir o melhor dos dois mundos, inclusive participando efetivamente de espaços sociais que as outras mulheres não tinham tempo, seja pelo trabalho árduo na pesca, tendo agora o deslocamento alto como desafio, seja pela necessidade de cuidar de filhos pequenos.

Ela foi beneficiária deste legado gerado a partir das experiências passadas que transformaram em conhecimentos e esses são redimensionados para a recriação de um novo modo de vida cotidiana. Inclusive esta jovem tem como sonho prestar vestibular e estudar na Universidade Federal Rural, que teve a oportunidade de conhecer ainda criança, através do projeto de extensão que também me levou até este território.

porque tinha medo como era novo aqui não sabia né como era a violência. porque onde a gente morava não tinha isso. O negativo que tinha aqui, porque a gente era tudo acostumado a viver em família, cada um no seu sítio mesmo olhando um os outros, a família era tudo reunida e aqui todo mundo morando perto do outro a família tudo desunida, e lá a gente tinha a liberdade de sair a hora que quisesse pra pegar marisquinho, pegar pra pescar, pra pegar fruta, aqui a gente tem que ter hora pra ir e ainda com medo, né? Aqui dá para pegar no meio do caminho e mandar pra casa, lá não, lá a gente pegava tudo que a gente queria, a hora que a gente queria, como a gente queria. (ENTREVISTA 4)

No relato da entrevistada mais jovem também registramos uma mudança de comportamento identificada entre as práticas do modo de vida na Nova Tatuoca, ela identifica

que houve um distanciamento entre as famílias, mesmo que na prática hoje elas morem mais próximos uma das outras.

A casa e a convivência familiar nesse novo espaço, muito mais confinado e alienador no contexto da vila, se transformou através de mudanças estruturais nas casas, também a realização de um projeto social de criação de quintais produtivos, que fez com que a terra barrenta da região fosse melhorada e hoje parte das pessoas podem plantar em casa e a própria horta comunitária em praça pública. Exemplos claros de práticas de pedagogias decoloniais, que, segundo Walsh, são

[...] como metodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência e que Adolfo Albán tem chamado 're-existência'; pedagogias como práticas insurgentes que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com. (WALSH, 2013, p. 19)

Estes elementos são importantes para uma história da superação do trauma pelos processos cotidianos, que são educativo-culturais e que permeiam a vida cotidiana e silenciosamente, sem estardalhaço, revelam o que passou, o que se perdeu, o que ficou e está sendo transformado, identificando que a cultura está sempre em movimento e que cria novas perspectivas.

A Antropologia reforça essa perspectiva ao apontar para o fato de que todos os sistemas culturais, mesmo aqueles tradicionais, estão em contínuo processo de modificação. Não haveria, assim, uma cultura estática, e o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo. (CASTRIOTA, 2014, p. 3)

Todos os relatos falam de perda da liberdade e do conceito de segurança, sendo esta segurança tanto a literal, no que tange a segurança pública, seja na segurança alimentar encontrada na Ilha de Tatuoca, todos os relatos falam muito da alimentação, pegar frutas no pé, peixe e mariscos no mar.

Identifiquei nos relatos que elas voltaram a pescar na Ilha de Nova Tatuoca, para mim uma excelente notícia, pois na época que frequentava a comunidade durante o projeto de extensão havia uma proibição expressa pela administração do Estaleiro Atlântico Sul que impedia o acesso de pessoas a ilha. Das cinco mulheres entrevistadas, duas voltaram a pescar na Ilha de Tatuoca, como várias outras também, como consegui identificar em conversas na comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontrei uma Vila Nova Tatuoca bem diferente em 2021. Por mais que as pessoas que ali viviam deixaram claro em seus depoimentos que se arrependeram de deixar a Ilha de Nova Tatuoca, ficou evidente que elas estão buscando estratégias para se adaptarem na Vila Nova Tatuoca, um lugar que se tornou muito mais pulsante e vivo, com diferentes ressignificações, apoio estratégico de organizações do terceiro setor e com a própria comunidade voltando a vivenciar experiências de trabalho e lazer na Ilha de Tatuoca.

A partir dos resultados, evidenciei as recorrências às memórias das antigas moradoras da Ilha de Tatuoca no processo de des/re/territorialização e adaptação do modo de vida cotidiano dos moradores na Vila Nova Tatuoca. Como bem definiu Milton Santos,

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2000, p. 96)

As moradoras da Vila Nova são educadoras para as novas gerações. Educadoras dos modos de vida adquiridos durante o tempo de uma vida vivida numa ilha de autossuficiência alimentar, de liberdade de movimentos, de partilha e comunidade. Agora são educadoras da reexistência, resistindo firmemente ao sistema que impõe o afastamento sistemático das experiências que existiam no território da Ilha de Tatuoca, que condena ao silenciamento e apagamento de suas memórias.

O retorno delas às práticas de pesca na Ilha de Tatuoca é de importância capital, pois foi por esse movimento que elas estão, hoje, em melhor condição de segurança alimentar do que em 2018, quando tentavam praticar a pesca no entorno da Praia de Suape que, afetada pelo movimento portuário, poluição e turismo, não dava o mesmo retorno que a pesca dá na Ilha de Tatuoca. Quando as entrevistei em 2018, houve relatos de mulheres que chegaram a trabalhar por poucos meses nas várias empresas ligadas ao Porto de Suape, porém, com a crise econômica foram demitidas. Elas chegaram a afirmar na época que esses empregos foram uma estratégia usada pelo CIPS para convencer as famílias a deixarem as casas e logo depois que elas deixaram a ilha, boa parte das pessoas foi demitida. Hoje elas pescam tanto para si como para vender para alguns restaurantes e clientes fixos, algo que era mais difícil antes em um contexto que as mulheres realmente tinham mais dificuldades para garantir a subsistência da família.

Outro ponto que me chamou a atenção é que a comunidade hoje é mais acolhida por projetos sociais e organizações da sociedade civil do que era a cerca de cinco anos atrás, esta rede de apoio que reúne organizações como o Serta, Centro das Mulheres do Cabo, Action Aid, entre outras, foram primordiais para a sobrevivência das famílias na Vila Nova Tatuoca, garantindo distribuição de cestas básicas e kits de higiene para as famílias durante o período mais duro da pandemia. A atuação dessas organizações possibilitou à comunidade organizar-se para a implantação da horta comunitária, sendo possível inferir que este contexto de organização também contribuiu para a ação coletiva que elas organizaram para voltar a frequentar a Ilha de Tatuoca.

É importante observar, nesse processo, que o discurso oficial dos agentes públicos e privados, bem como da mídia, de afirmar que todos os moradores seriam beneficiados pelo crescimento econômico da região foi desmascarado pela situação vivida entre os desterritorializados, gerando um aprendizado coletivo sobre o caráter capitalista do Estado e a sua parcialidade nas disputas entre a população e as empresas capitalistas. As mulheres dessa comunidade se depararam poucos anos depois com a triste realidade de não fazerem parte deste desenvolvimento, são mais vistos como empecilhos ao desenvolvimento e os seus valores e tradições historicamente construídos não são importantes.

Esse processo histórico que coloca em choque o tempo da comunidade, experienciado como tempo dos ciclos naturais, com o tempo planejado do desenvolvimento inventado e não realizado, gera, ao longo do tempo, um aprendizado de estratégias e práticas populares para reinventar seus modos de viver, e continuar a resistir e reexistir às margens do sistema hegemônico do capital. É, portanto, um elemento importante para pensar que o desenvolvimento que não inclui os saberes e fazeres dos povos e comunidades tradicionais foi, é e continuará sendo um desenvolvimento excludente, onde quer que seja implantado. Como “contrapartida”, povos e comunidades chamadas tradicionais, nada têm de estagnação em suas experiências, pelo contrário, forçadas ao movimento, criam táticas e estratégias, baseadas em suas memórias e experiências, que disseminam práticas, modos de vida e visões de mundo que se opõem radicalmente aos princípios e valores norteadores da sociedade capitalista. Apresentam modelos de construção social baseados em princípios de sustentabilidade e de vivências que o colonialismo insistiu em apagar.

Enquanto as consequências desse dito desenvolvimento econômico fizeram essas famílias deixarem a condição de trabalhadores autônomos, como são os pescadores e agricultores familiares, para os transformar, primeiramente em empregados assalariados e, logo em seguida, em desempregados dependentes das políticas assistências minguadas de um Estado

omisso, as bases fincadas por suas experiências de vida, as memórias, os saberes e os fazeres transmitidos de geração a geração alimentaram a re-criação de condições de vida mais favoráveis para suas famílias. Como se diz popularmente, elas foram capazes de virar o jogo e voltarem ao antigo território, já que a Ilha de Tatuoca representa não apenas um espaço territorial, e sim um lugar cheio de vida e significado para aquelas mulheres.

Aqui é possível identificar o processo de gentrificação de pontos considerados importantes para a sociedade de base capitalista, que expulsa populações marginalizadas a partir do discurso de desenvolvimento de lugares que são “agraciados” por projetos de investimento de capital, mas, cuja implantação não é focada para beneficiar os moradores antigos, pelo contrário, os fragiliza diante daqueles grupos com mais capital financeiro e social.

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói com os demais a história dessa sociedade legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. Atualmente, a importância da preservação ganha novo foco, decorrente da necessária consciência de diminuirmos o impacto sobre o ambiente, provocado pela produção de bens.

Esta pesquisa que foi desenvolvida junto às mulheres da comunidade de Tatuoca segue por este pressuposto, da sustentabilidade da vida integral, dos seres humanos e não humanos que habitam um lugar comum. Procuramos registrar estas histórias de mulheres negras de comunidades tradicionais, seus saberes e contribuições sociais, para mostrar como estas ideias podem contribuir para apresentar ao mundo o que aconteceu na região. Caso contrário, no futuro próximo será esquecido que pescadores viviam na ilha, que ali era um lugar pleno de vida. Sem memória não existe pertencimento, não existe construção de identidade, não existe comunidade.

A trajetória de pesquisa realizada foi primordial para o meu papel enquanto pesquisadora, trabalhando com a comunidade pela riqueza de informações que ela detém e pela possibilidade de escritas de outras histórias e de como essas histórias são ensinadas.

Para mim, por ser uma mulher negra e que não me enxergava como tal até pouco tempo atrás, sei bem o que é o poder da representatividade e como este é importante demais para o fortalecimento da autoestima, de dar a possibilidade de sonhar quando você se espelha nestes “heróis”, ou anti-heróis, nessas narrativas que vão para além do chamado “normal”. Chimamanda Adichie reafirma a importância de conhecer esta história diferente e da mulher negra se identificar como parte dela; isto, diz a autora, é algo primordial para a construção de

identidade e pela luta por uma outra visão de mundo possível. A gente foi acostumado a ver a partir da perspectiva do colonizador, a História na perspectiva do colonizado é completamente diferente. Ela não se inicia com a ocupação dos europeus em África ou nas Américas, elas já existiam de outra maneira a partir da visão dos povos originários.

Esta pesquisa foi muito marcante, por estar em busca de novos processos de ensino e aprendizagem, fora do ambiente escolar, fora de questões como política educacional, currículo, formação de professores, e outros temas tão caros à quem olha para a educação apenas onde ela é mais aparente, daí a quantidade imensa de trabalhos sobre as escolas. Ou, ainda, sobre os processos educativos de movimentos sociais, que também são estruturados e estruturantes, ainda que em termos totalmente diferentes do sistema escolar, apresentando, por vezes, paradigmas revolucionários ante as estruturas sociais vigentes. Olhamos para essa história de mulheres negras, pescadoras, que viveram processos de desterritorialização, e enxergamos o quanto elas atuam como educadoras de uma nova sociedade. Vemos elementos interculturais nos ensinamentos dessas mulheres de Tatuoca para as novas gerações. Estas práticas devem ser valorizadas e registradas como práticas educativas descolonizadoras. A escola hoje não é capaz de trabalhar com esta diversidade de conhecimento, nunca houve isenção no discurso hegemônico e sim silenciamento, quando uma comunidade não é capaz de referenciar o seu passado ou compreender de onde eles vieram, eles acabam assumindo o discurso do vencedor, negam inclusive quem são de verdade.

São criados sentidos negativos para as civilizações originárias, criadas justificativas medíocres para dirimir o peso da culpa pelo extermínio de tantos seres vivos para a manutenção de uma sociedade imperfeita. Nós – e aqui falo como professora de história – temos um papel importante para a formação e manutenção destes conceitos quando não estimulamos uma visão crítica da realidade.

Os relatos aqui apresentados sobre a histórias destas personagens são próprios da história do cotidiano, afinal também estamos deixando marcas e registro no presente, que apenas com o passar do tempo poderemos ter noção das alterações que estamos fazendo.

Percebo que este trabalho também é importante para pensar nas permanências, nos dias de hoje, das desigualdades sociais históricas na nossa sociedade. Pensar na fragilidade de nossa democracia, que sempre se organizou a partir do poder econômico, cabendo aos mais pobres se adaptar e sobreviver a condição imposta por uma elite que não enxerga esta população como detentora de direitos.

Este curto período democrático no Brasil é um bom exemplo disso, enquanto alguns grupos de esquerda estavam se fortalecendo e chegando a governar cidades (exemplo Miguel

Arraes em Recife), novas políticas foram surgindo (movimento de cultura popular), que focava em educar a maioria da população. Outras iniciativas, como as ligas camponesas, informavam a população rural pelos direitos trabalhistas e direito a terra. Para impedir grandes mudanças na estrutura social brasileira, um golpe civil militar foi orquestrado. Qualquer semelhança com os dias atuais não é pura coincidência.

No contexto latino-americano, que passamos por um longo período de colonização, o grande desafio é a consolidação da democracia em um estado de exceção. A memória e os esquecimentos são fontes importantíssimas para as lutas sociais. A educação passou a ser um espaço de disputa política entre aqueles que pensam a educação como direito social e aqueles que a enxergam apenas para a inserção no mundo do trabalho, por exemplo. Ambos têm claro para si qual o modelo de sociedade que está em jogo e esta disputa está cada vez mais acirrada no Brasil.

Até pouco tempo atrás, estudávamos na escola que o Brasil vivia uma democracia racial, onde brancos, negros e índios viviam em plena condição de ascender socialmente e isto dependia exclusivamente do esforço individual de cada um. Esta forma de pensar a sociedade brasileira esqueceu os anos de violência e de escravidão negra e indígena em uma sociedade que se formou a partir da negação do outro enquanto sujeito de direito.

Pensar sobre estes sentidos nos dias de hoje é dialogar com a diversidade que integra a nossa região, o grande desafio é fazer encontrar sentido para aqueles que geralmente não se enxergam nos conteúdos propostos, e sem o sentido não é capaz de fazer conexões com o passado, justamente porque não há reconhecimento deste ator social na epistemologia tradicional.

É importante retomar a noção de memória coletiva em diálogo com a noção de memória de mulheres e das práticas das mulheres numa leitura de práticas educativas ou processos educativos, enfatizando a importância desta pesquisa para reafirmar as práticas populares de educação numa perspectiva de resistência e descolonização a partir das relações entre educação informal e educação formal, nas classes trabalhadoras.

A mudança para a Vila, em algum momento e para algumas pessoas, também representava a possibilidade de ascender socialmente, dadas as promessas dos agentes de SUAPE/governos e as expectativas dos moradores/as. É importante compreender a idealização da vida na Ilha de Tatuoca a partir das frustrações das expectativas de ascensão social, de melhoria das condições de vida das famílias. Considerar a “economia moral” das famílias pobres, que se apoia na importância da família, da casa (ou da terra) como lugar de onde não

pode ser expulso e onde se pode plantar o que comer, e do trabalho. A educação familiar ou educação informal das famílias da classe trabalhadora tem lugar de importância similar, porém, diferente da educação escolar. Ambas são valorizadas e consideradas necessárias.

REFERÊNCIAS

ADICHE, C. N. **O Perigo de uma História Única**. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2019.

ADICHE, C. N. **Para Educar Crianças Feministas**. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2017.

ALMEIDA, M. M. A. Uma História do Litoral Pernambucano e o Porto dos Caminhos Sinuosos. V COLÓQUIO DE HISTÓRIA, nov. de 2011. **Anais [...]**, [s. l. s. n.].

ANDRADE, M. C. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento: A Teoria dos Polos de Desenvolvimento e a Realidade Nordestina**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ANDRADE, M. C. **Poder Político e Produção do Espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1984.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs). **Pesquisa Qualitativa como Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: [s. n.], 1994.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p.67-69.

BRANDÃO, C. R. **Estrutura e funcionamento do Ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.

BRASIL. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, ONU, SPM e SEPPPIR, 2011.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, [s. l.], v. 3, n. 5, 2008.

CARDOSO, E. D. **Nós também fazemos parte desta história"**: memória de mulheres negras em Brasília. 2017. 196 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituição de Ensino, Universidade Federal de Goiás, Goiânia Biblioteca Depositária: Goiás, 2017.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. *In*: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CASTRIOTA, L. B. A questão da tradição: Algumas considerações preliminares para se investigar o saber-fazer tradicional. **Forum patrimônio: ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, Belo Horizonte, v.7, n.1., 2014.

CERTEAU, M. **L'invention du quotidien: 1. Arts de faire**. Petrópolis: Vozes, 2014.
 CERTEAU, M. **La culture au pluriel**, Paris, Union Générale d'Éditions. São Paulo: Papyrus, 1995.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia**: Dos pré-socráticos a Aristóteles. [S. l. s. n.]: 1995.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Natália Luchini. Seminário "Teoria Feminista". São Paulo: Cebrap, 2013.

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI LTDA. **Ata da Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa Agrícola de Tiriri Ltda**. Cabo, Pernambuco: Cooperativa agrícola de Tiriri, 1963.

CRENSHAW, K. W. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília, DF: UNIFEM, 2004.

CRUZ, C. C. **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: UFF, 2017.

CUSICANQUI, R. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. [S. l. s. n.], 2010.

DABAT, C. P. Y. R. **Moradores de Engenho**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2003.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, [s. l.], v. 6, 2009.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, São Paulo, v. 6, 2009.

DEZEMONE, M. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 71, 2016.

DEZEMONE, M. **Legislação social e apropriação camponesa**: Vargas e os movimentos rurais. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, v. 21, 2008.

FERREIRA, M. de M. *et al.* (Coord.). **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1994.

FERREIRA, M. M. Desafios e dilemas da história oral anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, jun., 1998.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

FILHO, E. L. P. **Ecos no Vale do Chopim: Memórias e Pertencimento de Atingidos por Barragens em Nossa Senhora dos Navegantes, Paraná**. 2016. 271f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa Biblioteca Depositária: UEPG, 2016.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.

FREITAS, F. G. **Transformações na Vida de Atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha – MG: Os Casos da Comunidade de Peixe Cru e do Quilombo de Porto Corís**. 2014.82 f. Dissertação (Mestrado em extensão rural) - Universidade Federal De Viçosa, Viçosa Biblioteca Depositária, 2014.

GODOY, E. P. **O trabalho da memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí**. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UNICAMP, Campinas, 1993.

GOMES, N. L. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL; GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: UFSC, 2003.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. **Mais Além da Cultura: espaço, identidade e política da diferença**. São Paulo: USP/FFLCH, 2000.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Espaço, tempo e crítica – revista eletrônica de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 1, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio De Janeiro: IBGE, 1958.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BRASIL. **Lei Estadual nº 7.763 de 1978**. Prorroga o prazo de dispositivos legais que menciona, com base no art. 25 das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 1978.

LIMA, W. C. **Memórias de Mulheres Quilombolas e Identidade Territorial da Comunidade Nova Jutá, Breu Branco-PA**. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Sul do Sudeste do Pará, Marabá, 2017.

LINO, A. C. **Memória de Mulheres De Assentamentos de Reforma Agrária: A Relação entre Trabalho, Política Educação e Participação**. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal De São Carlos, Sorocaba Biblioteca Depositária: UFSCar – Sorocaba, 2014.

MARQUES, K. K. C. **Moradores invisíveis: o sofrimento social dos moradores da Ilha de Tatuoca - Ipojuca – PE – em seu processo de desterritorialização**. Recife: [s. n.], 2014.

MARTINS, H. H. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, J. S. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. S. **Uma Arqueologia da Memória Social**. Autobiografia de um Moleque de Fábrica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

MATTOSO, A. **Ipojuca: Passado, Presente e Futuro do Município que Mais Cresce em Pernambuco**. Recife: Ed. Carpe Diem, 2013.

MENDES, S. H. A. **(In)Visibilidade das Mulheres na Pesca Artesanal: Uma Análise Sobre as Questões de Gênero na Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-16 em Miracema do Tocantins/TO**. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento regional) - Universidade Federal Do Tocantins, Palmas, 2016.

MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 80, p. 5-10, 2008.

MINAYO, M. C. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTENEGRO, A. T. **História Oral e Memória**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, M. B. Por uma História do Homem Negro. *In: RATTIS, A. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2006. p. 30.

NORA, P. Entre mémoire et histoire: La problematique des lieux. *In: GERON, C. R. (Org). Le lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

NUNES, V. H. **Ilê Oju Odé: Políticas De Resistência e Territorialidades no Candomblé De Goiás.** 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal De Goiás, Goiânia, 2018.

PEREIRA, A. **O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos: as organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República.** *Clio*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, 2008.

PEREZ, M. S. **R-existências dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida.** [S. l. s. n.], 2016.

PEREZ, M.S.; GONÇALVES, C. U. Desenvolvimento e conflito territorial – primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo complexo industrial portuário de Suape- PE. **Revista de Geografia**, Pernambuco, v. 29, n. 2, 2012

PERROT, M. **¿Las Mujeres e los silêncios de La historia em Por qué recordar?** Buenos Aires: Garnica, 2006.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina em Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latino-Americanas.** Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

REIS, M. R. A. **Memória e História do Pós-Escravidão: O Cotidiano do Engenho Buraco D'água na Cidade -Alagoa Nova –PB (1918-1950).** 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal De Campina Grande, Campina Grande, UFCG, 2018.

SANTOS, H. Discriminação racial no Brasil. *In: SABÓIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Orgs). SEMINÁRIOS REGIONAIS PREPARATÓRIOS PARA A CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFobia E INTOLERÂNCIA CORRELATA. Anais [...]*, Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: NOBEL, 1985.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana.** 2. Ed. São Pulo: Editora Hucitec, 1989.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SUAPE. [Página principal]. **SUAPE**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: www.suape.pe.gov.br. Acessado em: 28 dez. 2010.

SCOTT, J. W. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, 1998.

SCOTT, J. W. Experiência. *In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S; RAMOS, T. R. (Orgs.). Falas de Gênero.* Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, p. 5-22, dez. 1990.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SILVA, J. S. **Memórias de Tatuoca – uma história familiar**. 2019. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

SOLA, M. R-Existências Dos Camponeses/As Do Que Hoje É Suape: Justiça Territorial, Pós-Desenvolvimento E Descolonialidade Pela Vida. [S. l. s. n.], 2016.

SOUSA, N. S. **Torna-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, H. F. **A carta da escrava ‘Esperança Garcia’ de Nazaré do Piauí**: uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira. Minas Gerais: UFMG, Literafro, 2015.

TAVARES, M. A. **Caminhos cruzados, trajetórias entrelaçadas**: vida social de jovens entre o campo e a cidade do Sertão de Pernambuco. 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

TAVARES, M. A. Elias y Mannheim: contribuciones a los estudios sobre jóvenes del medio rural en el Brasil del siglo XXI. *In*: KAPLAN, C. V.; ORCE, V. (Org.). **Poder, prácticas sociales y proceso civilizador**: los usos de Norbert Elias. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2009. p. 77-86.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Y. Geografia Humanística. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p.143-164.

TUAN, Y. **O espaço e o lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y. Topofilia. **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

ULISSES, I. B. Resenha: Uma Arqueologia da Memória Social. **CLIO – Revista de pesquisa histórica**, Recife, v.30, n.1, jan./jun. 2012.

VAINSENER, S. A. **Suape – Porto e Complexo Industrial**. Recife: Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, 2022.

VATTIMO, G. **A Sociedade Transparente**. Trad.: Hossein Shooja e Isabel Santos. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, C. Pedagogías decoloniales caminando y preguntando. Notas a Paulo Freire desde Abya Yala. **Revista Entramados, Educación y Sociedad**, [s. l.], v. 1, n.1, p.17-31, 2014b.

WALSH, C. **Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos**. Querétaro, México: Colectivo Zapateándole al mal gobierno, 2014a.

WERNEK, J. Somos herdeiras de mulheres que construíram a própria força. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 27 jul 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/27/jurema-werneck-somos-herdeiras-de-mulheres-que-construiram-a-propria-forca/>. Acesso em: 10 out. 2020.